

Nº 05

1993

RESGATE

REVISTA DE CULTURA



ARTIGOS ♦ ENSAIOS
♦ POESIAS ♦
COMUNICAÇÕES
COMBATES & RITUAIS
♦ RESENHAS



PAPIRUS

EDITORIAL

Variedade na qualidade e na temática é o mínimo que se pode afirmar deste quinto número. Embora ainda dependente em grande parte da Academia no que diz respeito às suas colaborações, temos por isso e propositadamente procurado ouvir vozes que falam de saberes sobre homens e coisas, que nem sempre recebem a unção universitária. O leitor poderá conferir nas reflexões de Foot Hardman acompanhando as andanças de um fotógrafo meio perdido meio encontrado nos confins da selva amazônica na sua missão profissional de memorizar as perplexidades e absurdos dos azares de uma ferrovia na selva.

Se o leitor caminhar um pouco mais, verá e ouvirá o que Margareth Rago mostra e diz sobre as influências foucaultianas no pensamento brasileiro, às vezes contraditórias e mal concessivas, mas sempre com ressonâncias e polêmica. E para falar que a Academia está atenta ao que se passa no pedaço, uma palavra instigante e reveladora na mediação entre a regionalização e a universalização das mensagens televisivas: nada mais nada menos do que a volta do Programa "Você Decide"!, analisado por Francisco Jacob Pimenta da Rocha. Mas, há mais, bem mais, Janaína Amado auscultando as tensões do vasto drama agrário brasileiro numa de suas fronteiras mais pungentes.

Para aliviar, nada melhor do que surpreender no texto de Joaquim Aguiar como Drummond cruza literatura, história e sociedade no diálogo do poeta com seu tempo, que é nosso tempo. Para uma sociologia da Cultura, a discussão de "memória" e "região", que Ruben George Oliven empreende diz muito respeito à instituição que se responsabiliza por esta revista, que é o nosso Centro de Memória.

E se falamos antes em poesia, deixemos a própria poesia falar com Bernard Waldman, engenheiro-poeta e poeta-engenheiro, capaz de fazer de sua profissão o motivo de sua poesia.

Para finalizar e bem, a parte de artigos, Sérgio Adorno foge da abordagem geralmente jurisdicista com que se tem estudado o ensino e o movimento cultural da Faculdade de Direito de São Paulo, com suas notórias implicações políticas, para apontar o matizamento do desempenho abolicionista daquela Academia, com sua retórica, mas também com uma militância conseqüente.

Neste número, iniciando um programa de inovações e modificações que Resgate pretende perseguir, apresentamos uma nova seção — Combates & Rituais — na qual vamos destacar da ritualização de iniciação a passagem com que a Universidade marca seus torneios e, nos combates que eles envolvem, algumas teses sacramentadas com a aprovação necessária e sintetizadas pelos próprios autores. Cumpre a seção o propósito de levar a um público maior o que geralmente acaba por ficar restrito a círculos privilegiados. É claro que se o leitor interessar-se em ter acesso a esses textos, poderemos mediar seu contato com os autores.

As resenhas, como convém, contemplam lançamentos de obras, para as quais queremos chamar a atenção do leitor.

OS NEGATIVOS DA HISTÓRIA: A FERROVIA-FANTASMA E O FOTÓGRAFO-CRONISTA

Francisco Foot Hardman

Diretor Associado do Instituto de Estudos da Linguagem — Unicamp.

A cidade e a floresta são dois cenários, duas mentiras separadas pelo rio. Dorner, V. (fotógrafo) Em Milton Hatoum. (Relato de um certo oriente.)

Dana Merrill, fotógrafo: lá está ele, sentado na frente da locomotiva tombada, beira de barranco, talvez também sem fôlego, a máquina abatida, ele caçador de instantâneos, o progresso suspenso, a ordem revirada, ele visível, raramente visível como nesta pose, restando saber quem o terá fotografado, sabendo-se apenas que se deixou fotografar assim, pioneiro do acidente na selva, entregue se não de alma ao menos de corpo inteiro a essa epopéia de fracassos, sobressaindo-se da locomotiva morta sua silhueta viva de onde é sempre possível, mesmo desejável, enquanto perdure essa imagem, recompor os fios enredados de alguma narrativa.

Primeiro elo decisivo: o escriturário da Madeira-Mamoré Frank Kravigny lança, em Nova Iorque, no ano de 1940, *The jungle route*, suas memórias da construção da ferrovia na selva no início do século, ele próprio fixado para a posteridade numa foto de Merrill dos *white-collars* da companhia ferroviária, envergando orgulhoso sua preciosa e imponente Underwood também toda de ferro como os caminhos a serem fabricados, trilhos do trabalho & trilhas da memória, antes que a morte os isole, ele datilógrafo das ilusões do progresso e amigo do fotógrafo-cronista, que sairia do anonimato exatamente neste livro, onde Merrill aparece pela primeira vez identificado, ao longo do texto e também por fotos como a da locomotiva caída. Kravigny relata: foi exatamente na Exposição Universal de Nova Iorque, em 1939, quando se

convocou uma reunião impressionante dos "sobreviventes da ferrovia Madeira-Mamoré", com ares de uma cerimônia de pós-guerra, que reapareceu das brumas o "eminente fotógrafo" Dana B. Merrill, cujo auxílio foi vital na efetivação do projeto de escrever aquela história.

Segundo elo decisivo: Manoel Rodrigues Ferreira, autor da principal narrativa sobre *A ferrovia do diabo*, nome por ele consagrado (1960), conta, na introdução dessa obra, que ela nasceu por mero acaso, em 1956, quando lhe vieram às mãos os negativos das fotos de Merrill, através de um repórter-fotógrafo de *A Gazeta*, que recebera esse formidável acervo, com cerca de 2.000 imagens, do filho de um antigo engenheiro da Madeira-Mamoré. Mais de 90% desses negativos, depois, foram perdidos.

No primeiro contato, porém, Rodrigues Ferreira sentiu-se inevitavelmente maravilhado não só pelo que mostravam aquelas fotografias, mas sobretudo pelo enigma maior que sugeriam: o drama histórico dos 30 mil construtores anônimos da Madeira-Mamoré e, pelo menos, de seus 6 mil mortos. Entregou-se, desde então, obsessivamente, à reconstrução daquele cenário e das histórias ali passadas. Tanto em sua obra mais famosa quanto na interessante narrativa de viagem que fez à Amazônia (1961), sempre motivado pelo mesmo tema, o historiador insiste no papel central que tiveram, como sinais enigmáticos o bastante para impulso-

nar sua expedição, aqueles negativos do fotógrafo da ferrovia-fantasma. Ele, um nome ainda desconhecido por Ferreira; as fotos que fizera, entretanto, fixavam vidas dispersas sobre o grande mapa misterioso da Madeira-Mamoré. Imagens mudas que pediam um texto que as decifrasse. Porque, de algum modo, seu poder evocativo já significava, de antemão, certa capacidade de linguagem. A magia desprendida da figura capturada pela imagem não é dada por si mesma, mas pelos fundamentos que constroem (ou destroem) uma certa cultura e as memórias que dela se podem guardar, restaurar ou evocar.

Terceiro elo casual: vinte e poucos anos mais tarde, iniciei minhas pesquisas em torno da ferrovia-fantasma. Fui conduzido até lá, originalmente pelo texto de Rodrigues Ferreira, mas, antes de mais nada, pelas fotos de Merrill nele reproduzidas. Desde logo me aprisionaram as imagens claras da civilização industrial na selva, tomadas em sua literalidade como figuras de fantasmagoria. Notem: em 1960, na primeira edição de *A ferrovia do diabo*, Merrill permanecia anônimo (Ferreira não lera ainda o relato de Kravigny; este lhe escreverá uma carta somente em 1963, enviando-lhe um exemplar de *The jungle route* — o episódio seria incorporado por seu destinatário nos acréscimos da reedição de 1981). As imagens ali já reveladas, porém, desenhando rastros de uma aventura passada, convidavam, como negativos da história, a outros tantos ensaios de narrativas contemporâneas construídas para desafiar — como sempre de maneira precária — a passagem desoladora do tempo.

Elos teóricos: Sontag insiste no caráter de celebração mórbida e profana da fotografia nas civilizações técnicas da modernidade; Barthes reafirma a lucidez dos signos emitidos por essa câmara, a verdade referencial para além das mentiras imagéticas, advindo daí a força significante e o sucesso moderno desse meio, resíduo punctual e pro-

ximidade do referente a que só se teria acesso, paradoxalmente, não pela imagem em si, mas pelos discursos-possíveis de a envolver, pelos discursos nascentes no desvio e no detalhe, e de certo modo ainda apêndices da imagem-que-clareia, um pouco à maneira dessas antigas descrições “à vista de uma gravura”.

Sem dúvida, é preciso fugir dos riscos da “ilusão especular” e não se deixar seduzir por essa espécie de “naturalismo intrínseco” da fotografia, apenas aparente, afinal, em seus atrativos mecânicos, em suas figuras reflexas, ocultando-se, na atração fatal e imediata do *flash*, os limites técnicos e estético-ideológicos dessa “opaca materialidade (...) de um código enganoso na sua transparência fantasmática.” (Machado, 1984:10).

Porém, ao mesmo tempo, se a fotografia é a ilusão da captura de um tempo que virá revelar, *a posteriori*, a fugacidade do humano e a vitória da morte, o pacto de partida que estabelece com o referente, garante, de saída, seu valor indiciário para narrativas nela inspiradas, seja no domínio da literatura, seja no da historiografia. Nesse sentido, desponta como crônica do efêmero. Frágil e fragmentária por definição, converte-se, pois, nos deslocamentos da memória que desencadeia, em instrumento mágico do registro lacônico que revela quase nada, esconde quase tudo, mas sugere, por aquele momento passageiro aparentemente ali estacionado, gestos expressivos, vozes inteligíveis, paisagens e fisionomias resolvidas, numa palavra, experiências dignas de serem reescritas e transmitidas. Barthes: “a beleza e a força de uma fotografia advêm, afinal, de sua inegável mas sempre escorregadia referencialidade, por aquilo que, a partir do que mostra (e do que oculta), se poderá dizer. Pelas narrativas que será capaz de suportar. Pelos trilhos labirínticos do afeto humano nela impressos. Lembrar, sobre isso, de *Blade Runner*: replicantes não possuem álbum próprio de fotografias; desejam-nas para melhor

se disfarçar; ou, então, questionam seu passado para saber se são verdadeiramente suas”.

Elos arqueológicos: muito antes do nascimento da fotografia, já se encontram sinais dessa ligação entre as inversões de imagens produzidas mecanicamente e o conceito de verdade, tanto no sentido moral e político, quanto literário e histórico. Merece talvez menção, a esse propósito, o curioso exemplo dos folhetos satíricos escritos por José Daniel Rodrigues da Costa, editados pela primeira vez no ano de 1807, em Lisboa — espécie de ancestral dos almanaques, contendo anedotas, adivinhações, trocadilhos, fábulas, crônicas exemplares — e que o autor, significativamente, batizou de “*Camara Optica*”, com o seguinte subtítulo: *Onde as Vistas às avéssas mostram o Mundo às direitas*. Na capa dos 12 folhetos dessa série, reeditados em 1824, aparece a gravura impressa de um estranho mecanismo, seu provável encenador, manipulando-o, e um grupo variado de dez espectadores, entre o deleite e o encanto. Nos versos que servem de prólogo ao conjunto, revela-se o empenho da crítica moral que, apresentando “Vistas diversas” e misturando “na lição divertimento”, pretende “a muitos salvar do precipício”. Câmara ótico-literária em que a mistura de processos, a descontinuidade das cenas e, sobretudo, a inversão do cômico, paralela ao riso que provocam, vão “desnudando a Verdade”.

Estranha afinidade vai-se insinuando, assim, entre história e imagem, entre o lugar do conceito, da prosa narrativa, da meditação transcendente e o objeto de simples e passageiro reflexo, fragmentário, luz mortiça, sentido apenas aparente, figuras que já não existem sequer como figuras. Um paralelo



possível, nesse passo, é o seguinte: se o historiador do passado longínquo, como em conhecidas páginas de Hegel, faz nascer sua prosa da contemplação melancólica das ruínas, o historiador da modernidade poderia, da mesma forma, tomar as imagens iconográficas da civilização técnica como ruínas contemporâneas e sobre elas produzir seu discurso, ciente, desde logo, da descontinuidade que lhe dá fundamento.

Mas, antes de voltar aos negativos da história, ao roteiro fotográfico que Dana Merrill produziu sobre o caminho de ferro amazônico, convém lembrar que as técnicas de registro imagético também possuem história. O Brasil, aliás, todos sabem, participou do pioneirismo mundial nas artes mecânicas da fotografia e, mais tarde, nos primeiros ensaios do cinematógrafo. Das experiências avançadas de Hercules Florence ao entusiasmo de aprendiz de D. Pedro II, nos segredos da reprodução fotográfica, das aventuras de filmagem e exibição de imagens em movimento, desde os irmãos Segreto, no Rio de Janeiro, ao primeiro cineasta da selva amazônica, Silvino Santos, que deixou impressas, em milhares de fotogramas, as marcas do delírio extrativista de látex, sobressai, mediante imensa gama de documentos escritos e iconográficos, a presença precoce dessas “crônicas visuais” feitas com modernos artefatos e mecanismos da era industrial. Os trabalhos historiográficos especializados de Kossoy, a partir do final dos anos 1970 e, mais recentemente, de Vasquez e Ferrez, têm recuperado, com riqueza impressionante de relatos e imagens,

o surgimento e expansão dos processos de reprodução foto-mecânica no Brasil simultaneamente ao que transcorria em escala mundial (a data de 1833, inclusive, segundo Kossoy, põe os experimentos de Florence, em Campinas, na dianteira internacional dos rumos da invenção), acompanhando de perto, assim, movimentos de modernização que se verificavam na economia, sociedade e cultura brasileiras desde meados do século XIX.

Nesse esforço de revisão das raízes da modernidade no Brasil, o rastreamento dos primórdios da arte e indústria fotográfica pode, certamente, firmar novos elementos para se refletir nos critérios de periodização do modernismo entre nós, entendido aqui não no sentido estrito de escola literária ou estética particular, mas na dimensão ampla das transformações histórico-culturais conjugadas a inovações técnicas significativas que já estavam em curso, por todo o país, desde pelo menos 1850. É possível imaginar a produção precoce e crescentemente sofisticada de imagens no século XIX brasileiro como crônica visual de territórios cada vez mais revolvidos pelos signos do capital. Sobre tudo com a fotografia, arte industrial por excelência, mas também com a arte gráfica ligada aos inícios da publicidade e da ilustração em livros e revistas, e já mais tarde, na virada do século, com o cinematógrafo, pode-se acompanhar a representação de uma *natureza produtiva* descrita e narrada no suceder impressionante de ícones. Ao mesmo tempo, a historiografia dessa visualidade, em grande parte por fazer, deve assinalar os recortes espaço-temporais fabricados pelas imagens, os vários pontos de intersecção entre crônica visual e linguagem escrita, os confrontos e assimilações texto-imagem na esfera da percepção e da expressão.

A fotografia, tanto na Europa e América do Norte, quanto no Império Brasileiro, esteve presente, como setor específico, nas primeiras exposições industriais. Já em 1855, na Exposição Universal de Paris, a daguerreo-

tipia aparecia como prática artística e como técnica industrial. No Brasil, fotógrafos e fotos foram exibidas — em seções específicas — desde a Primeira Exposição Nacional, no Rio de Janeiro, em 1861, o mesmo ocorrendo nas exposições sucessivas, respectivamente em 1866 e 1875. Na Segunda Exposição Nacional, foi nomeado como relator da seção o pintor acadêmico Victor Meirelles, que critica os efeitos deformadores da angulação própria da câmera fotográfica, em favor de concepção naturalista-pictórica convicta da fidedignidade dos retratos. Esse “realismo” de um porta-voz oficial da pintura se, de um lado, indicava exatamente alguns traços técnicos da “ilusão especular” própria da arte fotográfica, contradizia-se, de outro, no que diz respeito ao ecletismo acadêmico da época, responsável, tanto na temática quanto na linguagem, pela figuração de outras tantas ilusões.

Mesmo em diversas exposições provinciais, sucedem-se as seções dedicadas aos efeitos mágicos do daguerreótipo. É conhecido, por exemplo, o comentário do relator da Exposição Bahiana, de 1875, Dionysio Martins, quando anotava que “é preciso não esquecer o grande auxílio que a fotografia já presta e prestará mais eficazmente em próximo futuro aos trabalhos da ciência e aos hábitos da vida comum”. Vislumbra-se, assim, o caráter projetivo das imagens produzidas pela máquina fotográfica, seu papel decisivo no registro e fixação de novo imaginário inscrito na idéia de utopia técnica em que a paisagem, revirada em obra pública, sinaliza para um futuro calcado na esperança do progresso.

Muito significativa dessa relação, por certo, terá sido a presença da fotografia na Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, entre 1881 e 1882. Dentre as várias “classes” daquela mostra, foram as seguintes as que tiveram na fotografia seu meio básico, ao lado das demais artes plásticas (isso sem contar outras

seções em que aparecia meramente como "ilustração"):

- Classe 15 — Vistas, paisagens e marinhas;
- Classe 16 — História;
- Classe 17 — Tipos, usos, trajes;
- Classe 19 — Retratos, estátuas, bustos.

Entre os assuntos tratados fotograficamente, duas grandes divisões aparecem: *cenários e personagens*. Expõem-se vistas urbanas, paisagens rurais, acidentes geográficos, edificações, monumentos, expedições e viagens, obras públicas, indumentárias regionais e outros registros culturais de diversas regiões do país. Sobressai, aqui, de modo por demais interessante, determinada construção da história nacional que é concebida e exposta como espetáculo moderno e dirigido a um público amplo, cidadão e anônimo. E isso estava sendo ensaiado não só mediante documentos ditos tradicionais da disciplina historiográfica (manuscritos, livros, obras raras, mapas etc), mas, igualmente, através da apresentação de imagens fotográficas como materiais pertinentes dos acontecimentos históricos e do próprio saber histórico especializado.

No que toca propriamente às imagens da modernidade em curso, vale ressaltar, em especial, as fotos que acompanharam os avanços e percalços no campo das obras ferroviárias, portuárias, das reformas e melhoramentos urbanos, do surgimento das primeiras instalações fabris de tipo moderno, das novas conquistas técnicas quanto à navegação fluvial e marítima. Esses antecedentes históricos vêm inserir os trabalhos do *Official Photographer* Dana B. Merrill sobre a construção da Madeira-Mamoré dentro de uma tradição que, na primeira década dos novecentos, já possuía lastro de cerca de meio século. Não se pode esquecer, portanto, nesse itinerário, as verdadeiras crônicas fotográficas de Marc Ferrez, em torno da construção da estrada de ferro Minas-Rio (álbum de 1882) ou das incríveis "obras de

arte" (pontes, túneis, estações) na tecnicamente ousadíssima estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, posta em funcionamento em 1885. Na primeira delas, podemos surpreender, numa bela foto, D. Pedro II na boca de um túnel, contracenando com trabalhadores dispersos ao lado e acima, como anjos desfocados; certa vez, na seção de iconografia da Biblioteca Nacional, veio-me essa foto como representação singularmente materializada do mecanismo de inversão ideológica sugerido na famosa metáfora da *câmera obscura*, de Marx e Engels, em *A ideologia alemã*. No caso de Marc Ferrez, vale lembrar, ainda, as imagens centrais, tiradas enquanto fotógrafo oficial da Marinha Imperial, de vários navios ao largo da baía de Guanabara; navios vazios, embarcações fantasmáticas, signos de tempo novo e veloz, mas, também, indícios da própria melancolia e fugacidade que cerca os aparelhos e maquinismos da civilização técnica.

Fotógrafos e engenheiros davam-se, pois, as mãos e combinavam suas linguagens, despontando, em pleno século XIX, como alguns de nossos primeiros modernistas. Há aí casos notáveis, como o do engenheiro ferroviário Carlos Morsing, que foi também fotógrafo. Seu álbum sobre a estrada de ferro Baturité, no Ceará (cerca de 1880), é exemplo marcante das fantasmagorias da técnica no desolado sertão da seca, impressão acentuada pela organização mecânico-militar do trabalho e pelos efeitos dissolventes do tempo sobre as imagens, esmaecendo-as e amarelando-as em tonalidades propícias ao sensoriamento de fantasmas remotos. Ligado à atividade de Morsing também existe outro curioso álbum de fotografias retocadas a partir de inscrições rupestres indígenas, de autoria de Camillo Vedani. Arte primitiva figurativa tornada decorativa abstrata pelo olhar da câmera, trabalho feito, ao que parece, sobre pedras achadas às margens do rio Negro, em 1882 e 1883, quando justamente o engenheiro chefiava comissão de estudos da

ferrovia Madeira-Mamoré, após sucessivos fracassos na tentativa de construí-la durante a década anterior. É da Comissão Morsing, igualmente, a série de fotos depositada no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis. Vê-se, ali, a cidade de Manaus ainda como vila ribeirinha, antes do *boom* da borracha e da metamorfose em metrópole silvestre; a cachoeira de Santo Antônio e o salto de Teotônio, no rio Madeira; o acampamento da expedição e a choupana de índios Mojos, em Santo Antônio, ponto inicial da ferrovia em seu traçado originário, com peças de roldanas ao fundo que parecem de antiga caldeira; as ruínas de uma ponte sobre um igarapé, na mesma região. Em contraste com os relatórios dessa própria comissão e outros documentos coetâneos, os restos de roldana e dessa pequena ponte são as únicas imagens de ruína fixadas fotograficamente pela Comissão Morsing. Nada sobre a locomotiva e outros equipamentos abandonados pela expedição Collins, em 1878, tão detalhadamente descritos em outros relatos. Pode-se dizer que, nessa coleção, predominam ainda imagens de uma natureza bravia e indomável, a grandeza monótona da floresta excessiva, engenheiros & fotógrafos que são artífices, antes de mais nada, da caça & pesca, em contraposição às fotos de Dana Merrill, 30 anos depois, em que se enquadra muito mais a crônica da natureza produtiva, ou até mesmo do trabalho de feição industrial sobre a natureza, incluindo-se, aí, o revolvimento de paisagens, a mistura de culturas, a luta contra a fúria dos elementos.

Não se deve ignorar, ainda nessa vertente, as ótimas fotos de Ben Mulock, em 1861, sobre obras públicas em Salvador e, em especial, a construção da estrada de ferro Bahia-São Francisco, formidáveis em seu artesanato sépia — no que possuem de “crônica antiga” daquela paisagem transfigurada. Da mesma forma, merecem registro as fotos pioneiras, de 1858, feitas pelo alemão August Stahl, sobre a instalação da

ferrovia Recife-São Francisco, com destaque para a primeira locomotiva em movimento fotografada em território brasileiro. Quanto ao espaço fabril, além dos trabalhos valiosos de Marc Ferrez em Minas Gerais, há muitos registros fotográficos dessa verdadeira fábrica-fantasma que foi a siderúrgica São João do Ypanema, perto de Sorocaba, entre eles a série de fotos de instalações internas vazias (cerca de 1870) feitas por Leuthold e Dursky, ressaltando-se o aspecto de abandono do aparato técnico, a disfunção de sua presença.

Constitui outro veio interessante de pesquisa o rastreamento dessa aliança prematura havida entre a fotografia e as demais artes gráficas nos primórdios da “imagem gravada” no Brasil, conforme ressaltou Orlando da Costa Ferreira no fundamental trabalho historiográfico *Imagem e letra* (1977). Assim, nos ensaios iniciais de um grafismo urbano, nesse cenário que é o “grande livro colorido da cidade” (João do Rio), ou, então, nessa “floresta sem fim de tabuletas” (Luiz Edmundo), sublinham-se, desde meados do século passado, obras de artesanato elaboradíssimo, como as dos fotógrafos húngaros Biranyi e Kornis — daguerreotipistas proscritos da Revolução de 1848 na Europa —, que se unem ao cromolitógrafo Louis Thérier, em 1855, para produzir memorável estampa do “estabelecimento de iluminação a gás” do Visconde de Mauá. Nela, a técnica de tintas graduadas permitia a impressão, de uma só vez, dos vários matizes de cores com que se compunha a gravura. Desse modo, fotografia, litografia e pintura a pincel combinavam suas respectivas técnicas em processos complexos que um jornal da época chamou de “tecnologia artística”.

As máquinas de iludir através de imagens em movimento, ancestrais do cinematógrafo, já estavam presentes no imaginário popular das maiores cidades brasileiras desde a primeira metade do século XIX. É o que indicam anúncios publicitários em jornais e

revistas. O vocábulo *marmota*, por exemplo, cuja acepção popular o dava como sinônimo de fantasma ou espantalho, era significativamente transposto como equivalente de cosmorama, dispositivo mecânico aparentado dos panoramas, dioramas e lanternas mágicas. Isso em anúncios que datam pelo menos de 1835 (cf. O. C. Ferreira). Essa interessante ampliação semântica iria desdobrar-se metaforicamente, por exemplo, nos títulos de jornais como *Marmota* (Salvador, 1849) ou *A Marmota Fluminense* (Rio de Janeiro, 1855), mostrando cruzamentos insuspeitados, até então, entre fantasmagoria e espaço público.

No interior desse processo em que a fotografia passava a ganhar, crescentemente, relevância na história das representações imagéticas e da documentação histórico-artística no Brasil do século XIX, alguns momentos podem ser especialmente reveladores. É como se, ao adentrar o território da modernidade, a civilização brasileira em formação se oferecesse, com foros de verdade, para ser inteiramente "kodakizada", para ser resumida, em coleção de *flashes* e cartões-postais, por uma câmera lúcida que fosse, a um só tempo, cúmplice absolvidora de suas próprias lacunas. É como se, acima de tudo, a sociedade imperial e a republicana que lhe seguiu desejassem mergulhar seus hiatos, falhas e sombras (a maior delas, a da escravidão) nesse universo sedutor da "ilusão especular", deixando-se levar por seus atrativos espetaculares e ignorando, afinal, os limites técnicos e ideológicos da "transparência fantasmática" presente na fotografia e em códigos imagéticos dela derivados.

Entre tais momentos reveladores, assinalo:

1. A própria "autonomização" da representação fotográfica, como nas vistas de Victor Frond em torno do Colégio dos Jesuítas em Salvador e a entrada da Barra (Rio), em que se incluíram, nas cenas registradas, como objetos de primeiro plano, a câmera e o fotógrafo — preocupação ainda mais significativa se se considerar que essas fotos foram depois litografadas para fazer parte do famoso álbum *Brasil pitoresco*, editado em Paris no ano de 1861, com texto do *garante-huitard* e romântico liberal Charles Ribeyrolles, amigo de Victor Hugo, viajante auto-exilado e irônico através do país. O fotógrafo e sua máquina surgem assim, nessas vistas, na linha de frente dos modos possíveis de figurar o que continha o próprio Brasil.
2. Idem para o *cartão estereoscópico* de autoria anônima, (cerca de 1875) que serviu como capa ao belo álbum de Gilberto Ferrer (1985), em que, ao lado de um negro, supostamente cativo, numa paisagem semi-silvestre, aparece o fotógrafo com seu mecanismo montado, em primeiro plano. Aqui, além do efeito de "autonomização", a técnica mesma do estereoscópio — ancestral dos modernos *slides* —, muito em voga no terceiro quartel do século XIX, indica já a preponderância da reprodução (imagem duplicada no cartão) e da ilusão tridimensional provocada de maneira rudimentar pelas diferenças sutis da percepção bi-ocular, espécie de paralaxe visual que se traduz, também, no exemplo citado, em "focos narrativos" desiguais: o olho visível do fotógrafo-cronista, disperso mas presente na cena; e o olho oculto do fotógrafo-documentarista, concentrado mas ausente da representação.
3. Finalmente — e quem anotou isso foi Susan Sontag num dos seus *Ensaio sobre a fotografia* —, é altamente sintomático que o repórter-cronista-engenheiro-romancista da tragédia de Canudos, Euclides da Cunha, tenha concluído *Os Sertões* narrando em pormenores a cena em que o cadáver de Antônio Conselheiro deveria morrer de novo, duplamente, para que fosse fotografado e, em seguida, morto ainda muitíssimas vezes, através de sua foto-



grafia reproduzida na imprensa. O ato de fotografá-lo morto era, pois, afinal, para o Estado-máquina, tão ou mais importante do que o próprio ato de matá-lo. Era essa a trajetória principal: imagem que se desprendia do corpo e da história, para depois, com Euclides, mediada pelo texto, retornar até o arraial de Canudos em seu momento preciso.

Madeira-Mamoré: as fotos de Dana Merrill descolam-se de seus lugares e de seu tempo; mas podem retroceder até lá, restaurando espaço-temporalidades interditas, conduzidas pelo poder evocatório de alguma narrativa.

* * * *

Dana Merrill e Frank Kravigny: o fotógrafo lembrado pela amizade do datilógrafo, amigos ambos da memória. Fotografar e datilografar no faroeste da civilização brasileira. Locomoviam-se de vapor, canoa, a cavalo e

a pé. Não eram propriamente pioneiros. Quantos já teriam fixado imagens da região? Quantos viajantes já teriam escrito sobre o grande álbum barroco da selva? Poucos anos antes, em 1905, Euclides da Cunha vencera a burocracia do Itamaraty para conseguir levar um fotógrafo — coincidentemente, H. Florence — na Comissão Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus. Entre os instrumentos daquela formidável expedição — teodolitos astronômicos e topográficos, cronômetros, sextantes, bússolas, lunetas, termômetros, psicômetros, barômetros, aneróides, micrômetros, molinetes, passômetros — encontravam-se... duas máquinas fotográficas.

Antes mesmo de Carlos Morsing, o fotógrafo A. Frisch, no início da década de 1860, percorreu Manaus, o rio Negro, o Solimões e o Japurá, fazendo as fotos mais antigas que se conhecem sobre índios da região, algumas delas sendo depois exibidas na Exposição Universal de Paris, em 1867. Ao

contrário da expressão com que Euclides nomearia, mais tarde, uma seleção de escritos amazônicos — “Terra sem história” — já havia, dentro e fora do Brasil, de há muito, uma história da e sobre a Amazônia, entendida precisamente no sentido de discursos e imagens que a tentavam captar e ordenar segundo a ótica das técnicas civilizacionais modernas, da cartografia à crônica e ao relatório escrito, do sextante à máquina fotográfica. Por isso, em 1884 e 1885, o Barão de Santa-Anna Nery editava, em Paris, o livro *Le pays des amazones*, em que propunha enfaticamente a organização de exposição internacional itinerante sobre as maravilhas amazônicas. Como que cedendo a tal tentação, comerciantes e o governo do Amazonas produziram um álbum fotográfico sobre a cidade de Manaus e os seringais da região para ser divulgado como *souvenir* na Exposição Mundial Columbiana de Chicago, em 1893, com todo o simbolismo inerente, já que celebrava o quarto centenário do Descobrimento da América. A natureza convertida em força produtiva tinha, sim, história, e até mesmo seus críticos precoces, como José Veríssimo, nesse verdadeiro “manifesto ecológico” que é a monografia por ele escrita, *A pesca na Amazônia* (1895), obra que reúne, a um só tempo, análise econômica, história natural e panfleto político-moral.

Dana não estava só, portanto. Quase à mesma época, o fotógrafo Silvino Santos — português que imigra na virada do século para Belém e vai, depois, residir em Manaus —, começa sua experiência de cineasta, primeiro a serviço do todo-poderoso Julio Arana, rei da borracha de Putumayo, dono da Peruvian Amazon Rubber Co.; mais tarde, filmando para J. G. Araújo, de Manaus, proprietário da maior casa de aviação do Amazonas. Essencialmente documentarista, seu filme mais famoso, *No país das Amazonas* (1922), premiado na Exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, combina o apelo ao exótico com o elogio da produção, o mistério grandioso da selva com os

81

sinais da modernização técnica da metrópole manauara. Materializa, em parte, os sonhos propugnados pelo Barão de Santa-Anna Nery. Focaliza a natureza segundo seus vários meios de produção. A ausência de enredo dramático, a sucessão arbitrária de cenas descritivas, faz desse inventário, em seu supernaturalismo ao mesmo tempo nítido e chapante, crônica algo surreal da ocupação da Amazônia pelo mundo técnico civilizado, da dilapidação da paisagem natural e humana, da metamorfose veloz das coisas, ilusão proporcionada pelo movimento e corte das imagens.

Com as fotos da Madeira-Mamoré, ocorre impressão semelhante. O surrealismo, ali, nasce da mais completa literalidade documental, da obsessão e zelo de cronista-repórter que marca o trabalho artesanal e mecânico de Dana Merrill. Estou convencido de que esse oficial-fotógrafo, de poucas pistas além de suas próprias fotos, não possuía nenhuma preocupação sociológica ou mesmo antropológica ao retratar, meticulosamente, sempre numerando as seqüências de negativos — promessas truncadas de narrativas, pré-roteiro de filme nunca rodado, fotogramas imaginários de montagem inacabada —, com alta redundância do fundo e da posição da câmara, representantes de quase todas as etnias e nacionalidades de trabalhadores atuantes na construção da ferrovia (eram cerca de 50). Segundo o fotógrafo contemporâneo Kim-Ir-Sene, que trabalhou no início dos anos 80 sobre os negativos remanescentes de Merrill (em sua maioria de vidro tamanho 13 x 18 cm), há sinais evidentes de que muitos deles eram reproduções de suas próprias fotografias. Talvez um cuidado a mais com a preservação daqueles sinais memoráveis. De todo modo, conforme atesta Boris Kossoy, a qualidade técnica das fotografias de Merrill é magistral, considerando-se que as batia e revelava em Porto Velho, nas condições mais adversas de temperatura, luz e umidade. Curiosamente, predominam, em Merrill, fotos tiradas

com céu nublado, havendo, pois, esforço deliberado para evitar o sol aberto: providência também excessiva, já que a sensibilidade dos filmes, na época, era mais baixa, indicando atenção especial para o contraste claro-escuro e para a definição de imagem. Intenção hiper-realista de documentar passo a passo os cenários, processos e personagens de uma grande obra internacional, faustianamente moderna nos limites extremos da selva amazônica. Imagens claras da civilização industrial no vazio do cerrado, da floresta e de rios em abandono, retratos nos bastidores do espetáculo do maquinismo. Se, na origem, formam peças artesanais de imenso valor plástico/pictórico, essas fotos, hoje, restam como sinais de ruínas, como traços de memória perdida, signos insuperáveis de um mundo morto, ícones de experiências submersas no mar chamado esquecimento. São negativos da história e, nesta condição, fixam-se em nossa consciência como esboços paralisados e emudecidos de um gigantesco e anônimo drama épico. Aqui, relembro ainda Barthes: "as imagens fotográficas conseguem 'falar' como fragmentos cênico-teatrais, flagrantes do tempo efêmero, crônicas da materialidade espacial mais perecível, combinação singular de pontos a velar-revelar instantes desaparecidos, instantâneos de uma prosa histórica cuja tensão se inscreve na melancolia de sentir irrecuperável o passado real".

As duas mil chapas de Merrill, a maior parte delas destruída, rondam como fantasmas do próprio drama de que teriam sido o principal fio narrativo. O fotógrafo lá esteve fazendo seu árduo trabalho, caubói moderno de câmera armada, viajante de espaços desbravados e solidões vividas à margem da ferrovia-fantasma que se construía sem fim. O período mais provável de seu itinerário localiza-se entre os anos de 1909 e 1911, quando, entre raras pistas, têm-se algumas notícias suas através de fotos esparsas publicadas no periódico ferroviário *Bulletin*, da Union Panamerican. Poucos anos depois,

em 1913, num *Anuario de Manaus*, encontramos fotos assépticas da capital do Amazonas, a grande fábrica de cerveja Amazonense de Miranda Corrêa & Cia. refletida nas águas do rio Negro, as ruas calçadas com Mac-Adam (macadame), o matadouro municipal atravessado por um foco de luz, dando-se a impressão de que o sangue urbano havia sido de fato confinado e, finalmente, os impressionantes equipamentos e instalações da limpeza pública municipal — forno de incineração do lixo, vassouras mecânicas, automóvel-irrigador — sugerindo cidade higiênica e limpa. No mesmo anuário, na verdade um almanaque ilustrado, deparamos, no final, com a foto de página inteira da estação de Porto Velho, um trem especial preparado para a viagem, passageiros alinhados posando. Ficaram assim para trás as faces tumultuárias e babélicas de hindus e barbadianos fixadas por Merrill. A dignidade do olhar sobre o mundo do trabalho, dos entreolhares do fotógrafo-engenheiro mecânico e do trabalhador desterrado-orgulhoso em sua própria veste e figura.

Negativo nº 154: "trabalhador negro, alto e magro à esquerda, origem provável Antilhas, olha para o fim dos trilhos, para o fundo/centro, onde alguns colegas (são no mínimo três) trabalham; veste chapéu amassado, lenço no pescoço e carrega pequeno bernal (ou será cantil?); seu rosto está virado contra a câmera, parece esperar os companheiros, ou a passagem de algum trem improvável; os trilhos estendem-se do primeiro plano desaparecendo em curva à esquerda, sempre paralelos, árvores esparsas e altas no fundo/direita, barranco abrupto à esquerda; pedras, dormentes e trilhos pelo caminho". São notas manuscritas tomadas num caderno por este pesquisador, na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional em 5/6/1990. Trata-se de uma foto de autoria inconfundível de Dana Merrill (pelo dinamismo e nitidez da cena, a escolha original dos ângulos, a alta qualidade técnica da imagem), num lote de 37 outras que pertencem

ciam ao arquivo particular de Percival Farquhar, o empresário imperial que comandava a construção da Madeira-Mamoré e tantos outros negócios na América do Sul nesta primeira metade do século XX. Por isso, essas fotos estão agrupadas junto a papéis manuscritos, selando pacto que se completa, ainda, com as seguintes anotações em meu caderno:

“Este trabalhador não pode ser identificado, isto é, reconhecido. Sua atenção parece concentrar-se no objeto fugaz de seu trabalho. Talvez espere a aproximação dos demais; talvez a de um pequeno vagão que poderá reconduzi-lo de volta ao acampamento”.

Dana B. Merrill: seu nome consta em várias relações da Madeira-Mamoré Association, a entidade civil agregadora de sobreviventes da construção da ferrovia e um fator decisivo na preservação de sua memória. Criada no início deste século, acabou funcionando como elo entre as gerações de engenheiros e técnicos norte-americanos que participaram daquela aventura ferroviária, tanto nos anos 1878- 1879 quanto 1907 e 1912. Foi essa associação a patrocinadora da magnífica narrativa de Neville Craig sobre a expedição fracassada do século passado, bem como do reencontro emocionante de sobreviventes, entre eles Merrill, em plena Exposição Mundial de Nova Iorque, 1939. Nas poucas listas de filiados que nos chegaram, há até o registro de uns dois endereços do fotógrafo-cronista, sempre em New York City.

A Fundação Nacional Pró-Memória, durante algum tempo, há dez anos, tentou algumas outras pistas, sem sucesso. Ela tam-

bém foi extinta. Uma arquivista do Museu da Imagem e do Som, de São Paulo, anos atrás, levou-me até um asilo de velhos na zona oeste da cidade. Lá, conheci o filho de um antigo engenheiro da ferrovia Madeira-Mamoré, Rodolfo Kesselring, que teria guardado, por muito tempo, os 2.000 negativos de Dana Merrill, depois passados ao repórter fotográfico de A Gazeta, Ari André, que os perdeu em alguma mudança (os 10% remanescentes foram salvos pelo escritor Manoel Rodrigues Ferreira). Aquele senhor, no asilo, tinha ainda uma caixa de tesouros fotográficos de família; nada, porém, de Dana Merrill. Desmemoriado, recordava-se de pouquíssima coisa, confundia-se em detalhes, repetia-se. Dizia que as fotos da Madeira-Mamoré eram suas, tinha sido roubado, queria sair dali para recuperá-las. Quem podia acredi-



tar nele? Buracos negros da memória, história sem fio, lacunas como teclas saltando de uma velha máquina Underwood, falhas terríveis, de quem? Ao buscar as pegadas do fotógrafo-cronista, caminha-se rápido da prosa historiográfica para a de ficção. Cronista fin-

gidor? Restaram entretanto muitas fotos, poucos nomes, alguns mapas, relatórios, diários. Madeira-Mamoré: duas palavras, duzentas fotos, imagens contundentes, quem pode revelar o resto? A cada reunião anual da Madeira-Mamoré Association, conforme verifiquei em raras listas e boletins, noticiavam-se novas baixas no grupo de sobreviventes. Dana Merrill deixou seus valiosos negativos em Porto Velho, no próprio cenário da ferrovia-fantasma: as fotos não lhe

pertenciam, ele era apenas um técnico contratado pela companhia construtora para registrar a grande obra.

Madeira-Mamoré: cruzamento de rios à deriva da civilização, lapsos de memória, trens descarrilados. A ferrovia reclama seu narrador: Merrill sentado sobre a locomotiva abatida, fantasma que se insinua nas imagens, crônica noturna, ficção controlada numa câmara lúcida, história projetada de negativos em chapas de vidro.

BIBLIOGRAFIA

- AMAZONAS. Associação Comercial do Amazonas. *A cidade de Manaus e o país da seringueira. Recordação da Exposição Columbiana — Chicago, 1893*, Manaus, Assoc. Com. AM, 1988.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Pequena história da fotografia*, em *Magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Arquivo Histórico do Museu Imperial. *Coleção de fotos da Comissão Morsing (E. F. Madeira Mamoré)*, Petrópolis, c. 1880.
- BRASIL. Biblioteca Nacional. *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Brasília, UnB, 1981, 3 v. (Ed. fac-sim.; 1ª ed.: Rio de Janeiro, 1881).
- _____. *Fotografias: "Collecção D. Thereza Christina Maria"*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1987.
- BRASIL. Ministério d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Brasil: Estrada de Ferro de D. Pedro II*, Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico, s/d (Litogravuras de C. Linde).
- COSTA, José Daniel Rodrigues da. *Camara Optica. Onde as Vistas ás avéssas mostram o Mundo ás direitas*, Lisboa, Off. de J. F. M. de Campos, 1824, 12 folhetos.
- COSTA, Selda Vale da; LOBO, Narciso Júlio Freire. *No rastro de Silvino Santos*, Manaus, SCA/Eds. Gov. Est., 1987.
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*, (Org., introd. e not. de L. Tocantis), Rio de Janeiro, José Olympio, Rio Branco, Gov. Est. Acre, 1986.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*, São Paulo, Edusp, 1991.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A ferrovia do diabo: História de uma estrada de ferro na Amazônia*, 2ª ed. rev. aum., São Paulo, Melhoramentos, 1981.
- _____. *Nas selvas amazônicas*, São Paulo, Biblos, 1961.
- FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra: Introdução à bibliologia brasileira: A imagem gravada*, São Paulo, Melhoramentos/Edusp/Secret. Cult. Ciência e Tec., 1977.

- FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil (1840-1900)*, Rio de Janeiro, Funarte/Fund. Nac. Pró-Memória, 1985.
- FERREZ, Marc. *Estrada de ferro Minas e Rio*, Rio de Janeiro, c. 1882 (álbum fotográfico).
- _____. *Estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba*, Rio de Janeiro, s/d (álbum fotográfico).
- FIGUEIREDO, Heitor de (org.). *Anuario de Manaos: 1913-1914*, Lisboa, typ. "A Editora Limitada" , 1913.
- FRANÇA. Musée d'Orsay; Bibliothèque Nationale. *L'invention d'un regard (1839-1918)*, Paris, Réunion des musées nationaux, 1989.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- KOSSOY, Boris. O fotógrafo Dana Merrill e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em FERREIRA, M.R. *A ferrovia do diabo*, op. cit., p. 8.
- _____. *Origens e expansão da fotografia no Brasil — século XIX*, Rio de Janeiro, Funarte, 1980.
- _____. *Fotografia e história*, São Paulo, Ática, 1989.
- KRAVIGNY, Frank W. *The jungle route*, Nova Iorque, Orlin Tremaine Co., 1940.
- MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular: Uma introdução à fotografia*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MADEIRA-MAMORÉ: as imagens de uma estrada de ferro marcada pela tragédia. *Jornal do Brasil: Caderno B.*, Rio de Janeiro, 16-05-1982, p.p. 4-5.
- MERRILL, Dana. *Coleção de fotos da construção da E. F. Madeira-Mamoré*, São Paulo, MIS; Brasília, Fund. Nac. Pró-Memória, c. 1980 (reprod. parc.).
- MISSAC, Pierre. *Passage de Walter Benjamin*, Paris, Seuil, 1987.
- PÉRET, Benjamin. La nature dévore le progrès et le dépasse, em *Minotaure*, 3^a s., IV (10), hiver 1937, pp. 20-21.
- PETRIC, Vlada. La photographie et la mort, em *Lettre Internationale* (23), hiver 1989/1990, pp. 39-41.
- ROUILLE, André. La photographie française à l'Exposition Universelle de 1855, em *Le Mouvement Social* (131), avr-juin 1985, pp. 87-103.
- SANTILLI, Marcos. *Madeira-Mamoré: imagem e memória*, 2^a ed., São Paulo, Memória Discos e Edições/Mundo Cultural, 1988.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*, 2^a ed., Rio de Janeiro, Arbor, 1983.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- TOULET, Emmanuelle. *Cinématographe, invention du siècle*, Paris, Gallimard/Réunion des musées nationaux, 1988.
- VASQUEZ, Pedro. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*, Rio de Janeiro, Index, 1985.
- _____. *Fotografia: reflexos e reflexões*, Porto Alegre, L & PM, 1986.
- _____. *Fotógrafos pioneiros no Rio de Janeiro: Victor Frond, George Leuzinger, Marc Ferrez e Juan Gutierrez*, Rio de Janeiro, Dazibao, 1990.

AS MARCAS DA PANTERA: FOUCAULT PARA HISTORIADORES

Margareth Rago

Departamento de História-Unicamp.

É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.
M. Foucault

Em uma célebre polêmica com Jacques Léonard, Michel Foucault distingue duas maneiras de se fazer história: a primeira, à maneira dos "historiadores", consiste em atribuir-se um objeto e tentar resolver sucessivamente os problemas que este coloca; a segunda, a que ele prefere, consiste em se colocar um problema e determinar a partir dele o âmbito do objeto que é necessário percorrer para resolvê-lo.¹ Propondo uma *história-problema*, sob inspiração dos fundadores dos *Annales*, Foucault afirma-se não como um historiador dos costumes, dos comportamentos e das práticas sociais, mas das *problematizações*, isto é, das formas pelas quais determinados temas foram problematizados em diferentes épocas. Em *Vigiar e punir*, por exemplo, não procurou fazer a história da instituição-prisão, mas se perguntou como o pensamento da punição teve uma certa história entre o final do século 18 e início do 19. Já na *História da loucura*, sua atenção se dirigiu à maneira pela qual diferentes épocas perceberam a loucura, tendo em vista estabelecer os limites entre o normal e o desvio.² As relações entre o pensamento e a verdade constituíram seu campo privilegiado de investigação.

A problematização, portanto, se torna um conceito-chave em seu pensamento, e por tal noção não se deve entender a representação de um objeto pré-existente, nem a criação pelo discurso de um objeto inexistente. Trata-se, diz ele, do "conjunto de práticas discursivas e não-discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto

para o pensamento (seja sob a forma de reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc)".³

Mesmo que se tenha reconhecido explicitamente como filósofo, não há dúvida de que Foucault realizou várias obras de historiador, e que tanto suas problematizações e os caminhos que desbravou para resolvê-las, quanto suas concepções mais gerais causaram profundo impacto nos meios acadêmicos e, em especial, entre os historiadores. A enorme quantidade de livros, teses, artigos, comunicações, palestras e debates produzidos no Brasil e internacionalmente sob sua inspiração atesta uma penetração que, polêmica e tumultuada, deve ser discutida.⁴ Pelo menos dois colóquios significativos em torno de Foucault foram realizados na USP, em 1985, e na Unicamp, em 1986.⁵ Ampliou-se também o campo da investigação histórica e das fontes documentais para temas como a higienização das cidades, a medicalização dos corpos, a disciplina fabril, políticas do corpo, sexualidade e outros.

Nesta direção, este texto pretende ser uma contribuição para se pensar a importância que esse filósofo exerceu entre os historiadores, lembrando sempre que toda reflexão se enraíza em uma prática histórica particular. A partir de suas problematizações, definiu-se um novo campo conceitual e alterou-se radicalmente a maneira pela qual o historiador trabalha sua matéria, levando o não menos importante Paul Veyne a afirmar enfaticamente que "Foucault revoluciona a História"⁶.

Proponho, então, situar três momentos em que o pensamento desse filósofo causou impacto na produção historiográfica brasileira, embora entenda que não foi muito diferente o percurso seguido pela historiografia francesa, da qual somos tributários. O primeiro caracteriza-se pelo privilegiamento da concepção de poder como positividade; o segundo remete à questão da eliminação do sujeito como agente histórico fundamental, produtor central dos acontecimentos sociais; o terceiro vê entrar em cena reflexões sobre os modos de subjetivação e seus processos diferenciados. Essa divisão não obedece necessariamente a uma ordem cronológica, já que parece, à primeira vista, que fizemos um caminho inverso em relação à produção do autor: enquanto este passou da análise arqueológica das formações discursivas para a genealogia das relações do poder, nós o encontramos inicialmente em seu principal estudo histórico propriamente dito, *Vigiar e punir*, para mais tarde procurarmos suas formulações anteriores.

É possível afirmar que grande parte da produção historiográfica inspirada nesse filósofo, ao menos durante a década de 1980, caracterizou-se por uma apropriação particular da noção de *poder disciplinar*, que já não assumia todos os dardos que eram lançados contra os baluartes do marxismo. Criticando a concepção jurídica do poder, Foucault não apenas chamava a atenção para a dimensão imaginária do poder, ou seja, para a idéia de que este se apresenta através de inúmeras figuras, de que há mais de uma representação do poder. Desmontava uma série de concepções estreitamente articuladas, como a de que o poder, além de negativo,

estaria localizado num ponto fixo — o Estado e as instâncias político-institucionais. Mostrava a astúcia da dominação e a ficção de sua negatividade.

Relembro alguns pontos da concepção positiva do poder: Foucault questiona uma representação essencialmente jurídica do poder, considerado como “coisa”, mostrando suas limitações para se pensar a dominação na sociedade moderna. Segundo ele, se pensarmos o poder apenas negativamente, isto é, como força repressiva, que cala, silencia e abafa, ficamos com uma dimensão reduzida de suas múltiplas manifestações. Trata-se, pois, de percebê-lo em sua dimensão relacional e em suas inúmeras formas de manifestação estratégica, nos vários momentos da vida social. Contra o mito libertário da “sociedade sem Estado”, Foucault revela que somos todos capturados por uma imensa rede de relações, que paulatinamente recobriu e conformou a sociedade disciplinar, a partir de meados do século 18, rede esta necessária, por sua vez, para a própria sustentação da representação do Estado como força repressiva e máquina exclusiva da dominação burguesa. Propôs, então, para o estudo das formas de dominação não apenas a análise dos regimes políticos, mas uma “análise do poder”, uma microfísica do poder⁷.

Essas noções causaram grande impacto, principalmente num país recém-egresso do abafamento da ditadura militar e no auge da eclosão dos movimentos sociais, muitos dos quais nascidos à revelia de partidos e grupos políticos da esquerda organizada. O potencial anti-autoritário se evidencia tanto

1. Michelle Perrot (org.). *L' impossible prison*, Paris, Seuil, 1978.

2. Michel Foucault. *Vigiar e punir*, Petrópolis, Vozes, 1977; *História da loucura*, São Paulo, Perspectiva, 1978.

3. Carlos Henrique Escobar (org.). *Michel Foucault: dossier. Últimas entrevistas*, RJ, Taurus, 1984, p. 76.

4. Veja-se a respeito Ricardo Falcon. *La presencia de Foucault en la historiografía contemporánea de los sectores populares*, mimeo, 1989.

5. Duas importantes publicações resultam desses encontros, respectivamente, *Recordar Foucault*, organizado por Renato J. Ribeiro, SP, Brasiliense, 1985 e *Foucault vivo*, organizado por Italo Tronca, Campinas, Pontes, 1986.

6. Paul Veyne. *Como se escreve a História. Foucault revoluciona a História*, Brasília, UnB, 1982.

7. Michel Foucault. *Microfísica do poder*, RJ, Graal, 1979.

nas críticas internas e externas dos grupos ditos minoritários, quanto no comportamento questionador de jovens, mulheres e grupos étnicos. Cada um a seu modo tomava contato com a noção de direito e cidadania. Nesse contexto, a redescoberta do anarquismo e a aproximação de Foucault não foram mero acaso: participavam ambos de um momento de intensa contestação social e do descortinar de novos possíveis, na virada da década de 1970 para os anos 1980.



Questionando a noção do poder como repressão, cara tanto ao marxismo quanto à psicanálise, Foucault atentava para sua incidência sobre o corpo do indivíduo como biopoder. Descartando a “hipótese repressiva”, segundo a qual teríamos uma natureza essencial primeira que o poder viria reprimir — e nesse sentido, o desejo e a sexualidade variariam historicamente apenas em função da maior ou menor força da repressão civilizadora —, ele afirma que nada temos de natural, que nem mesmo o ato de comer poderia ser

assim pensado, pois não há uma essência humana situada no campo da natureza sobre a qual a cultura investiria. Tudo é histórico e cultural no ser humano; os sujeitos não pré-existem para entrar posteriormente em relações conflituosas ou harmoniosas. Eles atuam num campo de batalha, onde não há bastidores.

Portanto, num mesmo movimento em que sua concepção positiva do poder politizava inúmeros planos da vida social, permitindo que muitas disciplinas científicas repensassem seus procedimentos teóricos e metodológicos, a exemplo da arquitetura ou da geografia,⁸ que passavam a ocupar-se não apenas das formas físicas dos espaços materiais, mas das relações de poder e do entrecruzamento de saberes que lhes eram imanentes, a noção de ideologia voava pelos ares. Não só a alma, a consciência, o intelecto, mas muito mais do que isso, o próprio corpo do indivíduo, o automatismo dos gestos, a postura, o comportamento, a percepção eram investigados pelo poder. Ponto fundamental para os historiadores: a dominação não se fazia apenas de cima para baixo, do Estado para a “sociedade civil”, ou ainda da mídia para os consumidores passivos da escola frankfurtiana, mas incidia pelos espaços físicos e institucionais, a despeito do controle e da vontade dos indivíduos.

Sem negar a existência da dominação classista, Foucault alertava para uma forma de percepção segundo a qual o exercício do poder aparecia como muito mais profundo, sutil, permanente, produtivo e microscópico. A hegemonia não se construía apenas pelo silenciamento, mas pela própria *produção da subjetividade*. Inversão total: a dominação não percorria o caminho da alma para o corpo, mas poderia vir das coisas para o corpo e para as idéias!

Falemos, então, de alguns trabalhos franceses que marcaram fortemente a produção historiográfica brasileira. Embora seja difícil

classificar certos historiadores como foucaultianos nesta nossa época de recusa aos rótulos, foram vários os autores que se aproximaram do filósofo. Na França, criou-se a revista *Recherches* e, além dela, foram produzidos trabalhos que abriram múltiplos temas de pesquisa. Dentre os números mais conhecidos dessa revista, destaco *Le soldat du travail*, que aborda o taylorismo, a disciplina industrial e a militarização da fábrica após a primeira guerra mundial; *L' haleine des faubourgs*, sobre as formas de gestão pública e privada da cidade e de seus habitantes; *Disciplines à domicile*, reunindo estudos sobre a medicalização da família; *Le petit travailleur infatigable*, abordando as formas da submissão do menor ao trabalho fabril e a domesticação da família operária.

Michelle Perrot e Alain Corbin, por sua vez, embora sem renunciarem à sua formação *annaliste* mesclada com a tradição marxista, apropriaram-se desta concepção do poder que permitia pensar tanto o indivíduo, quanto a organização espacial da cidade, ou a constituição de uma nova sensibilidade fortemente marcada pelas estratégias tecnológicas do poder.⁹ Do processo de trabalho à vida privada do lar, os trabalhos historiográficos evidenciaram o exercício da vigilância panóptica, o deslizamento das disciplinas visíveis às invisíveis, a dominação molecular e sutil incidindo sobre o corpo, distribuindo os indivíduos no espaço, decompondo o tempo, serializando, normatizando os comportamentos.

O "conforto", com suas maquinarias instaladas no lar ao longo do século 19, como estudou François Béguin,¹⁰ incitando aos comportamentos privativos e íntimos e ao "culto do eu"; a fábrica "higiênica", desodorizada e espacializada, produzindo a subjetividade

do trabalhador; a escola normativa, conformando o corpo dos alunos, não apenas pela difusão de ideais e valores conservadores, não mais então como "aparelho ideológico do Estado", mas pela produção do próprio indivíduo, em sua maneira de ser, agir e sentir; a segregação espacial dos habitantes da cidade, classificando as condutas e identificando os tipos urbanos, rotulando-os segundo categorias do normal e do patológico, a partir de sinais orgânicos ou das próprias roupas, assim como as mutações nos regimes disciplinares e nas resistências sociais foram temas abordados com muita frequência nos estudos estrangeiros e brasileiros.

Lembro entre nós de alguns trabalhos que ficaram muito conhecidos, como *Danação da norma*, (Graal, 1978), de Roberto Machado e outros, e *Ordem médica e norma familiar* (Graal, 1979), de Jurandir Freire Costa. Além desses, vale destacar *A estratégia da recusa* (Brasiliense, 1982), de Amnérís Maroni; *Ferrovia ferroviários* (Cortez, 1982), de Lílíana Segnini; *O espelho do mundo* (Paz e Terra, 1986), de Maria Clementina Cunha, *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar* (Paz e Terra, 1985), de Margareth Rago; *Sacralização da política* (Papirus, 1987), de Alcir Lenharo; *Campos da violência* (Paz e Terra, 1988), de Sílvia H. Lara, todos produzidos na década de 1980.

Certamente, é preciso levar em conta a maneira como esses trabalhos se inscrevem direta ou indiretamente numa perspectiva teórica foucaultiana. Contudo, foram fortemente marcados pelas noções de *disciplina de micropolítica*, e de *normatização dos gestos*, mostrando cada um a seu modo a produção do indivíduo pelas malhas do poder.

8. Veja-se por exemplo o interessante estudo da arquiteta Raquel Roinik. *Cada um em seu lugar*, dissertação de mestrado, FAU-USP, 1981.

9. Michelle Perrot. *Os excluídos da história*, organizado por Maria Stella Bresciani, RJ, Paz e Terra, 1988; Alain Corbin. *Saberes e odores*, SP, Companhia das Letras, 1987 e *Les filles de nocte. Misère sexuelle et prostitution à Paris au 19e siècle*, Paris, Flammarion, 1978.

10. François Béguin. *Les machineries anglaises du confort*, *Recherches*, *L' haleine des faubourgs*, Paris, CERFI, 1978.

Do mesmo modo, ganharam destaque os trabalhos historiográficos de Alain Corbin e Michelle Perrot, já citados. O primeiro tomou como tema de suas pesquisas o discurso médico-sanitarista e jurídico sobre a prostituição na França do século 19, em *Les filles de noce*. Já em *Saberes e odores*, analisou a constituição de uma nova sensibilidade olfativa, atento às formas pelas quais a burguesia instituía seu poder através da difusão das noções do certo e do errado em relação aos comportamentos higiênicos e às percepções olfativas. A dominação olfativa, mostrava ele, passava também pela imposição de uma determinada forma de percepção dos cheiros, de uma determinada resistência ou aceitação de sua classificação e codificação sensorial.

Já Michelle Perrot, em inúmeros artigos recentemente reunidos no livro *Os excluídos da história*, atentava para as possibilidades de exploração da análise microfísica do poder nos campos da organização capitalista do processo de trabalho, nas formas de distribuição dos corpos nas prisões e asilos na França do século 19, na ocupação do espaço urbano pelas "mulheres rebeldes" e grupos marginais jovens do tipo "apaches", resistindo contra a construção da sociedade panóptica. Os institutos disciplinares da infância, as fábricas, hospícios e asilos foram incorporados como domínios fundamentais para o conhecimento da sociedade moderna por esta historiografia.

No Brasil, vale destacar os estudos sobre sistemas de reclusão e medicalização de vários grupos sociais, realizados por Sérgio Adorno em suas pesquisas sobre a assistência pública no Estado de São Paulo, o de Italo Tronca, sobre o imaginário da lepra e as instituições correlatas, o de Magali Engel, sobre o discurso médico-higienista a respeito da prostituição no Rio de Janeiro no século passado e a coletânea organizada por Ronaldo Vainfas sobre o tema da sexualidade e o controle social.¹¹

No entanto, o resultado deste rico contato foi ao mesmo tempo estimulante e problemático. Mas abstenho-me de considerar cada um dos trabalhos indicados, já que se inscrevem em tendências metodológicas diferenciadas. Para os objetivos desta discussão, considero pertinente situar as questões num plano mais geral. Voltando, portanto, à questão do aspecto problemático da apropriação de alguns conceitos de Foucault, entendo que vários autores trabalharam com determinadas noções, como o de poder disciplinar, sem contudo questionar o quadro conceitual ou a referência metodológica que norteava suas produções. Algumas vezes, encontramos análises que tomaram como referência inicial obras sociológicas dos anos 1960 para, num segundo momento, circunscreverem o estudo a uma dimensão micro do objeto escolhido. Por exemplo, a análise das formas arquitetônicas panópticas do esporte no período Vargas foi "contextualizada" a partir de modelos econômico-político-sociais construídos pelos estudos de sociólogos e politólogos, estudos estes absolutamente estranhos à problemática foucaultiana.

Ao contrário, portanto do que propôs Foucault, a análise micro foi combinada com modelos macro de interpretação globalizante da sociedade e da política. Lembremos que ao criticar o projeto de uma história totalizante, Foucault, na *Arqueologia do saber*, defendeu o projeto de uma história geral, construída a partir das descontinuidades, das rupturas e do entrecruzamento de séries organizadas pelo historiador.¹²

Menos chocante, a aproximação entre o filósofo e historiadores marxistas ingleses, como E.P. Thompson, também refletiu as confusões e dificuldades geradas pela referência por autores situados em campos epistemológicos diferenciados. Penso em alguns trabalhos que, nesse sentido, oscilaram entre uma história "genealógica", em que os agentes sociais aparecem como efeitos do poder e dos entrecruzamentos de

saberes, e a valorização das resistências sociais, numa atitude militante nitidamente preocupada em realçar a importância da ação do sujeito na história. Essa oscilação encontra-se em vários estudos, sobretudo naqueles voltados para a condição operária e os movimentos sociais: de um lado, busca-se mostrar a combatividade histórica dos setores oprimidos da sociedade, priorizando sua capacidade organizativa autônoma; de outro, investigam-se a formação de saberes e a genealogia das relações de poder inscritas nas instituições de “seqüestro”, que constituem a sociedade burguesa.

Ou seja, se de um lado a historiografia brasileira cresceu com a descoberta dos “vencidos”, operários e “minorias”, buscando desfazer seus “silêncios” e colocá-los como protagonistas centrais da história — vide a respeito os trabalhos sobre a condição dos escravos, negros, loucos, prostitutas, crianças, etc —, por outro, a perspectiva delineada pelo “pensamento diferencial” (no qual se inclui Foucault) apontava para a eliminação do sujeito na história, minimizando a importância de sua atenção racional e consciente.

Pelo lado dos estudos feministas, a confusão aparece claramente nas dificuldades suscitadas pelo deslocamento dos estudos sobre a “mulher” para as *relações de gênero*. Falando brevemente, é visível o mal-estar partilhado por uma historiadora do porte de Joan W. Scott quando, provinda de uma formação marxista e de estudos marcadamente militantes, isto é, preocupados em provar a combatividade das mulheres, especialmente, de condição social inferior, passa a defender a análise das relações de gênero, apoiando-se no conceito de “deconstrução” de J. Derrida.¹³

Muito mais do que um deslocamento de objeto, trata-se, creio eu, de uma enorme mudança de campo epistemológico, de referências teóricas dificilmente compatíveis entre si. Fazendo a crítica ao marxismo, os “filósofos da diferença”, entre os quais Foucault e Deleuze, se não postulam uma metodologia e uma filosofia da História, não podem ser apropriados sem mais no interior de um sistema conceitual tão acabado quanto o marxismo. Noções com sentido da História, necessidade do processo histórico, para não falar em leis imanentes ao desenvolvimento social, realidade objetiva ou concreta, desvelamento das aparências ou do “véu” da ideologia para se chegar à verdadeira essência, história totalizante, “síntese das múltiplas determinações”, infra-estrutura econômica e super-estrutura cultural, reflexo do nível ideológico, entre outras, são absolutamente descartadas pelo pensamento diferencial. Impossível, portanto, utilizar apenas o conceito de poder disciplinar no interior daquele pensamento, já que esse próprio conceito supõe a crítica de outros como o de ideologia, essência, verdade objetiva, real etc.

Vale ainda ressaltar que não se trata, no caso de Foucault, de negar a combatividade histórica do proletariado e dos oprimidos em geral. Sua questão é bem outra. Seu problema é dissolver uma representação do homem como sujeito unitário consciente, que possibilita e informa aquele tipo de análise e o humanismo em geral. Remetendo a Marx, Freud e Nietzsche, o filósofo indica que nem tudo pode ser explicado pela atuação consciente dos indivíduos, e, nesse sentido, uma história que se põe a privilegiar a entrada em cena de quaisquer setores sociais, como agentes fundamentais do movimento histó-

11. Veja-se a respeito o artigo de Italo Tronca, História de doença: a partitura oculta, em *Recordar Foucault*, op. cit. O autor realizou ainda dois vídeos documentários sobre a lepra e o regime asilar em São Paulo e no Amazonas (Centro de Comunicação da Unicamp e Arquivo Edgar Leuenroth); Sérgio Adorno. *A Arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século 19*, *Foucault vivo* op. cit.; Magali Engel. *Meretrizes e doutores*, SP, Brasiliense, 1987; Ronaldo Vainfas. *Histórias e sexualidade no Brasil*, RJ, Graal, 1986.

12. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. 12ª ed: SP, Forense-Universitária, 1986.

13. Joan Scott. *Gender and politics on history*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1988.

rico corre o risco de mistificar a capacidade de construção da História pelo homem. Evidentemente, a discussão em torno do acontecimento e da estrutura é bastante complexa e, no campo da historiografia, é possível afirmar que o peso maior ou menor atribuído a cada um desses elementos define duas importantes tendências de produção historiográfica, a *social history* e os *Annales*, respectivamente.

Seja como for, para Foucault, somos produzidos por relações de poder, somos efeito mais do que produtores. Estamos envolvidos por formas de agenciamento atravessadas pelo poder e pela formação de saberes que nos instituem, codificando, classificando e supostamente explicando. Para o historiador, trata-se então de perceber essas redes e os mecanismos de funcionamento do poder, menos do que acreditar que existimos antes da sociedade e da cultura, ou por detrás dela, numa suposta natureza que a razão burguesa imaginou e onde nos alojou.

Gostaria de lembrar aqui as freqüentes críticas lançadas pelos historiadores marxistas a Foucault, segundo as quais este negligenciaria as resistências populares. Carlo Ginsburg, por exemplo, identificado com a "História vista de baixo" e preocupado com a análise da cultura popular, acusa-o de esquecer os excluídos, ao tratar das formas da exclusão na *História da loucura*. Já em *Eu, Pierre Rivière...*, o filósofo teria deixado a figura do assassino em segundo plano, caindo numa relação estetizante e irracionalista diante de sua fala, negando-se pois à interpretação.¹⁴

Como bem observou Durval Muniz de Albuquerque Junior, em artigo recente, também Ginsburg incorre numa incompreensão da proposta metodológica de Foucault.¹⁵ Sua preocupação central não é explicar os atos e palavras de Rivière, como fizera o historiador italiano em relação ao seu personagem Menocchio, mas a de mostrar como esses atos e palavras foram apropriados pela

produção de uma teia discursiva que conectou o discurso psiquiátrico e o jurídico. Trata-se, para Foucault, de mostrar que o crime de Rivière e seu relato sobre o crime constituem dois acontecimentos diferenciados, que não podem ser reduzidos um ao outro. Foucault revela como o jogo do poder se vale desta homologia entre o real e o discurso para sustentar suas definições sobre a identidade do camponês, seja como louco para os médicos, seja como assassino para os juristas, e encontrar os elementos de sua condenação.

Outra grande discussão foi gerada pela incompreensão do conceito foucaultiano de discurso. Recusando a concepção do discurso como reflexo do real, o filósofo explicava que o discurso é prática, e que as práticas discursivas instituem figuras sociais, constroem identidades e objetivam o fato histórico, dando-lhe visibilidade e imprimindo-lhe um sentido determinado. Contrariava, nesse sentido, a cristalizada representação de que o fato existe por si só independentemente do discurso.

Em um livro bastante conhecido, Edgar de Decca trabalhou com essa concepção das formações discursivas como acontecimento, descartando a dicotomia representação-real, embora lhe tenha sido atribuída uma forte influência de outro notável filósofo, Walter Benjamin. Em *O silêncio dos vencidos*, trabalhando num plano arqueológico com a ordem do discurso dos vencedores da movimentação político-social do final dos anos 1920 para os anos 1930, mostrou como se institui um sentido determinado dos acontecimentos históricos e como se produz a memória do passado, silenciando o discurso dos vencidos, ou mesmo eliminando do cenário histórico a configuração de conflitos, num determinado momento, questionou fundamentalmente os rumos da História.¹⁶

Já em 1987, privilegiando a noção de discurso como acontecimento, Durval Muniz

Albuquerque Junior, mostrava como a seca do Nordeste fora construída discursivamente pelas elites como problema social, a partir de meados do século passado. Não se tratava para esse historiador de explicar empiricamente o fenômeno da seca no Nordeste brasileiro, a exemplo de um geógrafo, mas de explicitar que teias discursivas possibilitaram a emergência da seca como problema, a partir da configuração de um campo de forças em conflito.¹⁷

Destas colocações, vale ressaltar a "desnaturalização" do objeto proposta pela história arqueo-genealógica. Seu método opera um deslocamento "copernicano", como diz Paul Veyne, no que seria o trabalho do historiador, pois deixa de trabalhar com o objeto dado, para pensar as práticas sociais que o engendram. Se os objetos não são dados como naturais, Foucault nos alerta para sua "raridade", para a maneira como as práticas discursivas ou não-discursivas produzem ou objetivam-nos. Novamente recorrendo a Veyne: "O que é feito, o objeto, não se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática se explica a partir do que é feito."¹⁸

Aliás, Foucault dirá, através de sua leitura de Nietzsche, ao comentar a "história dos historiadores", que a história genealógica não busca reencontrar as raízes de nossa identidade, encontrar os fios da continuidade histórica que permite nos explicarmos a nós mesmos no presente, mas "ela pretende fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam."¹⁹ Num conhecido trecho, afirma:

A história será "efetiva" na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranqüilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em direção a um fim milenar. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se obstinará contra sua pretensa continuidade. É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar.²⁰

Acredito que aqui se encontra uma das maiores contribuições desse pensador para a produção do conhecimento histórico. Já não se trata de interpretar os objetos históricos, entendidos como naturais, imprimindo-lhes um sentido ao longo de um processo. Não mais um trabalho que permita estabelecer nossas origens "nobres", a partir da construção de fios de continuidade temporal que assegurem a ilusão de nosso progresso, mas uma história que mostre aquilo que nos separa de outras épocas, o que já não somos. Portanto, não uma história da cidade, por exemplo, ao longo das épocas antiga, medieval, moderna e contemporânea, como propõe Lewis Mumford.²¹ Não uma história dos dominados ou da sexualidade, no curso da evolução da humanidade. O próprio Foucault mostrar-nos-á que os objetos históricos são constituídos, objetivados por práticas sociais discursivas e não-discursivas, recortados pelo historiador e subsumidas em conceitos também construídos historicamente. Não uma

14. M. Foucault. *História da loucura*, op. cit.; *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, RJ, Graal, 1977. Carlo Ginsburg. *O queijo e os vermes*, SP, Companhia das letras, 1987.

15. Durval M. de Albuquerque Junior. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra e poetas do silêncio, *Resgate* nº 2, Campinas, Papyrus, 1991.

16. Edgar de Decca. *O silêncio dos vencidos*, SP, Brasiliense, 1981.

17. Durval M. de Albuquerque Junior. *Falas de angústia e de seca*, dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1987.

18. Paul Veyne. *Op. cit.*, p. 164.

19. M. Foucault. Nietzsche, a genealogia e a História. *Microfísica do poder*, op. cit., p. 35.

20. *Idem*, p.28.

história das formas punitivas do Ancien Régime à era moderna, que comprovasse nosso progresso em direção a uma maior humanização, ao passar da forma suplício para a forma prisão. Mas, um questionamento das forças que estiveram em conflito no momento em que se produz a “emergência” de um acontecimento: a vitória da prisão como forma punitiva exemplar, em função de uma determinada lógica ou racionalidade. Se Merquior acusa Foucault de não ter sequer mencionado a grande Revolução Francesa em *Vigiar e punir*, descontextualizando sua explicação do nascimento da prisão, é porque não pode reconhecer aí um procedimento metodológico extremamente sofisticado que prescinde de recorrer aos tradicionais “panos-de-fundo” explicativos — o quadro econômico, político e social da época — para revelar, por outro lado, o nascimento da prisão no mesmo momento e lugar em que os historiadores vão buscar a “invenção da liberdade”.

Do mesmo modo, quando o filósofo-historiador mostra que o amor entre os homens na Grécia antiga não remete ao conceito de homossexualismo, inexistente então, adverte-nos sobre a importância de se desfazer de noções e referências que anacronizam a pesquisa e que, aliás, impediriam de captarmos a historicidade e a singularidade de determinadas práticas sociais, tidas como existentes em todas as sociedades e épocas. Em relação à história das cidades, poderíamos dizer que se a *pólis* grega não configura a cidade moderna, as implicações de uma projeção retroativa do conceito para outros períodos e campos, para além dos quais foi formulado, significará incorrer em graves erros. E, lembrando Lucien Febvre, o anacronismo é o perigo capital do historiador.

Há quem considere que desacreditar do sentido teológico da História signifique uma enorme perda. Entretanto, poderíamos apontar os ganhos. Se é possível historici-

zar cada prática social e perceber que o conceito que a nomeia não é intrínseco à coisa, e que por trás da unidade que este produz se encontra uma multiplicidade de acontecimentos, o historiador ganha ainda pela possibilidade de recortar livremente séries documentais e explicativas do passado muito mais amplas. Não se trata, assim, de buscar uma suposta finalidade histórica na ordenação dos fatos operada pelo historiador, mas de desconstruir a história e de perceber a que representação de história estivemos presos desde o século passado, impedindo-nos de abrir novos temas e de criar novas referências conceituais.

Portanto, não mais desvendar um suposto encadeamento natural que ligaria os acontecimentos entre si numa grande linha de continuidade, não mais acreditar poder chegar à verdade objetiva ou à essência originária, não mais a busca da totalidade, mas trabalhar as descontinuidades, perceber a historicidade dos instintos, sentimentos, gestos, práticas sociais e culturais, das formações discursivas: captar a singularidade e a positividade dos acontecimentos. O historiador “genealógico” se dá conta, então, de que a história é a sua história, sua maneira específica de construir o passado, de trabalhar a relação memória-esquecimento, sem que este procedimento se identifique à ficção. Afinal, lidamos com matérias empíricas e não com meras invenções do pensamento.

Nesta concepção do trabalho historiográfico, a utilização do documento muda radicalmente. Este deixa de ser percebido como signo de alguma coisa real, como expressão da “realidade objetiva”, como “reflexo” que traduz imediatamente aquilo de que fala, para tornar-se monumento, devendo como tal ser decodificado em suas camadas sedimentares. Afinal, os enunciados não se reportam a algo nem exprimem um sujeito, remetendo apenas para uma linguagem, como explicará Deleuze, lendo Foucault. A prostituta de que fala o discurso médico-higie-

nista não remete e explica a prostituta que realmente existiu: não são necessariamente figuras coincidentes, como tenderíamos a crer. E, aliás, como poderíamos saber quem era realmente esta identidade construída sobretudo no século 19 por uma referência médico-policial?

As identidades são máscaras sobrepostas a outras máscaras, codificações classificatórias que esquadriham os indivíduos no espaço social, principalmente num momento em que a preocupação em decifrar o outro assume importância fundamental. Desenvolvimento dos processos fotográficos, do conhecimento da antropologia criminal, dos sistemas de identificação do indivíduo na massa, dos criminosos e anarquistas, delinquentes possíveis, de que identidade falamos? Como acreditar, então, nessa construção que faz com que a identidade pessoal ou grupal coincida com sua verdade primeira, com a própria essência originária que brota do fundo do ser? Nada que naturalize o homem ou o objeto histórico é aceito pelo pensamento da diferença.



Finalmente, um terceiro momento de impacto das reflexões de Foucault se caracteriza pela descoberta de um novo domínio de problematização: aquele que, para além dos códigos normativos que circulam pelo social e pretendem orientar as condutas humanas, interroga pelos modos de subjetivação, isto é, pela maneira através da qual as pes-

soas se orientam na vida social em relação aos códigos e se constituem como sujeitos morais.

O uso dos prazeres e os cuidados de si foram, nesse sentido, decisivos para um novo questionamento das problematizações de Foucault.²² Do sujeito ao poder, das práticas às formações discursivas, passa-se agora para a discussão das possibilidades de invenção de modos diferenciados de subjetivação, a par tir do contato com a experiência ética da Grécia antiga, pausada pela busca da estetização da existência. Trata-se de dar visibilidade às condições que possibilitam a emergência de outros modos de subjetivação, isto é, da constituição dos sujeitos morais nas relações consigo mesmos.

Essas reflexões orientaram e vêm orientando vários trabalhos ainda em vias de realização. Particularmente, foi de importância fundamental para nossas discussões sobre o mundo da prostituição em São Paulo, nas décadas iniciais deste século. Os prazeres da noite, recentemente publicado, orientou-se basicamente pelas reflexões foucaultianas que ultrapassavam a questão da normatização do corpo da mulher, tentando incorporar a problematização das referências morais e das formas de subjetivação, que informaram os comportamentos femininos no universo do submundo da cidade, em processo de modernização.²³

21. Lewis Mumford. *A cidade na história*, SP, Martins Fontes, 1982.

22. Michel Foucault. *O uso dos prazeres*, RJ, Graal, 1984; *Os cuidados de si*, RJ, Graal, 1985.

23. Margareth Rago. *Os prazeres da noite. Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*, RJ, Paz e Terra, 1991.

O deslocamento das preocupações de Foucault verificado nos volumes subsequentes à *História da sexualidade I*, passando das discussões sobre a sociedade disciplinar e os mecanismos de normatização para o domínio da ética, não deixou de causar profundo espanto. Contudo, é bom lembrar que o próprio filósofo percebeu o esgotamento de uma referência conceitual formulada nas décadas de 1960 e 1970, para se pensar as profundas mutações que vive o mundo contemporâneo. Deleuze faz questão de observar que Foucault considerava a sociedade disciplinar “como aquilo que estamos deixando de ser, aquilo que já não somos mais.”²⁴

É possível que a busca da experiência ética do mundo grego traduza uma grande sensibilidade do filósofo diante dos impasses em que se encontra a sociabilidade atual, cada vez mais esvaziada de princípios e valores morais. Se é verdade que vivemos o desmoronamento da *res publica* e o “declínio do homem público”, na expressão de Sennett, é um outro lugar que é necessário procurar as referências para a construção de nós mesmos. Percorrendo os modos de

subjetivação em outra época, Foucault apontava para novas possibilidades de relacionamento do homem consigo mesmo e com o mundo, pautadas pela experiência da estetização da existência. Na época de ascensão da personalidade narcisista, esta é, sem dúvida, uma maneira forte de enfrentar os problemas que nos atingem.²⁵

Filósofo, Foucault foi um historiador extremamente preocupado com as questões do presente, como diria Deleuze, em artigo recente. Em Nietzsche, encontrou inspiração para saber “agir contra o tempo, e assim sobre o tempo, em favor (espero) de um tempo futuro.” Aliás, ele mesmo nunca deixou de se pronunciar a respeito de suas motivações:

O problema político, ético, social e filosófico que se coloca a nós, hoje, não é o de liberarmo-nos do Estado e do tipo de individualização que ele promove. Devemos procurar novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos impuseram durante vários séculos.

24. Gilles Deleuze. *Pourparlers*, Paris, Les Editions de Minuit, 1990, p. 236.

25. R. Sennett. *O declínio do homem público*, SP, Companhia das Letras, 1989.

“VOCÊ DECIDE”: REDE GLOBO À PROCURA DE UM DEUS BRASILEIRO

Francisco Jacob Pimenta da Rocha

Professor do Departamento de Sociologia
e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais;
Mestrado em Sociologia.

Introdução

Há alguns anos o autor deste trabalho¹ individualmente ou em parceria com o Prof. Ronaldo Noronha² vem acompanhando e refletindo sobre um fato “novo” na televisão brasileira, notadamente na Rede Globo, embora verificável em outras redes.

Os meios de comunicação de massa, é certo, têm necessidades de definirem estratégias de aquisição, ampliação e manutenção do público ao qual se dirigem. As pesquisas de “opinião” são a expressão mais clara das definições e redefinições dessas estratégias. Aferem, ou pelo menos procuram, as coincidências de sensibilidades e de aspirações entre os produtores, difusores e consumidores de bens simbólicos televisivos.

Dentre as estratégias definidas — e conjuntamente redefinidas — por sua originalidade, sofisticação e eficiência, uma tem merecido uma atenção mais “vigilante” do autor deste trabalho.

Em meados da década passada, observando a Rede Globo, percebi e identifiquei

uma singular busca de proximidades “identitárias” entre essa Rede e seu público. Esta busca, visava e tem visado, conforme se verá mais adiante, uma certa “regionalidade” das imagens vinculadas, numa contraposição àquelas transmitidas sobre a necessidade da racionalidade das centrais de produção.

As centrais de produção, em larga medida, negligenciaram e desconsideraram as identidades culturais regionalmente localizadas no Brasil.

Imagens e estilos de vida referenciados ao eixo cultural e político Rio de Janeiro-São Paulo “sufocaram” as imagens e estilos de vida existentes, resistentes e construtivos de identidades situadas à margem deste eixo.

Delinearam-se, dentro desse quadro, duas possibilidades de lidar com este problema. Ou seja, ou bem uma regionalização efetiva, ou bem uma “regionalização” simbólica, que como se verá mais adiante, possui uma grande eficácia.

* Aos amigos e colegas Ana Lúcia Modesto, Pierre Sanchis e Ronaldo de Noronha a minha gratidão pelas generosas restrições que fizeram à versão inicial deste texto.

Solange Barbi: agradeço a sua colaboração no ordenamento dos dados quantitativos que ajudam a apoiar esta reflexão.

1. Francisco Pimenta da Rocha Jacob. “Regionalização” e Regionalização da televisão no Brasil — Comunicação apresentada no GT “Sociologia da Cultura” — ANPOCS, Águas de São Pedro, 1984.

2. Ronaldo de Noronha — Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG e do Mestrado em Sociologia — co-autor do artigo O imaginário televisivo ou a re(criação) de uma identidade mineira — GT “Sociologia da Cultura” — ANPOCS, Águas de São Pedro, 1984.

Regionalizar as imagens e/ou a produção de programas televisivos, em seu sentido mais estrito, significou a produção de programas televisivos ou de atividades televisivas a partir de um espaço geográfico³, legitimamente reconhecido, bem como colocar no ar a vida de um público que se reconhece por meio de cenários e de equipamentos urbanos naturais.⁴

No entanto, regionalizar as imagens e a produção televisiva teve e tem uma outra dimensão. A alternância de temas rurais e urbanos nas "novelas" nobres da Rede Globo tem sido um dos desdobramentos.

O rural e o urbano, a tradição e a modernidade, o sagrado e o profano, são evocados a partir de polaridades temáticas que deram e têm dado conta de gerar intimidades culturais e políticas com públicos regionalmente localizados. Uma empatia entre o emissor e o receptor é o produto final deste tipo de estratégia.

O rural, o tradicional e o sagrado são evocados a partir do "Nordeste Brasileiro", enquanto uma identidade cultural e política uniforme. Os seus tipos sociais próprios, com os seus padrões característicos e diferenciadores, os seus chefes políticos oligárquicos parodiados e ridicularizados e a sua sexualidade pictoricamente construída, resumem, em suas linhas gerais, uma estratégia de aquisição, manutenção e ampliação de lealdades televisivas.

Também um Brasil urbano, moderno e profano tem sido regularmente contemplado tematicamente pelas novelas. Afinal, ele também é uma "região". A arte de bem viver, a incessante busca da distinção, a "naturalização" do luxo, o seu padrão estético feminino e masculino, bem como a selvageria do seu capitalismo, têm sido os seus principais elementos identificatórios. Compõem um painel — muitas vezes caleidoscópico — cosmopolita que não foi e não tem sido desprezado,

enquanto meio empático de gerar cumplicidade entre os que emitem e os que recebem produtos televisivos, não-circunscritos ao "Nordeste" do Brasil.

Contudo é necessário que as polaridades rural-tradição-sagrado e o urbano-moderno-profano sejam modularmente emitidas e percebidas. Os vilões do primeiro tipo de novela são diferentes dos pertencentes ao segundo tipo.

A vilania urbana sempre procura mostrar um Brasil eticamente inviável, moralmente anômico e "plenamente" dessacralizado.

A trama novelesca orientada para o rural caminha em outra direção. Aqui, a vilania é sempre circunscrita a uma necessidade de se mostrar um Brasil em que os contornos entre o sagrado e o profano, se não respeitados, não o são impunemente. As elites oligárquicas — freqüente e severamente ridicularizadas e parodiadas — testemunham a propriedade desse tipo de temática.

Sinhozinho Malta, Tieta do Agreste, Murilo Pontes, Pilar Batista, Cândido Alegria e muitos outros foram personagens plausíveis e compatíveis com a necessidade do vídeo global de mostrar um Brasil aceitável e risível pelo seu público.

Alternando temáticas e "regiões" a Rede Globo, premeditadamente ou não, tem caminhado na direção de compatibilizar os seus interesses simbólicos e financeiros com públicos televisivos diferentes. O "respeito" ao Brasil rural manifesta-se até mesmo na procura de uma linguagem apropriada a este fim. Nesse sentido o "nordestinês" é a língua oficial das novelas dirigidas a um público mais vinculado a essa "região" brasileira. O seu sotaque e as suas locuções lingüísticas são transmitidos de modo a permitir, a quem de "direito" se identificar espacial, cultural e politicamente com essa específica mensagem televisiva.

Assim, os padres — convencionais ou não —, as administradoras de sacristias, as carolas, os santos padroeiros, as quermesses, os sorteios sagrados, a tarefa de reconstrução de templos religiosos etc são personagens — elementos — de suma importância e constantes na estrutura dramática das novelas mais “rurais”.

Por outro lado, a vilania típica das novelas (re)conhecidas de uma “região” urbana não respeita e nem pode respeitar o público para o qual é concebida. A personagem “Felipe Barreto”, da novela “O Dono do Mundo”, e o capítulo inicial de “Corpo e Alma”, no qual foram mostradas cenas de *strip-tease* masculino num clube de mulheres, exemplificam o que eu disse.

Há, ainda, um outro eixo comparativo entre as duas formas de vilania novelesca. O vilão rural é, no mais das vezes, punido por infringir as regras morais e éticas que conferem plausibilidade à sua existência. A absolvição do vilão urbano não pode ser aguardada como uma aspiração legítima a ser realizada. Está sempre no terreno da imponderabilidade.

Se vistas através do pólo emissor, essas estratégias se desdobram em reais possibilidades da obtenção de ganhos financeiros decorrentes da “intimidade” obtida pelo reconhecimento e atendimento de uma demanda diferenciada de bens simbólicos televisivos localizada no pólo receptor; se qualificada sobre a ótica dos receptores, essas estratégias ganham uma grande vitalidade, porque precisamente significam a valorização do reco-

nhecimento (e de suas conseqüências) das demandas atingidas.

Regionalização, “regionalização” e negociação: as lealdades televisivas

As relações entre os emissores e os receptores de bens televisivos têm sido teórica e quase paradigmaticamente aceitas como relações, nas quais e através das quais os primeiros têm um quase infinito poder de se fazerem aceitos pelos segundos.

A passividade do receptor é, segundo este quase paradigma, o elemento mais transparente dessas relações. Existe, neste sentido, portanto, uma assimetria entre o que é emitido e o que é recebido.⁵

É sabido que a Rede Globo cogitou de regionalizar a sua central de produção. Se tivesse levado a bom termo, essa iniciativa implicaria uma descentralização de capitais culturais, relativamente ao eixo político e cultural Rio-São Paulo que, sem dúvida, possibilitaria uma maior aproximação entre ela e os seus telespectadores mais diretamente “beneficiados”.

O programa “Você decide” é como se verá mais adiante um ponto de equilíbrio entre as duas estratégias de “regionalização” anteriormente desenhadas.

Em seu itinerário nacional o programa vai auscultando sensibilidades e ideologias regionais⁶ concedendo a palavra àqueles que não a tinham. Nessas viagens a Rede

3. Pierre Bourdieu. Espaço social e gênese de classes, “O poder simbólico”, Lisboa, Difel, 1990.

4. Conforme noticiado no “Jornal do Brasil” de 5/7/86, a Rede Globo cogitou de montar núcleos regionais de produção. Contudo essa idéia não foi levada a termo e em seu lugar foi concebido o PROJAC (Projeto Jacarepaguá).

5. O quase paradigma tem sua origem no marxismo e foi mais organizadamente expresso pelo pensamento da Escola de Frankfurt. Umberto Eco, em “Os apocalípticos e integrados”, São Paulo, Perspectiva, 1975, faz uma advertência quanto ao risco deste tipo de análise dos meios de comunicação de massa. O seu principal risco consiste em privilegiar a ação da indústria cultural sobre os seus consumidores.

6. Francisco Pimenta da Rocha Jacob e Ronaldo Noronha. *Op.cit.*

Globo, é notório, também “aperfeiçoa” os seus ouvidos e os seus olhos.

“Enclausurada” e imaginariamente percebida através da sua central de produção, a programação da Rede Globo (mais do que as das outras redes) sempre corre o risco de ser “impessoal”, principalmente por orientar-se pelo seu padrão de qualidade. Conseqüentemente, a “pessoalidade” é algo a ser procurada. E tem sido, embora nem sempre percebida.

Os programas de auditório e ao vivo⁷ são a “pessoalidade” mais imediata da linguagem televisiva. Por suas características herdadas da radiofonia aproximam-se muito de uma “amefização”^{*} da linguagem televisiva. Mais usualmente produzidos e vinculados pelas Redes concorrentes da Globo, esses programas realizam a função mágica de transformar, quer o auditório, quer o público telespectador em co-produtores e co-apresentadores do que não produzem e não apresentam. A invasão dos lares pela televisão no contexto desse tipo de programa é substituída pela invasão da televisão pelos lares.

Sílvia Santos, Gugu, Jota Silvestre, Flávio Cavalcante e muitos outros animadores transformaram e transformam o seu auditório em extensão dos “lares”, usualmente invadidos pelos programas previamente produzidos. Verifica-se neste quadro uma redefinição das linhas de demarcação das fronteiras entre o receptor e o emissor.

A Rede Globo já teve o programa do Chacrinha. O “Velho Guerreiro” dizia: “quem não se comunica, se estrumbica”. Atualmente, tem o “Domingão do Faustão” que, aliás, foi levado ao ar para substituir o programa do “Guerreiro” falecido. As rígidas normas de produção global encobrem, em parte, as semelhanças entre esse programa e os produzidos pelas outras Redes. Os programas de auditório necessitam de um corpo de “es-

pecialistas”, de jurados, sobre os quais incide a responsabilidade de “legitimar” as opiniões do animador. Juntos, o apresentador e os “especialistas” acolhem e (re)apresentam lealmente as aspirações do público receptor. Esse acolhimento e (re)apresentação produzem uma simetria nas relações entre os que emitem e os que recebem bens televisivos, uma vez que passa a ser contingenciada. “Pessoalidade” e “regionalização” são os ingredientes básicos desse contingenciamento, que denomino de negociação direta das lealdades televisivas.

Você decide: A negociação em marcha

Você decide: “O espectador dá seu veredito”. Esse é o título da matéria jornalística publicada no *Jornal do Brasil* do dia 08/04 deste ano. Diz ainda a matéria: “histórias polêmicas serão apresentadas ao público que, através do seu voto, decidirá o final mais adequado para cada situação”.

Embora sediado em São Paulo, *Você decide* percorre o Brasil, aferindo “pessoalmente” o veredito popular sobre as situações nas quais e pelas quais a ordem ética e moral brasileira são, propositalmente, colocadas diante de dilemas plausíveis de obtenção de empatias, quer do público local, quer do público nacional.

Você decide é transmitido para todo o Brasil.⁸ Todavia, através de um telão montado em praças públicas e a população regionalizada acompanha e opina sobre o desenrolar das histórias. O placar eletrônico, com duas linhas telefônicas, a do “sim” e a do “não”, é simultaneamente contraposto ao placar “personalizado” que é, precisamente, que aflui ao espaço urbano para essa finalidade. As praças, nessas ocasiões, são do “povo”.

Há uma polêmica entre os críticos de televisão a propósito do significado de *Você*

decide. Para alguns o programa introduziu novas possibilidades de comunicação entre a Globo e seus telespectadores; para outros não é mais do que uma novela de um único capítulo.⁹

Penso que essas duas interpretações não consideraram, com a devida atenção, uma dimensão fundamental do programa. Diferentemente dos programas de auditório, *Você decide* dispensa as mediações comunicativas típicas dos primeiros. Os animadores e o corpo de “especialistas” são retirados de cena. E esse fato é de grande relevância.

A trivialidade sólida da vida cotidiana¹⁰ contraposta às (muitas) eventualidades da sua fragilidade constitui uma fidúcia na qual e pela qual os telespectadores são transportados à possibilidade simbólica de decidirem sobre coisas, fatos e papéis sociais (normalmente conflitantes), decisões estas que, pela notória e reconhecida ineficácia das instituições criadoras e mantenedoras de aceitáveis padrões éticos e morais, têm sido a eles constante e sistematicamente sonegadas.

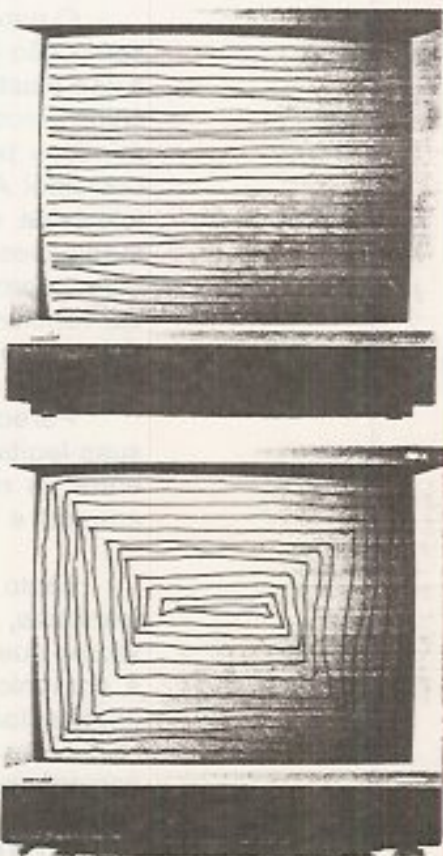
Neste ambiente os Conselhos profissionais normativos, a Justiça, a Polícia e as instituições religiosas, ordinariamente produtoras e difusoras de bens éticos/morais vêem-se substituídos por uma outra instituição, não “oficialmente” credenciada para produzir e difundir esses mesmos bens. Esta ausência

de credenciamento coloca de forma cristalina os problemas das relações entre o sagrado e o profano não-institucionais.

Feitos e refeitos, mortos e ressuscitados, segundo as regras do mercado televisivo, os programas de auditório sempre tiveram o cuidado — premeditado ou não — de lidar somente com questões ligeiras, corriqueiras, evitando sempre situações excessivamente polêmicas. Estas, quando colocadas,¹¹ não ultrapassaram os limites de um lazer “sério”.

Você decide: negociação televisiva direta

A decisão do programa reenvia aos telespectadores a possibilidade de se apropriarem e se decidirem sobre candentes e lancinantes temas. Candentes por não se inscreverem na trivialidade da ordem cotidiana, retirando simbolicamente dos telespectadores a necessária convicção acerca da solidez do seu funcionamento; lancinantes — e também quase sempre dilacerantes — porque a vida cotidiana é representada de forma a permitir a percepção das suas eventuais fragilidades.



7. A Rede Globo produz e leva ao ar dois programas desse tipo: o “Domingão do Faustão” e o “Bom dia Brasil”. Este é jornalístico e basicamente constituído de entrevistas. É importante, contudo, salientar que programas semelhantes são veiculados por essa Rede e suas transmissoras. Em Minas Gerais, o programa chama-se “Bom dia Minas”.

* O neologismo “amefização” de minha autoria quer significar as proximidades das linguagens das rádios AM com as linguagens utilizadas pelas emissoras de televisão em seus programas de auditório e ao vivo.

8. Os dados estatísticos do Quadro I mostram a distribuição do telão de “Você decide” pelas regiões brasileiras.

9. Sobre este tema várias matérias jornalísticas foram publicadas por ocasião do lançamento do programa, notadamente nos cadernos e espaços especializados na cobertura das atividades televisivas.

10. Encontra-se em anexo a listagem dos títulos e as sinopses dos programas já ou por serem levados ao ar. Tanto essas informações, quanto os dados estatísticos relativos ao “Você decide” foram fornecidos pela Central Globo de Produção — Núcleo de Produção de Projetos Especiais.

11. Programas como “Hebe por elas”, “Jô Soares às 11:30” e “Cara a cara” de Maria Gabriela e alguns outros se enquadram nesta modalidade de lazer.

O natural e "naturalizado" limite entre a convicção e a ausência de convicção sobre a não-elasticidade da vida cotidiana é preenchido pelos telespectadores diante de pantomímicas perplexidades. Você decidiu, está decidido! A moeda de troca da negociação televisiva direta está descoberta. Não há mediações além daquelas necessárias para fazer o programa funcionar. Os animadores convencionais e os "especialistas" nada mais têm a dizer.

Parece-me pertinente, em que pese as suas legítimas diferenças, fazer homologias entre as relações autor-leitor e as entre o emissor e receptor televisivos.¹²

Tanto na leitura, quanto na recepção televisiva, existem pontos indeterminados vazios que devem ser preenchidos para que a comunicação se efetive.¹³ Os leitores e telespectadores são compelidos a preencherem esses vazios a fim de que o ato comunicacional ganhe personalidade.

Você decide é uma grande possibilidade de conversão do indeterminado em determinado. Por não estar enquadrado em rígidas normas de seriação temática, as decisões por ele demandadas aos telespectadores são investidas de uma "personalidade" singular e não encontrada em outras modalidades de produção de bens televisivos.

A "personalidade", como já foi dito, é algo a ser procurado. E tem sido. A sua consequência é uma redefinição hierárquica da interação entre os que produzem imagens televisivas e aqueles que as recebem. A passividade assimétrica defendida por alguns teóricos da comunicação é substituída por uma reatividade simétrica. Há uma nova contingência.

Tem razão Jauss¹⁴ quando diz que a necessidade estética não é completamente manipulável. A produção e a recepção da obra de arte, mesmo em escala industrial,

têm de ser plausíveis entre si. Existe sempre uma atitude estética que oscila entre a aprovação e a recusa do bem produzido. Assim, em considerável proporção, ela não se sujeita aos padrões ortodoxos de planejamento mercadológico. As condutas estéticas, preenchidas e individualizadas, geram significantes elásticos que, na prática, são objetos de negociação.

Em um dos seus estudos sobre a estética da recepção literária, Iser¹⁵ classifica as interações entre o autor e o leitor, segundo duas ordens de conduções: a pseudo-contingencialidade e a contingencialidade.

A primeira tem a sua existência na razão direta em que os agentes nela envolvidos conhecem, com verificável margem de segurança, os planos de conduta recíprocos e as possibilidades de suas previsões. Ritualisticamente estabelecido esse tipo de interação enseja o desaparecimento da contingência.

Por outro lado, a interação contingenciada possibilita a apreensão da experiência estética, segundo uma hierarquia aferível entre o autor e o leitor. É assimétrica quando um dos agentes nela envolvidos renuncia à revitalização do seu próprio plano de conduta; é simétrica quando dos esforços dos atores orientam-se no sentido de possibilitarem uma reação aos planos de conduta, seja de quem recebe, seja de quem admite a comunicação estética. Dessas situações decorrem dois níveis de consequência: cada um dos parceiros pode sair enriquecido da experiência, como é possível também o surgimento de hostilidades crescentes e mútuas. Penso serem legítimas as homologias entre a fruição estética literária e a fruição estética televisiva.

Os bens televisivos, com seus níveis variantes de simetria ou assimetria, requerem e/ou solicitam a busca de uma plausibilidade comunicacional. A essa busca e encontro dou o nome de negociação televi-

siva. Quanto maior for a assimetria, mais mediatizada e indireta é a negociação; a equidistância simétrica performatiza o que chamo de negociação televisiva direta.

Variáveis são os caminhos da simetria. A “regionalização” é, certamente, um deles. A “pessoalidade” também. Combinados produzem realidades subjacentes e subseqüentes que produzem uma realidade adicional à realidade propriamente inicial da comunicação.

As apropriações, as reapropriações, as significações e as resignificações recíprocas entre os emissores e receptores dos bens televisivos mais simétricos, criam um texto adicional ao texto televisivo inicial. *Você decide*, “regionalizado” e “pessoalizado”, cria situações sociais plausíveis e, como tais, constantemente buscadas e perseguidas que geram uma intertextualidade rica e credora de atenção.

Inicia-se, aí, a procura de um Deus.¹⁶

Você decide: à procura de um Deus

Dentre os temas levados ao ar por *Você decide*, um particularmente me chamou a atenção e foi responsável pelo título deste trabalho. No dia 13 de maio deste ano, sob o expressivo nome de “Justiça de Deus”, a Rede Globo, diretamente de Manaus, colocou a seu público o seguinte dilema: “Padre toma conhecimento da identidade do assassino do irmão, através de uma confissão. Ele denuncia o assassino, quebrando o sigilo da confissão, ou cala-se para sempre?”

Ouvindo os populares que afluíram ao telão, a atriz Cássia Kiss, em nome da Rede Globo, colheu opiniões antagônicas. Também o clero foi ouvido. O Bispo de Manaus condenou eclesiasticamente a possibilidade de revelação do segredo obtido em confissão.

“VOX POPULI VOX DEI”. A voz do povo foi a voz de Deus. Os números dos telefonemas dados à central telefônica colocada à disposição dos telespectadores dizem isso. De um total de 50.793 ligações, 27.417 votaram a favor da violação do segredo da confissão.¹⁷

Anteriormente, no dia 06 de maio, o telão apareceu em Curitiba sob o título de “Achados e perdidos”. “Homem comum, pai de família, recebe uma pasta com 100.000 dólares para guardar dentro de um avião. O dono da pasta morre. Ele deve ficar com o dinheiro, ou procurar a quem devolvê-lo?” Mais uma vez, “VOX POPULI VOX DEI”. O pai de família desempregado não deveria procurar a quem devolver o dinheiro, a central telefônica do programa recebeu 59.239 ligações e apurou que a confortável maioria de 39.635 opinou pela não-devolução do dinheiro.

Ao contemplar opiniões “regionalmente” particularizadas do seu público e exibidas nacionalmente, *Você decide* realiza uma mediação singularmente interessante para compreensão das relações entre as esferas do sagrado e do profano no Brasil de hoje.

Não é somente através desse programa que a Rede Globo se apropria dos símbolos sagrados brasileiros. A festa comemorativa

12. Anthony Giddens. *A constituição da sociedade*, Martins Fontes, São Paulo, 1989, pp. 27-29.

13. O ato de leitura, comparativamente ao de ver televisão, é mais solitário. Entretanto, há momentos em que a solidão do telespectador é indepassável, sobretudo quando as emoções solicitadas são incompartilháveis. A este propósito ver Robert Escarpit. *Le litteraire et le social*, Paris, Flammarion, 1970, pp. 12-16.

14. Hans Robert Jauss. *Estética da recepção*, em Luiz Costa Lima (org.), *A literatura e o leitor*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 55-59.

15. Wolfgang Iser. *Interação do texto com o leitor*, em Luiz Costa Lima, *op. cit.*, pp. 83-94.

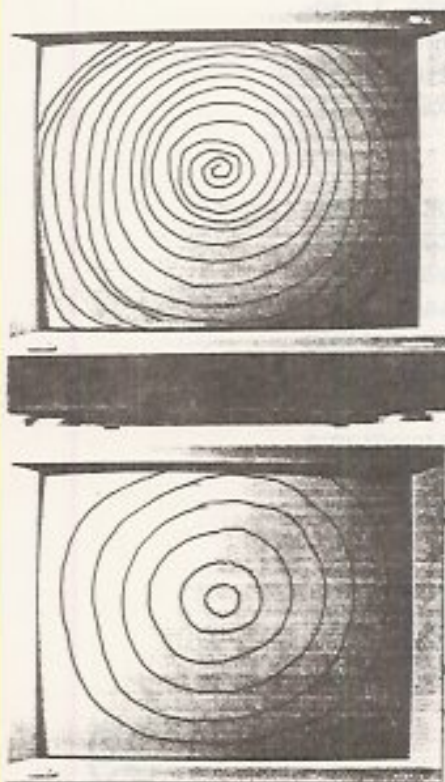
16. Ver Quadro II.

17. Ver também o Quadro II.

dos 25 anos do Grupo *Os Trapalhões* mostrou a imagem do Cristo Redentor do Rio de Janeiro sob ângulos e planos nunca antes mostrados. Uma gigantesca operação cênica foi montada para mostrar ao Brasil o humorista Renato Aragão agradecendo as dádivas divinas por ele recebidas. Tenho a impressão de que esse cartão postal do Brasil nunca foi tão metodicamente mostrado pela televisão brasileira, como nessa oportunidade.

"Mais vale quem Deus ajuda, do que quem cedo madruga", diz um jargão popular. Neste dia, Renato Aragão recebeu o título de Embaixador da Unicef no Brasil.

Um outro exemplo. Por iniciativa da Fundação Roberto Marinho, a imagem do Redentor foi restaurada e reatualizada arquitetonicamente. Sua reinauguração obteve um grande espaço no vídeo da Globo. Os grafiteiros que a profanaram, além de terem sido presos por uma "eficiente polícia", ganharam notoriedade no *Jornal Nacional*.



Você decide: Deus morto. Deus posto.

Sem esperança e sem fraternidade o Brasil de hoje encontra-se em uma orfandade divina. O Deus "genuinamente" nacional, a exemplo da Bíblia, reiteradas vezes foi visto, lido escutado e compreendido, individual e coletivamente, segundo conveniências de quem a Ele recorreu. O Seu nome, a despeito de prescrições "oficiais" foi, quase sempre, tomado em vão.

Universal, significou crenças genéricas de valores evangélicos de solidariedade social e de crença no futuro do Brasil. Sua última grande aparição se deu por ocasião da doença e da morte

de Tancredo Neves. Nessa época, o campo religioso brasileiro mostrou uma grande vitalidade, inexistente nos dias de hoje. Se ficar Deus não ajuda; se correr Deus não vê!

Todavia, em seu nome e em sua "devoção", importantes fases da história do Brasil foram consumadas. Objeto de disputa entre as instituições religiosas e militares, teve oportunidade de decantar as suas "virtudes". Inspirou o surgimento e o ordenamento de religiões "civis",¹⁸ que, por serem civis, foram "verdadeiras" e hegemônicas, enquanto forem hegemônicas e verdadeiras as forças políticas e ideológicas que lhe deram (sus) tentação.¹⁹

Entronizado no interior do Estado Nacional, o Deus brasileiro, através de gestos, atitudes e valores éticos próximos do catolicismo, concedeu e retirou legitimidade sacral a quem conseguiu "rezar" mais alto.

Sua melopéia enalteceu ou rebaixou regimes e planos políticos.

Você decide: de bens simbólicos televisivos a bens simbólicos de salvação

Você decide encontrou um solo fértil para trabalhar no sentido de "abolir" ou tornar rarefeitas as mediações institucionais entre as esferas do sagrado e do profano. Tem realçado as distâncias entre as religiosidades institucionais e o sentido do sagrado.²⁰

Dito de outra forma: profana o sagrado e sacraliza o profano, mostrando aos brasileiros a perplexidade da sua vida cultural e política. E, como tal, promove uma distribuição simbólica de justiça, capaz de eficazmente lavar a "alma" dos que se vêm excluídos de um ordenamento ético-moral confortável.²¹

Nesta perspectiva, se forem considerados os números do IBOPE (mesmo que

aferidos somente em São Paulo), o programa tem transferido para a Rede Globo importantes ganhos mercadológicos e simbólicos. O programa é levado ao ar fora do chamado horário nobre.

Por outro lado, as quase um milhão de ligações feitas pelos telespectadores de *Você decide* lhe conferem uma dimensão publicitária única dentro da televisão brasileira. Isto é: as opiniões emitidas pelos telespectadores e transmitidas pelo placar eletrônico são, no mínimo, declarações de votos a serem consideradas como sinceras manifestações de esperança e/ou desesperança.

A dialética das relações entre a sacralização do profano se traduz no que André Droogs²² chamou de "Religiosidade mínima brasileira". *Você decide* veicula um Deus geral, flexível, imune a debates teológicos, universal em sua minimalidade e simultaneamente ortodoxo e heterodoxo.

Uma divindade, por certo, muito apropriada às necessidades da vida quotidiana, notadamente no Brasil de hoje. A posse do sentido do sagrado é uma moeda de grande valor simbólico, com a qual a Rede Globo se coloca em condições de disputar com as instituições mais ordinariamente produtoras e difusoras de bens religiosos, éticos e morais a sua produção e posse.

Se como muitos dizem e preferem, a Rede Globo for o "quarto poder nacional", é possível dizer que isso significa que o Brasil tem uma nova modalidade de "religião civil",

que tem procurado, e no mais das vezes conseguido, mostrar que o que é de César é de César e o que é de Deus é de Deus.

As lealdades compensatórias do seu público em geral e particularmente dos telespectadores de *Você decide* podem ser compreendidas como sendo um reconhecimento por parte daqueles que têm sido ouvidos e chamados a negociarem simbolicamente a construção dos seus destinos.

Esta oferta e aceitação de "bens simbólicos" televisivos de salvação" possuem uma racionalidade que lhe é própria. Os que ofertam e os que aceitam estes bens — calculadamente ou não — eufemizam tradições religiosas, morais e éticas dentro das próprias tradições morais e éticas.²³ Afinal, é dando que se recebe.

Aos telespectadores é assegurado o direito de verificar a veracidade dos conteúdos das anúncios e das promessas, enquanto ao emissor é concedido o conforto do sentimento no dever cumprido.²⁴ Em consequência, sem riscos irreversíveis, penso poder falar em uma "ética econômica televisiva", lembrando aqui Weber.

Em consequência o painel temático de *Você decide* tem o perfil racional e racionalizador das imagens de um Brasil pantomímico; o "sim" e o "não", neste quadro, são teorizações (ainda que não-acadêmicas) dos valores religiosos, éticos e morais da cultura "nacional".

18. Thales Azevedo. *A religião civil brasileira. Um instrumento político*, Petrópolis, Editora Vozes, 1981, caps. 1, 2 e 4.

19. Em sua primeira visita ao Brasil o Papa João Paulo II obteve do presidente João Figueiredo a santificação do Dia consagrado à Nossa Senhora Aparecida.

20. Em 1964 "A marcha da família com Deus e pela liberdade" (realizada em várias capitais do Brasil) teve uma significativa importância para a derrubada do presidente João Goulart. Durante o "Plano Funaro" o nome de Deus foi incluído em uma das cédulas da nova moeda (cruzado) introduzida no Brasil.

21. Umberto Eco. O sentido do sagrado, em *Viagem na irrealidade quotidiana*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

22. André Droogs. A religiosidade mínima brasileira, em *Religião e Sociedade*, nº 14/2, Rio de Janeiro, ISER/CER, 1987.

23. Hervieu Leger. *Christianisme et modernité*, em livro de mesmo nome, Paris, Les Éditions CERF, 1990.

24. Max Weber. A psicologia social das religiões, em *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1982.

SINOPSES DE PROGRAMAS EXIBIDOS

1. *Em nome do filho*

Exibido em 08 de abril/Praça: Porto Alegre
Apresentadora: Cristina Prochaska
Direção: Paulo José

Conflito de um delegado de polícia ao descobrir que um de seus filhos é um assaltante. O delegado vai ou não vai prender o próprio filho?

2. *A outra*

Exibido em 22 de abril/Praça: Salvador
Apresentadora: Patrícia França
Direção: Paulo José

Psiquiatra descobre que sua filha adotiva é na verdade filha de uma paciente esquizofrênica. A psiquiatra deve ou não deve contar o segredo?

3. *Armadilha do destino*

Exibido em 29 de abril/Praça: Fortaleza
Apresentadora: Cissa Guimarães
Direção: Marcos Paulo

Miranda, mulher casada, está em um motel com o amante. Ao sair do motel, um outro veículo sai da garagem ao lado, bate em seu carro e foge. Miranda consegue ver o rosto do motorista e no dia seguinte fica sabendo que ele cometeu um crime no motel. Ela deve entregar o assassino destruindo seu casamento?

4. *Achados e perdidos*

Exibido em 06 de maio/ Praça: Curitiba
Apresentadora: Maria Zilda
Direção: Piá

Homem comum, pai de família, desempregado, recebe uma pasta com cem mil dólares para tomar conta dentro de um avião. O dono da pasta morre. Ele fica com o dinheiro ou procura a quem devolver?

5. *Justiça de Deus*

Exibido em 13 de maio/Praça: Manaus
Apresentadora: Cássia Kiss
Direção: Mauro Mendonça Filho

Padre toma conhecimento da identidade do assassino de seu irmão, através de uma confissão. Ele denuncia o assassino, quebrando o segredo da confissão ou cala-se para sempre?

6. *Sagrada família*

Exibido em 20 de maio/Praça: Belo Horizonte
Apresentadora: Louise Cardoso
Direção: Fábio Sabag

Casal idoso não tem mais como pagar o aluguel e necessita ajuda dos filhos. Os filhos, já adultos, têm que decidir se internam seus pais num asilo.

7. *Pesadelo*

Exibido em 27 de maio/Praça: Natal
Apresentadora: Bia Seidl
Direção: Ricardo Waddington

Família classe alta é assaltada. Alice, filha única, é estuprada por um dos assaltantes. Seu pai, com medo de um escândalo nos jornais, não chama a polícia. Alice deve denunciar o criminoso?

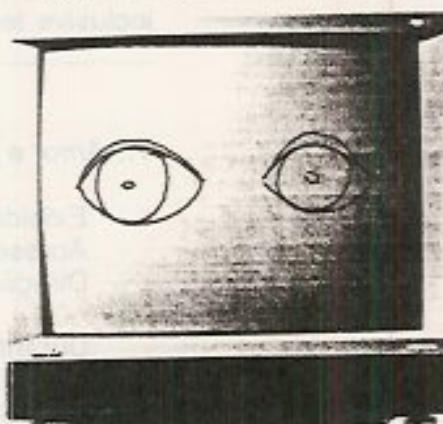
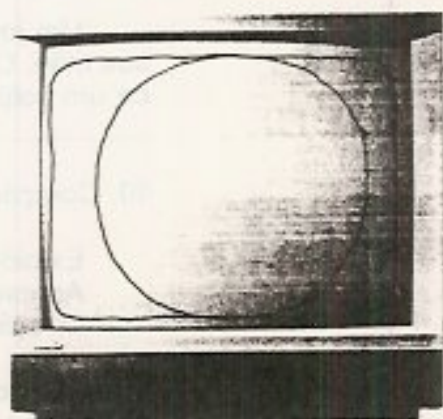
8. *Desaparecido*

Exibido em 03 de junho/Praça: Goiânia
Apresentadora: Aracy Balabanian
Direção: Fontoura

Vinte anos depois de desaparecer sem nenhuma explicação, já considerado morto pela família, um homem volta a sua cidade. A ex-mulher, que há muitos anos perdeu as esperanças de revê-lo, está novamente casada e os filhos já estão criados. Ele procura a família e revela quem é?

9. *O golpe*

Exibido em 10 de junho/Praça: João Pessoa
Apresentadora: Mayara Magri
Direção: Mauro Mendonça Filho



Um jovem honesto bancário precisa urgentemente de dinheiro para salvar a vida de sua mãe. O gerente da agência onde ele trabalha, a par da situação, convida-o a participar de um golpe contra o banco.

10. *Coração na mão*

Exibido em 17 de junho/Praça: Campinas
Apresentadora: Beth Coelho
Direção: Marcelo de Barreto

Ao iniciar uma cirurgia em caráter de urgência em seu plantão no hospital, um médico descobre que a vítima é sua ex-amante, que quer a todo custo arruinar sua vida, já tendo inclusive tentado matá-lo.

11. *Amor e preconceito*

Exibido em 24 de junho/Praça: Brasília
Apresentadora: Imara Reis
Direção: Ricardo Waddington

Durante um fim de semana em Angra dos Reis, o banqueiro de jogo do bicho Arlindo Beleza (Nuno Leal Maia) apaixona-se perdidamente pela diretora de informática de uma empresa (Suzy Rego). Somente depois de alguns dias é que ela descobre a profissão dele e termina o namoro. Arlindo não se conforma e tenta conquistá-la de qualquer jeito. Ela deve aceitá-lo mesmo sabendo que ele é um contraventor?

12. *Morte em vida*

Exibido em 01 de julho/Praça: Recife
Apresentadora: Isis de Oliveira
Autor: Charles Peixoto
Direção: Paulo José

Um bailarino sofre um derrame cerebral durante os ensaios de um novo espetáculo. Apesar das lesões irreversíveis, ele permanece vivo com a ajuda de aparelhos. Neste caso, a eutanásia é justificável?

13. *Segredo em família*

Exibido em 15 de julho/Praça: Florianópolis
Apresentadora: Suzana Vieira
Autora: Anamaria Nunes
Direção: Wolf Maia

Intenso idílio amoroso entre uma mulher rica e seu motorista particular. A felicidade do casal, no entanto, dura pouco. O motorista é assassinado por um pistoleiro, e ela descobre que foi a mando do marido. Ela deve ou não denunciar o marido?

14. Prova final

Exibido em 22 de julho/Praça: Maceió
Apresentadora: Mila Moreira
Autora: Anamaria Nunes
Direção: Mauro Mendonça Filho

A faxineira de uma escola da alta burguesia consegue que seu filho estude lá, graças a uma bolsa de estudos. Apesar de esforçado, o mesmo vai mal em matemática e está ameaçado de perder a bolsa. A faxineira sabe onde está a prova e fica tentada a roubá-la.

15. Marca do pênalti

Exibido em 29 de julho/Praça: Governador Valadares
Apresentadora: Izabela Garcia
Direção: Luiz Antônio Piá
Autor: Sérgio Sbragia

Um jogador de futebol, que alcança o estrelato, acaba escalado para bater o pênalti e fazer o gol que pode acabar com a carreira do pai, técnico do time adversário. O jogador se empenha ou não em fazer o gol?

16. Testemunha ocular

Exibido em 05 de agosto/Praça: Itabuna
Apresentadora: Lília Cabral
Direção: Ricardo Weddington
Autor: Antonio Carlos Fontoura

O drama de uma menina que presencia um crime e não sabe se denuncia ou não o assassino, identificado por ela dentro de uma delegacia.

17. A cantada

Exibido em 12 de agosto/Praça: Vitória
Apresentadora: Patrícia França
Direção: Fred Confalonieri
Autor: José Antônio de Souza

Dilema de uma bonita secretária, casada com um homem desempregado, que é assediada pelo patrão e não sabe como agir, com medo de perder o emprego. Ela deve denunciar o patrão?

QUADRO I

Nº de programas já realizados e a serem realizados por região

REGIÃO	Nº DE PROGRAMAS	% DE PROGRAMAS REALIZADOS POR REGIÃO
Sul	5	20,8
Sudeste	8	33,3
Norte	1	4,2
Nordeste	8	33,3
Centro-Oeste	2	8,4
Total	24	100,0

FONTE: Central Globo de Produção
Núcleo de Produção de Projetos Especiais

QUADRO II

Nº DE PROGRAMAS	TOTAL DE LIGAÇÕES TELEFONOCAS (1)				MÉDIA DE LIGAÇÕES POR PROGRAMA (2)	IBOPE MÉDIO POR PROGRAMA (SP) (3)	
	NÃO	%	SIM	%			
17	328,668	36,07	582,682	63,93	911,350	53,850	35,8

FONTE: Central Globo de Produção
Núcleo de Produção de Projetos Especiais
(1) Os cálculos (Sim e Não) foram baseados em 16 programas pois não haviam dados disponíveis relativos ao 1º programa apresentado.
(2) Aqui foram incluídos os 17 programas.
(3) Idem.

QUADRO III

PROGRAMA	TOTAL DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS				TOTAL	POR PROGRAMA (SP)
	SIM	%	NÃO	%		
Em Nome do Filho	—	—	—	—	4.100	42
A Outra	18.593	73,7	6.632	26,3	25.225	41
Armadilha	33.265	57,7	24.364	42,3	57.629	35
Achados e Perdidos	39.635	66,9	19.604	33,1	59.239	38
Justiça de Deus	27.417	54,0	23.376	46,0	50.793	35
Sagrada Família	44.076	79,8	11.150	20,2	55.226	33
Pesadelo	48.596	82,2	10.539	17,8	59.135	35
Desaparecido	30.519	57,9	22.245	42,1	52.764	35
O Golpe	28.735	54,5	24.013	45,5	52.748	35
Coração na Mão	33.350	65,4	17.653	34,6	51.003	35
Amor e Preconceito	35.467	78,9	9.510	21,1	44.977	36
Morte em Vida	26.658	43,2	35.033	56,8	61.691	35
Segredo de Família	35.463	54,0	30.199	46,0	65.662	35
Prova Final	33.107	57,2	28.553	42,8	66.660	35
Marca do Penalti	32.077	51,5	30.206	48,5	62.283	32
Testemunha Ocular	56.722	81,7	12.734	18,3	69.456	35
A Cantada	54.002	70,3	22.857	29,7	76.859	36

EU QUERO SER UMA PESSOA: REVOLTA CAMPONESA E POLÍTICA NO BRASIL*

Janaína Amado

Professora do Departamento
de História da Universidade Federal de Goiás.

Este estudo analisa as motivações dos trabalhadores rurais brasileiros que durante as décadas de 1940 e 1960 migraram como posseiros para o Estado de Goiás e ali promoveram o conflito social conhecido como Revolta do Formoso ou Revolta de Trombas. O argumento aqui apresentado é o de que esses posseiros, com base tanto na experiência histórica quanto em suas práticas diárias, desenvolveram uma noção muito complexa do que significa ser camponês, resumida nas expressões "ser alguém" e "ser uma pessoa". Constantemente atualizada, essa noção funcionou como uma espécie de bússola para os posseiros. Localizou-os na sociedade, orientou as relações entre suas histórias pessoais e a história da nação, ordenou-lhes passado e presente e apontou escolhas políticas. Indicou-lhes, enfim, os caminhos a seguir, nos tempos de guerra e nos tempos de paz.

O trabalho está estruturado em quatro partes: Parte I enfoca o problema central da identidade, a partir das histórias de vida de dois revoltosos; Parte II situa a revolta no seu contexto histórico; Parte III analisa o processo social de construção da noção de pessoa entre os camponeses; e Parte IV relaciona o projeto camponês ao conjunto da sociedade brasileira.

Devido à minha dificuldade em compreender o seu mundo, os participantes do

Formoso tiveram de ser muito pacientes comigo e de recorrer a uma gama quase infindável de recursos para tentar me transmitir as experiências da sua cultura. Eles me contaram histórias detalhadas sobre tudo o que realmente importa na vida: pessoas, terra, bichos, trabalho, assombrações, sofrimento, liberdade. Eles me contaram essas histórias do jeito e na ordem em que devem ser contadas, relacionando as coisas exatamente como se encontram no mundo. Por exemplo: viagens se relacionam com aventuras e lobisomens; terra, com mãe; rezas, com chuvas; infância, com riso e medo; pessoas, com dignidade; patrões e donos de terra, com controle sobre o tempo e com sucuris, e assim por diante.

Eles recorreram ao humor, às alegorias, à memória, às fantasias. Cantaram canções que aprenderam dos pais e que os pais aprenderam dos avós, e também canções que eles próprios inventaram. Dançaram a catira, o forró, o catimbó. Recitaram quadrinha: "No Formoso eu tenho um conto/Em Trombas, um conto e cem/Nas Lages eu volto sempre/Por conta dum amor que eu tem"... Explicaram-me, com toda a paciência do mundo, a serventia para cada tipo de reza. Cozinharam para mim, revelando ingredientes e modos de fazer. Responderam às minhas mais elementares perguntas sobre a sofisticada etiqueta que rege em minúcias as relações entre as pessoas: o que se deve

* Uma primeira versão deste trabalho foi discutida no seminário do Program in Atlantic History, Culture and Society, dos Departamentos de História e Antropologia da Universidade Johns Hopkins. Agradeço a todos os que então apresentaram sugestões, especialmente a Sidney Mintz, Richard Kagan e John Russell-Wood, amigos atenciosos e interlocutores estimulantes durante todo o ano em que permaneci na Hopkins. A pesquisa para este estudo foi financiada pelo CNPq; sem esse apoio, não teria sido possível realizá-la.

ou não dizer, os gestos, olhares e silêncios, a ordem certa das frases, os modos de agir apropriados, os quando, os como, os porquês. Misturaram as canções, danças, poemas, receitas e rezas com as histórias que contaram. Essas histórias, por sua vez, mesclaram-se com provérbios, com brincadeiras, com o dia-a-dia da vida das pessoas, com trabalho, pobreza, doenças, parentes, negócios, festas, amores, nascimentos e enterros, com objetos usados na casa e na roça e também com desejos, sentimentos, emoções.

Coisas assim, tão vivas e sábias, eu transformei em trabalhos como este, destinado a um público específico. Quando comparo o que os camponeses me mostraram com o que eu mostro deles, sinto desconforto e frustração. O formato acadêmico não consegue captar a riqueza e a diversidade de uma cultura construída sobre bases tão diversas. Este é, entretanto, o único jeito que aprendi. É também — hoje estou convencida — exatamente o formato que os rebeldes do Formoso desejariam que eu usasse. Eles não me transmitiram a sua história simplesmente para que eu a devolvesse a eles. Eles me transmitiram a sua história para que fosse traduzida e divulgada para outros públicos e outros círculos. Entre si, dispensam tradutores: falam a mesma linguagem.

Parte I

Em uma manhã do mês de julho de 1980, sentia-me muito animada quando cheguei a uma remota cidadezinha do interior do Brasil, com o objetivo de entrevistar Ita e Nego Carreiro. Trabalhadores rurais cuja atuação fora fundamental no início da Revolta do Formoso, os dois haviam se retirado cedo da luta, e desde então, viviam à parte dos companheiros. As únicas pessoas que conheciam o seu paradeiro eram os meus acompanhantes naquela visita.¹

Ita e Nego Carreiro, meeiros do sul de Goiás, haviam migrado em 1950 para a região onde depois aconteceria o conflito: a área próxima ao povoado do Formoso, no Município de Uruaçu, a 300 km ao norte da cidade de Goiânia. A época eles eram um casal jovem, em busca de melhores condições para criar a família. Instalaram-se como posseiros nas terras devolutas da região, terras pertencentes ao Estado, e aí trabalharam duro, enfrentando o mato bruto, os animais selvagens, a ausência de qualquer infra-estrutura, a fome, as doenças, o isolamento. Após alguns anos, já cultivavam um lote de terra, vendiam parte de sua produção e compravam as coisas básicas de que necessitavam. Nego Carreiro completava a receita familiar transportando, para outros posseiros, mercadorias no carro de boi que trouxera consigo; desde criança exercia o ofício de carreiro, origem do seu apelido.

Ita e Nego Carreiro estavam bem no centro do conflito que estourou em 1954, envolvendo posseiros (que moravam e trabalhavam na terra, mas não eram proprietários legais) e grileiros, que haviam falsificado títulos de propriedade e se arvoraram em legítimos donos dos lotes. Em abril de 1955, durante um encontro em que vários grileiros, apoiados por tropas armadas, forçavam os posseiros a desistirem das posses, Nego Carreiro sacou seu revólver e matou um sargento da polícia, em frente a várias testemunhas. Seu gesto assinalou o começo da fase armada da revolta, que durou anos.

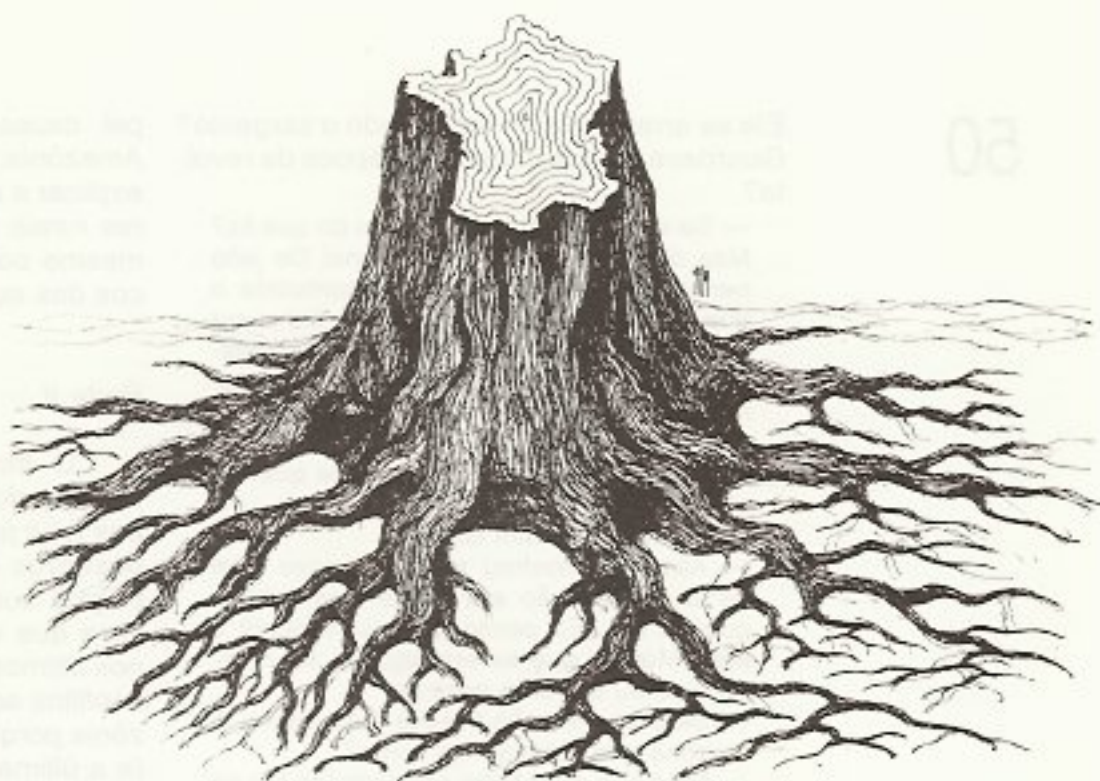
Após a morte do sargento, Nego, Ita e os filhos, caçados pela Polícia e Exército, esconderam-se durante meses nas matas da região, assistidos por outros posseiros. Mas em fins de agosto de 1955, quando ficou claro que seria impossível continuar garantindo-lhes a segurança, eles foram retirados do local e nunca mais regressaram.

Vinte e cinco anos depois, quando cheguei à casa deles, fui aos poucos tomando

conhecimento do que lhes havia acontecido durante aquele período. Enquanto a família aumentava, o casal trabalhava como meeiro em fazendas da região. Numa época particularmente difícil, Nego fora obrigado a vender o seu querido carro de boi, e nunca mais conseguira recursos para comprar outro. Havia poucos anos, com a ajuda dos filhos, o casal adquirira a casa onde toda a família agora morava; era uma casa pequena, feita de adobe, localizada na periferia do povoado. Apesar de velho e doente, Nego ainda trabalhava de parceria numa fazenda próxima. Desejava obter a aposentadoria rural, mas não sabia se tinha direito a ela. Ita fazia o trabalho doméstico, fiava e ajudava a criar os netos. Todos os filhos eram lavradores. Nenhum conseguira tornar-se proprietário.

Com a intenção de proteger a família, o casal havia decidido não revelar a ninguém, nem aos filhos, a sua participação na Revolta do Formoso. Omitiram toda e qualquer referência ao episódio, como se este nunca houvesse acontecido. Ita e Nego fizeram ainda mais: ao abandonar a região do conflito, assumiram novos nomes, pelos quais passaram a se chamar e a ser chamados. Os filhos esqueceram ou nunca aprenderam seus nomes reais.

Quando cheguei, toda a família estava reunida para se despedir de um dos filhos do casal, um rapaz jovem, casado, pai de duas crianças. Levando sua própria família, ele partiria dentro de três dias para a Amazônia, para um local situado a mais de mil



quilômetros de distância. Queria tornar-se posseiro, tentar a vida em um lote de terra que, alguém lhe dissera, pertencia ao Estado. Sem o saber, trinta anos depois ele repetia a mesma dolorosa história de seus pais.

Ao final do dia, após entrevistar longamente Ita e Nego Carreiro, não resisti e fiz a ele a pergunta que estivera em minha cabeça o dia inteiro: queria saber, após tantos anos, como ele avaliava o papel da experiência do Formoso em sua vida. Afinal de contas, ela só lhe havia trazido problemas. Nego enfrentara o período mais difícil da luta e, obrigado a se retirar cedo da região, não obtivera, como outros, um lote de terra ou qualquer benefício sócioeconômico, continuando a ser um homem muito pobre. Fora obrigado até a vender o seu carro de boi. Convivera todos os dias com o medo de ser preso, passando o resto da vida escondido "nas sombras", como Ita dizia, ocultando de todos, inclusive dos filhos, a sua identidade.

1. Ita e Nego Carreiro, assim como vários outros entrevistados, concordaram em depor desde que seus nomes não fossem revelados. "Nego Carreiro" foi um apelido ganho na infância, quando começou a guiar carros de boi; "Ita" foi um nome escolhido após deixar a área de conflito. As duas pessoas responsáveis pelo contato e que me acompanharam durante a visita foram Geraldo Marques, um dos líderes da revolta, e José Fernandes Sobrinho. Luiz Figueiredo, meu marido, também estava presente.

Ele se arrependia de ter matado o sargento? Guardava muitas mágoas da época da revolta?

— Se eu tenho arrependimento do que fiz? Mas de maneira nenhuma, dona! De jeito nenhum! Eu, se não tivesse acontecido o que aconteceu, acho que eu já tinha era morrido de paixão [...] Mas, como aconteceu o que aconteceu, é que eu vivo justamente forgado e sastifeito inda hoje.

— Por quê?

— Porque... porque aquilo parece que me alimpou.

— "Alimpou", assim como?

— Alimpou, mostrou pr'aquela povo ruim de lá que eu não era o que eles achava que eu era. Eu penso que eu respondi a eles. Mostrei que eu era alguém. Eu mostrei que eu era uma pessoa.

— Se o senhor não tivesse feito aquilo, o sr. acha que estaria hoje como?

— Acho que eu já tinha era dado um tiro na cabeça de paixão, de pensar naqueles desaforo que aquele povo fez, comigo e com os outros de lá! Foi justamente a lembrança do que eu fiz é que me deu força pra viver depois.

— Se fosse preciso o senhor fazer tudo de novo, o sr. fazia?

— Fazia tudo de novo.

— Mesmo sabendo como seria sua vida depois?

— Tudo de novo.

— Seu Nego, se tivesse um outro acontecimento como aquele, o senhor ainda era homem pra participar novamente?

— Era, não. Sou.²

O encontro com Ita e Nego Carreiro me emocionou e me levou a pensar. Se, como afirma parte da bibliografia, a razão principal para as populações rurais migrarem para áreas de fronteira é puramente econômica, como então entender a atitude de Nego Carreiro? Como explicar a perspectiva de um homem, que embora nunca tenha obtido um único benefício econômico por sua participação na revolta, ainda afirmava residir justamente nesta participação a sua razão de viver? Ampliando a questão: a motivação econômica também é considerada a princi-

pal causa das migrações atuais para a Amazônia; mas, se assim é, como então explicar a atitude de milhares de trabalhadores rurais que continuam a migrar para lá, mesmo conhecendo os fracassos econômicos dos que os antecederam?

Parte II

O movimento social conhecido como Revolta do Formoso ou Revolta das Trombas foi a primeira revolta contemporânea de posseiros no Brasil, inaugurando a longa e trágica sucessão de conflitos em torno da terra que vêm marcando a história do país nos últimos sessenta anos. Hoje em dia esses conflitos acontecem principalmente na Amazônia porque é lá que está a mais avançada (e a última) fronteira brasileira.³

Ao final da década de 1940, entretando, a fronteira — isto é, a primeira faixa "livre" de terra, contígua a uma área ainda escassamente ocupada — estava localizada no centro do então Estado de Goiás. A existência dessa fronteira ligava-se à política federal de Marcha para o Oeste, inaugurada na década de 1930 por Getúlio Vargas com o objetivo de abrir, colonizar e incorporar à economia nacional vastas áreas do interior do país. Essas áreas deveriam produzir alimentos e matérias-primas, funcionar como mercados para produtos industrializados e absorver o excesso de população urbana, ajudando dessa forma a sustentar a política de industrialização promovida na mesma época pelo governo federal, no sudeste do país.

A região central de Goiás foi aberta pela primeira vez à colonização no século XVIII, quando se tornou um centro mineiro menor, organizado em torno de alguns povoados. Vários mineradores que para lá então se dirigiram requereram títulos de sesmarias à Coroa portuguesa, mas muito poucos obtiveram os registros definitivos: a corrida do

ouro foi tão breve nessa parte de Goiás que a maioria dos mineiros abandonou o local antes mesmo de obter os títulos ou a confirmação deles. As terras não-ocupadas ou confirmadas voltaram à propriedade do Estado, na qualidade de terras devolutas, e nessa mesma situação permaneciam ao final da década de 1940: nesses duzentos anos a região havia sido tão isolada que ninguém realmente se interessou em requerer lotes ali.

A condição de nova fronteira do Brasil que a área adquiriu na década de 1940, entretanto, mudou este quadro. Embora ainda considerada distante, nesta época a região já era contígua a uma outra (o sul do Estado) onde ocupação maciça e algum conhecimento aconteciam. E — talvez o mais importante — a nova fronteira possuía grande quantidade de terras devolutas, que poderiam ser ocupadas e depois compradas ao Estado por preços acessíveis.⁴ Por essas razões, entre fins da década de 1940 e meados dos anos 1960, milhares de posseiros chegaram à região. Foi o início da grande migração que nos últimos cinquenta anos ajudou a mudar a face do país.

Os migrantes para o Formoso vieram de vários Estados, em especial do sul de Goiás e do Nordeste. Muitos eram jovens casais com filhos, que já haviam migrado ao menos uma vez. Grande parte era analfabeta e havia vivido apenas em áreas rurais. A maioria trabalhara como parceiros, alguns

eram posseiros, poucos recebiam salários e apenas uma parcela mínima havia conseguido se tornar pequena proprietária (para dados mais exatos, consultar as Tabelas I a VII).

TABELA I
Sexo

Sexo	%
Homens	59.0
Mulheres	41.0
Total	100.0

TABELA II
Local de nascimento

Região	%
Nordeste	42.7
Centro-Oeste	39.4
Norte	10.3
Sudeste	5.1
Sul	2.5
Total	100.0

TABELA III
Nível de instrução

Educação	%
Analfabetos	76.8
Alfabetizados	23.2
Total	100.0

2. Nego Carreiro construiu um testemunho extremamente cuidadoso. Foi capaz de lembrar-se de todas as datas, nomes e lugares que desejou, mas, sempre que conveniente, "esqueceu" acontecimentos, referiu-se a fatos e pessoas por metáforas e usou o humor para disfarçar idéias. O uso de expressões como "aconteceu o que aconteceu" do texto, para descrever o assassinato do sargento, é apenas um exemplo de como seu testemunho foi seletivo.
3. A Revolta do Formoso ainda não foi suficientemente estudada. O único livro sobre o assunto é o de Carneiro (1981). Há um romance baseado no tema (Garcia, 1966) e um pequeno e interessante livro de memórias, escrito por um advogado comunista que esteve na área (Abreu, 1985). Anos atrás elaborei uma comunicação (Amado, 1980) e agora estou escrevendo um livro sobre o assunto. As informações, documentos e entrevistas do presente estudo foram pesquisados por mim em 1979-1980 e em 1982-1986.
4. As legislações portuguesa e brasileira sempre reconheceram e regulamentaram a existência das terras devolutas. Sobre o assunto, ver entre outros: Borges (1976), Cirne Lima (1954), Encontros da UNB (1978), Lima Pereira (1932), Linhares de Lacerda (1960), Tormim Borges (1976). Os trabalhadores rurais costumam referir-se à terra devoluta como "terra livre" ou "terra liberta", em contraposição à "terra cativa", pertencente a proprietários particulares.

TABELA IV
Relação com a terra / ocupações

Relação	%
Proprietários	4.2
Não proprietários	95.8
— parceiros (72.4)	
— posseiros (20.8)	
— assalariados (2.4)	
— outros (4.4)	
— total (100.0)	
Total	100.0

TABELA V
Local de moradia (antes da migração)

Local	%
Campo	72.7
Campo/cidade	16.4
Cidade (vila, vilarejo, povoado)	10.9
Total	100.0

TABELA VI
Migrações anteriores

Nº Vezes	%
Nenhuma	33.0
1	36.1
2	12.0
3	11.3
+3	7.6
Total	100.0

TABELA VII
Local de moradia

Local	%
Campo	76.8
Alfabetizados	23.2
Total	100.0

Os que migraram para o Formoso eram muito pobres, em relação à sociedade brasileira da época; abaixo deles existia apenas uma camada de marginalizados urbanos,

composta de subempregados e desempregados. Mas eles não eram mais pobres do que a média dos trabalhadores rurais da época; não constituíam, portanto, um grupo desviante ou marginal.

O grupo era relativamente homogêneo, em termos socioeconômicos. A diferença entre a família mais pobre e a menos pobre consistia em alguns porcos, galinhas e cabeças de gado, poucos sacos de arroz e uma pequena quantidade de dinheiro. Embora essa diferença fosse significativa para as pessoas, não resultava em estilos de vida diferentes.

Apesar da semelhança de estilos de vida antes da migração para o Formoso, somente podem ser classificados como "camponeses" os que tinham acesso à terra, como os pequenos proprietários e posseiros. São aqui considerados "camponeses" os que dispõem de algum tipo de acesso à terra, têm casas que também funcionam como unidades de produção, controlam ao menos parte dos seus instrumentos de trabalho e são autônomos para decidir sobre os principais aspectos do processo de trabalho.⁵ A maioria de parceiros e os assalariados, portanto, não eram camponeses antes de migrar para o Formoso. A migração para a região e o acesso às terras devolutas representavam um passo rumo à condição de camponeses.

É inútil aplicar este ou qualquer outro conceito de "camponês" para medir diferenças de estilo de vida ou de renda entre trabalhadores rurais pobres, do Brasil ou da América Latina. Os que eram posseiros ou pequenos proprietários antes da migração para o Formoso, por exemplo, eram tão pobres quanto os parceiros, porque suas terras se localizavam em áreas pouco férteis e isoladas. Mas é útil empregar o conceito de "camponês" quando se está interessado em entender objetivos e perspectivas da população rural, porque ele ressalta dois aspectos importantes desses objetivos: terra e autonomia pessoal.

Poucos anos depois dos primeiros posseiros terem se estabelecido no Formoso, ali começou um complexo processo de grilagem das terras. A maioria dos grileiros não era formada de grandes ou tradicionais proprietários, mas de comerciantes que haviam se mudado há pouco para a vizinha cidade de Uruaçu e ali tentavam enriquecer. Com a ajuda de advogados, eles localizaram petições por sesmarias dos mineradores do século XVIII e, usando esses documentos como se fossem títulos legais de propriedade, falsificaram cadeias sucessórias que invariavelmente os apontavam como legítimos herdeiros das terras. O juiz local, cooptado pelo grupo, aceitou em 1954 as escrituras falsas, transformando os grileiros em proprietários legais de uma imensa área.⁵

Nessa época, entretanto, mil famílias de posseiros (com média de nove pessoas por família) já haviam se estabelecido na região e não queriam se retirar. Iniciou-se violento conflito entre grileiros e posseiros, com escaramuças e mortes de ambos os lados. No final de 1954 o Partido Comunista ligou-se ao movimento, ajudando a organizá-lo, a estabelecer ligações com o mundo exterior e a criar uma opinião pública nacional favorável aos posseiros.

Seguiram-se quatro anos de guerra aberta. Tropas estaduais foram chamadas para apoiar os grileiros, transformados em respeitáveis proprietários. Foi um período extremamente difícil para os posseiros, pois

eram obrigados a lutar e a providenciar seu sustento. Conseguiram não apenas se defender, como ainda transformar o movimento numa questão política nacional. Em 1958 foi feito um acordo entre posseiros e governo estadual, pelo qual os posseiros podiam permanecer na região sem ser perturbados, enquanto o governo iniciava ações judiciais para reaver as terras e depois vendê-las aos ocupantes, a preços acessíveis.

Esse acordo, considerado uma grande vitória pelos camponeses, iniciou um período de paz na região que durou até 1964. O novo governador do Estado, eleito em 1961 com o apoio dos posseiros, começou a distribuir os títulos legais de propriedade. Em 1962, José Porfírio de Souza tornou-se o primeiro líder camponês no Brasil a ser eleito deputado estadual. No ano seguinte, graças ao esforço da população, a área original do conflito tornou-se um município independente.

Poucos dias após o golpe de Estado de 1964, tropas federais e estaduais invadiram a área e ali permaneceram durante anos. Muitos posseiros foram presos. Outros, amedrontados, venderam ou abandonaram os lotes de terra e saíram da região. A produção local desorganizou-se. Os principais líderes da revolta, que em 1964 haviam conseguido escapar da região, envolveram-se novamente em atividades políticas. Em 1971, durante o período mais negro da ditadura, eles foram presos e torturados. Solto em Brasília em 1972, o líder José Porfírio embar-

5. Uma definição de "camponês" que me parece clara e completa, e com a qual concordo, está em Trouillot (1988, Capítulo 1). A bibliografia sobre camponesinato é extremamente vasta e por isso não pode ser toda relacionada aqui. Registro alguns trabalhos que, embora adotem perspectivas teóricas diversas, foram muito importantes para meu estudo: Dening (1980), Delbos (1982), Hobsbawn e Rudé (1968), Mintz (1973, 1988 e 1989), Pina Cabral (1988), Rappaport (1988), Roseberry (1989), Scott (1976 e 1985), Shanin (1987), Stern (1987), Taussig (1986) e Wolf (1976). Sobre o camponesinato no Brasil existe uma bibliografia extensa e de muito boa qualidade. Lembro-me apenas das seguintes obras de caráter geral, também com diferentes perspectivas teóricas: Aubertin (1988), Becker (1982), D'Incao e Mello (1975), Foweraker (1982), Garcia Jr. (1983), Graziano da Silva (1978 e 1981), Linhares e Teixeira da Silva (1981), Loureiro (1982), Martins (1982, 1986 e 1989), Mussumeci (1988), Pereira de Queiroz (1973), Velho (1974 e 1982), Wanderley (1979). Existem também importantes estudos regionais e monografias sobre aspectos do camponesinato brasileiro.
6. Apesar de muito importante para a compreensão da história fundiária brasileira, a grilagem ainda é pouco estudada entre nós. Há poucos trabalhos sobre o tema, especialmente do ângulo teórico e histórico. Ver Asselin (1982) e Grupos de Estudos Agrários (1981).

cou em um ônibus com destino a Goiânia, onde morava sua família. Nunca mais foi visto. Tornou-se um dos desaparecidos do Brasil. Somente em 1981 (!) o Supremo Tribunal garantiu os títulos de propriedade aos posseiros. Mas nessa época o Formoso havia se transformado em uma região de grandes e médias propriedades e poucos posseiros ainda moravam lá.

Parte III

Os homens e mulheres que migraram para Goiás e ali promoveram a Revolta do Formoso elaboraram uma concepção bastante complexa sobre quem eles eram, o que queriam e porque lutaram no movimento. Essa concepção, que pode ser resumida na expressão "ser uma pessoa" ou "ser alguém", girou em torno de quatro eixos:

1ª) o "antes", isto é, a percepção da vida anterior à migração para o Formoso pode ser resumida pela expressão "não ser nada" e "não ser ninguém".

2ª) o "estar mudando", isto é, a percepção da migração para o Formoso como um conjunto de movimentos e decisões que permitiram a passagem entre o "antes" e o "depois" pode ser resumida por "estar chegando".

3ª) o "depois", isto é, a percepção da experiência no Formoso pode ser resumida pela expressão "ser dono do próprio destino".

4ª) o "depois do depois", isto é, a percepção da vida após a experiência no Formoso pode ser resumida por "a vida muda".

Esses eixos são interligados. Para fins de clareza da exposição, vou analisá-los separadamente e, ao final, trabalhar com a concepção integral.

1. O "antes"

O "antes" foi recordado como uma fase de intenso sofrimento. A pobreza, lembrada como a sua face mais visível:

Não, nós vivia numa pobreza de dar gosto. Nós não tinha nada. NADA, entendeu? Sabe o que eu mais ela [apontava a mulher] levou pro Formoso? Nós levou [vai contando nos dedos]: duas muda de roupa, um sapato (um par pra ela e um par pra mim), um chapéu, um pente, um facão, uma enxada, uma arma, dois saco de arroz, um porco, três galinhas e um cachorro...

[Voz da mulher] Levou também o jirau, um tamborete, as tralha de cozinha, as linha que era minha, as vela... Ah! Teve também as duas cesta que nós levou. (Otávio e Maria Guerreiro dos Santos)⁷

Nós era tão pobre que [...] quando nós conseguia ajuntar lá alguma coisinha, engordar uns capado, juntar uma ponta de rês, nós já ficava com medo, porque nós sabia [...] que alguma coisa ruim ia acontecer com nós depois e nós ia perder o que tinha. (Helena da Paixão)

As memórias da pobreza estavam sempre relacionadas ao fato de a família não conseguir acesso à terra:⁸

Como é que nós podia aprumar, se nós não tinha a terra? Nós ficava a mercê dos outros, pra tudo! (Bertoldo Ferreira dos Santos)

Se o lavrador não tem a terra, minha amiga, pode esperar: ele vai viver a vida inteira [...] naquela pobreza, a vida inteira[...] sofrendo. Só se ele consegue a terra ele tem lá alguma chance de melhorar. (Manuel Porfírio dos Santos)

Quem não tem terra é como quem não tem mãe: fica jogado no mundo. (João Porfírio de Souza)

A dificuldade de acesso à terra foi lembrada como a causa da maioria dos males. Submetendo os trabalhadores aos proprie-

tários, gerava uma exploração econômica percebida com clareza em suas várias facetas:

Não era possível nós aprumar, não senhora: nós vivia de a meia, nós sustentava duas famílias! (Ita Carreiro)

O arrendo lá de Ceres era apertado demais. Tinha vez que nós pagava arrendo até do feijão que nós tinha no meio da roça, que nascia no meio do milho, tinha que pagar [...] o arroz melhor era sempre dele [do dono da terra], o arroz [...] pior era o nosso [...] Se nós não queria plantar uma verdura, mas ele queria, [...] tinha que plantar, não tinha escolha. (Joaquim Gonçalves dos Santos)

Na terra do fazendeiro nós tocava lavoura de arroz e feijão. Nós ganhava a meia ou então meu pai recebia uma paga por dia. Mas o trabalho que era pago era só o de meu pai. O meu, o da minha irmã, o do meu irmão, era gratuito pro fazendeiro, nós só recebia em troca a comida daquele dia. [...] O dia que eles matava um gado, ou fazia sabão, ou fabricava azeite ou moía cana, a gente podia trabalhar uma semana, um mês, que era gratuito. As vez ganhava um queijo, um litro de leite, trabalhava toda a vida em troca de um litro de leite pro irmão menor. (Otilia)

Quando acontecia alguma coisinha diferente, pronto: espiritava tudo, era aquela [...] danação. Quando mãe ficou muito doente, um parto complicado lá dela, uma criança que ela perdeu, nós tudo [...] trabalhemo feito doido para pagar a prestação do hospital. Nós trabalhemo dia e noite, sem parar, para pagar a prestação. Não adiantou de nada, ela [...] morreu, de qualquer jeito. Acho que ela queria morrer. (Cosmelino Avelar)

Mesmo quando nessa dificuldade toda, a gente conseguia uma roça boa [...] depois danava tudo. O fazendeiro criava uma complicação danada lá com meu pai, implicava

com o serviço dele, implicava com coisa que não implicava antes, se engraçava com minha mãe ou comigo só pra criar caso [...] Ai meu pai chegava em casa feito bicho, que ele não era muito normal não, chegava enfezado, brigando, juntava tudo que tinha, deixava a roça de graça ou a preço de banana e sumia no mundo. Lá ia nós passar outro ano de miséria. (Helena da Paixão)

A exploração econômica relacionava-se à recordação mais dolorosa entre todas: a total dependência ao dono da terra. Isso foi lembrado não apenas em termos da superexploração referida nos exemplos anteriores, mas, principalmente, em termos da humilhação, impotência e revolta reprimida que provocava:

Eu não incomodava de ser pobre. Eu incomodava era ter que baixar a cabeça todo dia. (Armando Lopes)

A pior lembrança que eu tenho é eu pedindo pelo amor de Deus pra mode ficar mais um ano, e ele [o dono da terra] só mexendo com o facão nas unha, assim [faz o gesto], bem calado [...] No outro dia ele mandou o filho — ele não teve coragem de vir ele mesmo, não — mandou o filho dizer que nós não podia ficar, que era pra nós sair no prazo dum mês. (Bertoldo Ferreira dos Santos)

Lavrador sem terra é pior que bicho: bicho não agacha pra outro bicho, lavrador [...] tem que agachar. (José Fernandes Sobrinho) Ele [o marido] é de estopim curto, não é de tolerar muita coisa, não [...] Eu morria de medo dele um dia destemperar com o patrão. Eu dizia pra ele assim: "Zé Gomes, tu não pode mostrar a tua revolta, não pode, de jeito nenhum tu não pode". (Odilia Pereira Bastos)

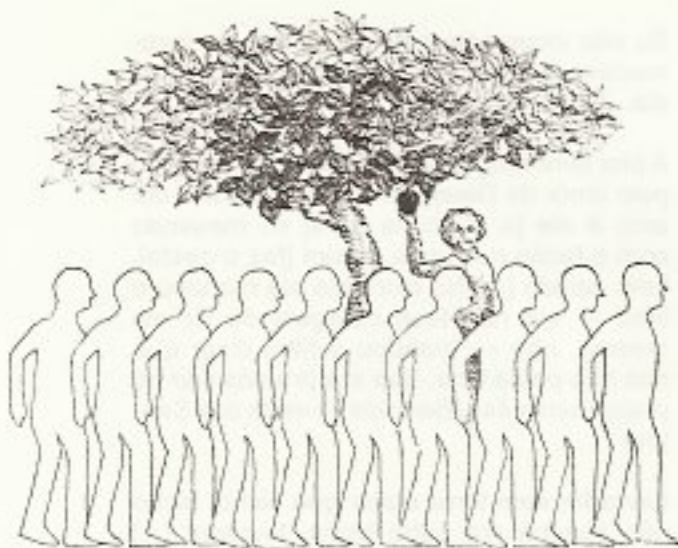
E eu trabalhei naquela terra feito um burro. Não, pior que burro, porque burro de vez

7. O nome do informante está citado após a transcrição de cada testemunho. No final há uma lista de todos os informantes citados no trabalho.

8. Um assunto extremamente interessante, não desenvolvido aqui, são as concepções sobre a terra entre os que migraram para o Formoso. No momento estou trabalhando sobre esse assunto.

em quando [...] descansa, eu não descansava. [...] Aí chega o advogado do grileiro, [...] um sujeito todo cheio duns anelão no dedo, cheio dumas nove hora, chega ele, nem olha pra minha cara, nem fala "bom dia", nada. Chega e vai direto: Oi, oê tem que sair dessa terra. E tem que sair hoje mesmo. Tá aqui o papel do juiz. [...] Nesse dia, antes de dormir, eu rezei a Deus pra eu acordar morto. (Sebastião Rodrigues)

O conjunto das memórias aponta para o conceito, expresso por muitos informantes, que resume a essência do "antes": a idéia de "não ser nada" ou "não ser ninguém". A pobreza, o não-acesso à terra, a dependência em todos os níveis conduziam à completa negação social da pessoa, ao ninguém:



— Antes nós não era nada, nada. Nós não era ninguém.

— Vocês que achavam que não eram ninguém?

— Não, nós sabia que nós era alguém, uai! Eles é que dizia que nós não era nada. Eles dizia assim: "Você não pode falar isso. Não pode fazer isso. Você não é ninguém". Eles falava bem assim.

— "Eles", quem?

— Os dono da terra, os fazendeiro, os patrão, os negociante safado...

— E os outros lavradores, também diziam isso pra você?

— Não, claro que não! Eles lá ia dizer uma coisa assim? Mas eles era fraco igual nós, tudo lá era fraco (...) Fraco [...] não conta.

— Os fracos são considerados ninguém?

— É, é. Todo fraco é ninguém.⁹

É importante observar que, embora a percepção de ser considerado "ninguém" pelo restante da sociedade seja dolorosa para qualquer indivíduo, grupo ou classe, ela era particularmente ofensiva para aqueles trabalhadores rurais, pois eles se baseavam em um tipo de organização social e em um sistema de valores opostos à noção do "ninguém". Viviam e trabalhavam em comunidades pequenas — famílias, grupos de vizinhança, fazendas, povoados rurais etc — onde todos se conheciam muito bem e cada um era identificado por suas características pessoais, próprias, onde cada um era considerado único e não havia como ser confundido com qualquer outro. Assim, por exemplo, José era o José filho do Antônio e da Maria, marido da Divina, pai do Bertoldo, um sujeito alto, com o gogó saltado assim, maranhense, morador na Fazenda Rosa, vizinho do João Correia, boiadeiro, bom marceneiro e também bom violeiro, um sujeito de estopim curto, que gostava de prosear, bater na mulher e comer broa de milho. Para esse José, ser obrigado a se submeter à posição de "ninguém" — à negação da pessoa, à anti-pessoa — a que o restante da sociedade o relegava, era algo que gerava grande confusão, vergonha e revolta surda: "eu rezei a Deus pra eu acordar morto."

2. O "estar mudando" — a migração para o Formoso

"Nós tava sempre com o pé na estrada", recordou um dos participantes do Formoso. As migrações foram parte integrante e importante de suas vidas: quase 70% já haviam migrado ao menos uma vez, antes de ir para o Formoso (Tabela V). As migrações representaram para muitos deles núcleos

em torno dos quais ordenavam noções de espaço e tempo, regulavam perdas e conquistas, adquiriam conhecimentos novos e reciclavam os antigos, além de simbolizar aventuras, em vidas marcadas pela rotina.¹⁰

Aqueles cuja primeira migração foi para o Formoso recordaram a experiência como carregada de emoções:

Quando foi na véspera de nós viajar, tava todo mundo dormindo mas eu fiquei acordada a noite toda, parecendo assombração, andava pra lá [...], pra cá, pra lá, pra cá. Olhava as trouxa pronta no chão, pensava assim: "Meu Deus, me ajuda. Me ajuda, meu Deus. Como é que eu vou me jogar assim com a família, nesse mundão de Deus?" (Ita Carreiro)

Na viagem [...] eu tinha medo de não chegar, de desorientar, não acertar caminho. [...] Eu nunca tinha saído da Bahia, né? (Zé Baiano)

Quem migrou quando criança, guardou recordações inesquecíveis:

Nunca não vou esquecer a viagem que eu mais meu pai mais mãe fez pra Goiás. Eu era pixote assim, tinha cinco, seis anos [...] Pai botou em no lombo de jumento. Eu gostei demais [...] ver as coisas passando dali, do lugar que eu tava no lombo do jumento. As vez eu ficava com sono, ia caindo de banda assim, [...] mãe me pegava no colo. [...] Eu achava [risos]... que o mundo acabava na fazenda que nós morava! Nessa viagem foi que eu vi que o mundo não tem fim. (Claro Correia)

Você sabe lá o que é pruma mocinha, que nunca tinha botado os olho em nada, sair pelo mundo? A melhor coisa que tem! Mas meu irmão menor, ele ficou meio ruim da cabeça. [...] Pensando hoje, eu acho que

foi de tanto medo que ele passou na estrada [...] Ele tinha medo demais de lobisomem, assombração, saci, achava que ia pegar ele na estrada, essa coisas. (Luisa Velho)

A ajuda dos veteranos foi recordada como fundamental para os novos migrantes, tanto durante o trajeto quanto nos primeiros tempos. Os veteranos transmitiam conhecimentos, orientavam sobre quais caminhos seguir, que coisas levar e como sobreviver, e ofereciam apoio moral e ajuda concreta, assumindo aos poucos o lugar dos vizinhos e amigos deixados para trás:

Quando o menino ficou doente, tive ajuda de uns que tava na estrada, igual nós [...] Os primeiro tempo foi duro lá, nós só tinha gueiroba [espécie de palmito amargo] pura pra comer. Nós não conhecia ninguém. Sabe lá o que é passar três, quatro mês só comendo gueiroba pura? Se não fosse a ajuda de um povo de Mateus que tinha lá e que foi amigo de nós, acho que nós tinha morrido. (Joaquim Gonçalves da Cruz)

As migrações para o Formoso aconteceram por núcleos familiares e de vizinhança; foram raros os casos de migrantes solitários, e todos ocorreram em período posterior. Geralmente o chefe da família, acompanhado de um parente ou amigo, fazia a primeira viagem, reconhecia a área, escolhia o lote de terra, tomava algumas providências básicas e voltava para pegar o resto dos familiares. Nessgta ocasião, espalhava pela região de origem as notícias sobre o Formoso e suas possibilidades. Não foi raro alguma família local, animada com as notícias, apresentar-se para migrar junto. Como também não foi raro famílias aguardarem um tempo por mais informações sobre o destino dos migrantes; caso fossem informações positivas, migravam também. A maioria dos agrupamentos do Formoso organizou-se portanto em fun-

9. Entrevista com Atilio da Rocha Matos. Muitos falaram sobre o que significa ser considerado "ninguém", mas Atilio o fez melhor do que todos.

10. Não conheço muitos trabalhos que estudem as migrações do ponto de vista do significado que têm para os migrantes. Sobre migrações em geral, trabalhos interessantes são Glazier e Rosa (1986), Grinberg (1989) e Kearney (1986).

ção das regiões de origem e dos laços ali mantidos: havia o "reduto dos maranhenses", "o povo dos Correia", "o pessoal de Pedro Afonso" etc. Sem a formação dessa rede, as longas migrações e a instalação na nova e inóspita região teriam sido impossíveis.

Nenhuma família migrou para o Formoso devido a um acontecimento extraordinário em suas vidas ou a um momento financeiro particularmente difícil. À época da migração, ao contrário, todas viviam o mesmo tipo e padrão de vida até então mantido. Isso mostra que a decisão de migrar foi resultado não de um rompante, mas de uma decisão consciente e calculada. Migrar colocava em jogo todos os aspectos da existência, e somente era possível decidir após levar em consideração vários fatores. Mesmo as famílias que pareceram se decidir por impulso ("Deu uma louca ni mim de sumir no mundo"), estavam na verdade concretizando decisões amadurecidas ao longo de muito tempo, às vezes de anos ("É, fazia um tempo que nós já pensava mudar dali, nós só não tinha era a coragem [...] mas de repente, pum! veio a coragem).

Que fatores principais os migrantes consideraram? Em primeiro lugar, os relacionados à vida que levavam à época. A possibilidade de migrar forçou as famílias a fazerem uma avaliação de suas vidas (foi nesse momento que "o antes" começou a se formar, como categoria de pensamento). Os aspectos da vida considerados insatisfatórios emergiram com clareza e a partir de então foram avaliados criticamente: a impossibilidade de acesso à terra, a dificuldade de cumprir o ciclo camponês, a pobreza, a falta de autonomia, a insegurança, a humilhação, o "não ser nada" e "não ser ninguém". Naturalmente, os aspectos satisfatórios também emergiram e fizeram parte do balanço: os laços de família, compadrio, vizinhança e amizade, as coisas boas do lugar (o clima, ou a qualidade da água, a quantidade de frutas, um jardim especialmente bonito, plantado com as próprias mãos) e mais a sensação

de conhecer e dominar as coisas do lugar, os seus espaços, códigos, referências.

Essa avaliação da vida presente, com seus aspectos negativos e positivos, foi recordada como particularmente penosa:

Pra mim, o mais difícil não foi ir pro Formoso, não [...] Difícil foi antes, na hora de resolver se nós ia ou se nós não ia. [...] Eu punha na balança, num prato o coração, no outro prato da balança punha a cabeça, olhava, media: dava empatado! (Armando Rosa)

A vida presente, com seus dois pólos, foi então contraposta a um terceiro vértice: a possibilidade de uma vida futura (nesse momento começou a se formar "o depois", como categoria de pensamento). Para se tomar uma decisão a respeito de migrar, era preciso primeiro especular sobre o desconhecido. A vida futura apresentava logo de início sérias desvantagens, pois implicava trocar tudo o que era familiar e querido, aí incluídos parentes, vizinhos e amigos, pela perspectiva de uma vida em local distante, isolado, desconhecido, "um fim-de-mundo que ninguém não sabia o que era".

Embora esse aspecto (a troca do conhecido pelo desconhecido) esteja presente em qualquer migração, ele assumia uma importância especial para aquelas pessoas. Para elas, a rede de relações que seria desfeita durante a migração tinha significado não apenas afetivo, mas representava a base sobre a qual repousavam todos os aspectos da vida. Era impossível, por exemplo, tocar a roça sem recorrer aos mutirões; chegar com os produtos até o mercado, sem o apoio do amigo carreteiro; criar os filhos, sem o revezamento das crianças entre vizinhos; obter qualquer tipo de crédito ou ajuda do meio exterior, sem a interferência do compadre influente, e assim por diante. Por essa razão os migrantes se esforçaram tanto para recriar, desde o início do processo de migração, ao menos uma parte dessa rede.

As informações dos camponeses sobre o Formoso eram poucas e imprecisas. Isso, somado à exigüidade de conhecimentos em geral sobre o mundo exterior, gerava muito medo e ansiedade. As memórias da migração foram sempre emocionadas:

Quando ele [o marido] resolveu que nós vinha pra Goiás, eu garrei chorar. Olhava mãe, olhava pai, olhava vó, pensava que não ia mais ver eles, garrava chorar. Chorei seis mês seguido... [Suspiro longo, pausa] Mas não tinha jeito, tinha que ir, né? Mudar de vida, caçar futuro. (Maria Guerreiro dos Santos)

Eu pensei assim: "Ih, lá vou eu começar tudo de novo" [...] Toda vez que a gente muda assim prum lugar que [...] a gente não conhece, é igual passarinho que nasce, mesma coisa. A gente não conhece nada, é igual cego, mesma coisa. [...] Eu ficava nervoso, e eu, nervoso, me dá uns repente assim, eu dano bater nos menino, dano bater, então [...] virou aquele inferno [...] dentro de casa: [...] eu gritando, só batendo nos menino, a mulher chorando, os menino chorando. (Ananias B. de Sousa)

Mas a migração para o Formoso também apresentava uma perspectiva muito atraente: a existência de terras devolutas em região de fronteira, para a maioria a única possibilidade real de acesso à terra. O acesso à terra, por sua vez, era visto como condição indispensável à realização de um tipo de existência que incluía como principais aspectos: fim da extorsão econômica dos donos da terra e patrões, conseqüente melhoria do nível de vida, venda e compra de maior número de produtos no mercado, autonomia no processo de trabalho, independência de decisões e reconhecimento social como pessoa:

- Nós queria a terra. O que nós queria mais era a terra.
- Por quê?
- Porque sem a terra nós não conseguia

o resto.

— Qual resto, seu Fidélio?

— Nós não conseguia livrar dos patrão, dos fazendeiro, da miséria [...] Com os patrão, nós não conseguia trabalhar do jeito que nós queria.¹¹

Nós queria um pouco de fartura, ter coisa pra comer, pra vender, poder comprar umas coisinha que nós precisava. (Zé Baiano)

O que nós queria mesmo era não ter que baixar a cabeça. Nós queria... é... ah... assim. ... igual uma pessoa deva ser. Olhar nos olhos, sem medo, entende? Sem ter que baixar a cabeça, né? (Fidélio Ferreira dos Santos)

Eu pensava que eu mais a família ia poder viver sossegado [no Formoso], sem gente atentando, [sem] escutar os desaforo daquele povo ruim. [...] Que nós ia viver feito gente de verdade, sô! Ser dono do próprio destino! Eu nem não podia acreditar direito. (Claro Correia)

Os que conseguiram acreditar migraram. Engoliram os medos, suportaram as perdas, assumiram os riscos e fizeram a travessia. Cruzaram a passagem, real e simbólica, entre o aqui e o lá, o presente e o futuro, o "antes" e o "depois", o conhecido e o desconhecido, a segurança e a esperança. Invadiram o terreno do desejo. Nas terras devolutas tentaram ser donos do próprio destino.

3. "O depois" — a experiência no Formoso

A revolta do Formoso foi um dos raros movimentos rurais no Brasil em que os rebeldes tiveram paz e autonomia para, durante certo período (no caso, seis anos), organizarem o sistema de vida que desejavam. À medida que a experiência no Formoso acontecia, a noção de "ser dono do próprio destino" foi passando da condição de projeto à de realidade social, construída no dia-a-dia, a

11. Entrevista com Fidélio Ferreira dos Santos.

partir das respostas encontradas para os desafios concretos que a história apresentava.

Naturalmente, real e ideal se interpenetraram. À medida que "ser dono do próprio destino" tornava-se realidade, o projeto que lhe deu origem foi sendo revisto, adaptado, renovado. O "depois" filtrou o "antes" e o "estar mudando":

— Só depois que nós chegou lá [no Formoso] e nós foi tendo aquela peleja toda, aquela luta [...] foi que eu fui ficando desenvolvido.

— Antes o sr. não era desenvolvido?

— Antes eu não sabia quase nada, não... [Antes] eu tinha aquela revolta ni mim, tinha [...] aquela vontade de mudar, mas eu era bôbo, só, bôbo demais!

— E depois, na época que o sr. morou no Formoso, como é que o senhor era?

— Ah, aí eu fiquei vivo! Aí [...] é que eu fui dando de compreender as coisa tudo que eu tinha passado na vida.¹²

O "antes" e o "estar mudando", por sua vez, influenciaram diretamente a vida no Formoso:

Tinha vez que eu fraquejava, sim. Teve uma vez que a luta ficou brava demais. Eu pensei assim: "Vou largar esse trem de lado, largar de mão." Aí eu lembrei do sofrimento todo de antes. Lembrei. Eu pensei assim: "Não vou largar de mão, não. Pra onde é que eu vou, se eu largar de mão? Vou voltar práquela miséria? Não! Eu vou é ficar aqui." (Luiz Lima)

A prática no Formoso obrigou os camponeses a definirem assuntos sobre os quais tinham apenas idéias gerais. É o caso, por exemplo, da importante questão do relacionamento com os comerciantes. Vender e comprar havia sempre feito parte da vida deles. Quando calculavam o que e quanto plantar, uma das variáveis a ser levada em conta era exatamente o mercado. Não vendiam apenas o excedente da produção; plantavam já com o objetivo de vender parte da colheita. O que arrecadavam era rein-

vestido na compra de instrumentos de trabalho (enxadas, pás, sacos) e em artigos necessários à sobrevivência (óleo de cozinha, sal, lampiões). Não conseguiam, entretanto, controlar as bases e termos das relações comerciais, e por isso a comercialização constituía mais uma, e talvez a mais importante, fonte de exploração sobre eles. Vendiam seus produtos a preços geralmente abaixo dos de mercado, por já estarem devendo aos comerciantes, pela urgência em obter algum capital para investir na próxima colheita ou por alguma outra razão relacionada à exigüidade de seus meios e capitais. Por outro lado, compravam a preços sempre altos, pois faziam as compras a prazo, não raro na loja cujo dono era o próprio proprietário da terra.

Antes de migrar para o Formoso, os trabalhadores reconheciam esse problema e dele se queixavam. Nenhum, entretanto, sabia como resolvê-lo, isto é, como diminuir o nível de exploração econômica sem comprometer a existência das relações comerciais. As soluções, coletivas, foram sendo encontradas aos poucos. A Associação dos Lavradores do Formoso e Trombas, fundada em 1954, acabou com o monopólio estabelecido por um comerciante local e estimulou ao máximo a concorrência comercial. A seguir, a Associação fixou em cada safra preços mínimos para os principais produtos agrícolas, abaixo dos quais não poderiam ser vendidos. Paralelamente, criou um fundo de reserva, destinado a apoiar os lavradores em períodos muito difíceis (de perda de colheita, doença grave em família etc) e assim evitar que se submetessem a exigências despropositadas de comerciantes. Em contrapartida, a Associação exigiu dos camponeses estrito cumprimento a todas as condições acertadas para a venda (prazos, quantidade e qualidade dos produtos, preços etc). Os que não respeitassem essas condições eram punidos, com penas que variaram da advertência à expulsão da área. Em 1963, já no final da experiência, a Associação criou uma Cooperativa de Consumo, que adquiria pro-

duto por atacado e os revendia na região a preços acessíveis.¹³

Essas medidas, somadas à extinção das pesadas obrigações do arrendo e da meia, representaram um aumento substancial do nível de vida e intensificaram as atividades comerciais na área:

Nós nunca viveu melhor que naquele tempo, não. Naquele tempo, nós tinha fartura. (Claro Correia)

Ih, era bom demais! Eu até consegui comprar um carneiro [instrumento para canalizar água do rio] e comprar umas bobaginha pras filha moças, estas coisas que toda moça gosta de ter. (Carlos Correia)

Era uma fartura de dar gosto. Aqui nesta Trombas era uma fileira enorme de caminhão comprando arroz, dia e noite, tu não via o fim, caminhão carregando, caminhão descarregando, o maior movimento. Os comerciante gostava de fazer negócio com nós, eles sabia que nós pagava ali na bucha, direitinho, cumpria os prazo tudo. [...] Se não cumpria, a Associação dava em cima pra valer, tinha que cumprir. [...] Os comerciante dizia assim: "Não, eu prefiro de vir aqui, comerciar c'ocês, que eu sei qu'ocês aqui tudo é gente direita." (Ananias Ribeiro)

"Ser dono do próprio destino" implicou também mudanças não-previstas no projeto coletivo original, ao menos não no projeto original de todos. O exemplo mais marcante foi a mudança na situação das mulheres. Ao migrar para o formoso, as mulheres, apesar de contribuir de forma significativa para a economia familiar, ocupavam uma posição extremamente submissa. Deviam completa obediência aos maridos, pais e filhos adultos e também a um conjunto de regras sociais que lhes proibia ou limitava várias atividades:

Nós tudo apanhava [...] Tinha as que apanhava do pai e as que apanhava do marido. Tinha as que apanhava mais e tinha as que apanhava menos. Era raro lá uma que não apanhava. Só quando o marido era bom. (Edith Ribeiro)

Tinha lugar [família] que a mulher não tinha direito de dar uma xícara de café pra ninguém. Só podia ficar socada lá pra dentro [de casa] [...] Tinha família que tinha sistema que a mulher não podia comprar nada, nem uma xícara de sal, nem uma lata de querosene, nada. Não podia nem comprar, nem vender, nem podia trocar nada. (Helena da paixão)

— Tinha uma mulher que era chamada "puta", porque gostava de ficar de prosa com os homens da roça.

— Ela era solteira ou casada?

— Era casada! Era casada, mas o marido dela era meio mole, então ela gostava de ficar proseando toda a vida com os homem na roça. As outra mulher só olhava, comentava assim: "Que que essa puta fica aí puxando prosa com os outros home?" Nós não gostava, não.¹⁴

A luta no Formoso impôs mudanças nesse estado de coisas. Desde o início do conflito, as mulheres foram vítimas de sistemática agressão física por parte das forças dos grileiros e da polícia. Foram numerosos os casos de espancamentos e torturas; em consequência deles, uma mulher enlouqueceu, seis se tornaram aleijadas, várias abortaram e muitas carregaram marcas físicas por toda a vida. Algumas foram torturadas na frente dos filhos, outras viram os filhos torturados. A medida que a luta armada recrudescia, um maior número de homens se afastou de casa para lutar nos piquetes e as mulheres ficaram ainda mais desprotegidas. A reação da maioria foi de completo pânico:

Quando os jagunço chegou, eu tava ralando mandioca, nem deu tempo d'eu catar os

13. Há necessidade de maior número de trabalhos de cunho histórico sobre as relações entre comerciantes e camponeses no Brasil. O tema é muito importante e ainda não está suficientemente estudado entre nós.

12. Entrevista com Amado Luiz Guerreiro.

14. Entrevista com Isabel Gomes.

menino. [...] Eles foi entrando, arrasando com tudo, gritando, chutando, quebrando tudo, gritando: "Anda, desgraçada! Diz logo onde ele [o marido] tá!". Arrumaram o rifle na minha cabeça, aqui, ó [mostra]. Eu tava bem buchada. Pegaram o menino maior pelo braço, torceram o braço dele assim, ó [gesto], eu vi aquilo e danei a gritar. Eles me bateram mais ainda... [pausa longa, emocionada]. Tá vendo? Até hoje eu não consigo lembrar! (Odília Pereira Bastos)

Eu só queria era ir embora daquele inferno. Apanhar de marido ainda vai. Mas de polícia. (Maria Cosmelina da Silva)

Aí eu fiquei com tanto medo, eu catei os menino de qualquer jeito e embrenhamo tudo no mato, do jeito que nós tava mesmo, na doida. Nós passou no mato foi muito tempo, sozinha, eu mais os menino e Deus [...] Cadê coragem pra voltar pra pegar as tralha? [...] No mato era ruim demais. Eu sentia tanto medo, eu pensava que eu ia morrer de medo. Um dia um veadinho passou correndo assim perto de mim e eu danei gritar feito uma maluca, pensando que era jagunço! [Sorri] Foi o veado correndo prúm lado e eu pro outro! [Ri] Agora eu acho graça, mas naquele tempo não achei graça, não. Fiz foi chorar. (Isabel Gomes)

A duração da luta não permitiu às mulheres continuarem escondidas nos matos. Sozinhas, tiveram que assumir integralmente o trabalho na roça e dar cobertura aos homens na guerra. Sob as piores condições possíveis elas plantaram, colheram, venderam, compraram, voltaram a plantar, cuidaram dos animais domésticos, consertaram as cercas, armaram-se, defenderam-se, tomaram decisões. Ao mesmo tempo continuaram a cozinhar, a lavar, a costurar, a tecer, a ter e criar filhos. E ainda alimentaram os homens e organizaram a retaguarda da guerra. Para as mulheres tentarem se tornar donas dos próprios destinos, elas tiveram que redefinir as características e o papel social do gênero feminino. Não era possível ser dona do próprio destino sem se tornar também uma nova mulher:

Foi naquela danação toda que eu entendi. Eu entendi [...] assim: se nós queria ganhar a luta, nós [as mulheres] tinha que ajudar, tinha que [...] trabalhar junto [...] Eu ajudei[...] Um dia eu falei assim pra eu: "Alice, ocê dá conta de fazer tanta coisa no mundo. Como qu'ocê não dá conta de ser mais mulher? [...] Ocê é [...] toda valentona na luta, cê tem que ser valentona em tudo, uai! Tem que ser valentona com pai, ser valentona com filho, com marido, com tudo!" (Alice Freitas)

Na fase final, muitas mulheres não apenas participaram diretamente da luta armada, como — o que seria impossível alguns anos antes — comandaram piquetes. Por um momento a hierarquia social se inverteu, confundiram-se papéis e falas:

Os sujeitos largaram o piquete e depositaram as armas tudo ali no rancho, onde as mulheres tava. Aí não ficou bom, não. Tinha lá uma mulher buchada, nos dias de dar à luz, tinha duas que tava com poucos dias de dieta. Aí elas, as mulheres, pegou as armas e foram saindo, sabe? Falou que ia direto pro piquete. Aí uma velhona, que era, como se diz, a mãe máxima da turma, chegou, enfiou a mão na cara do filho [que tinha fugido do piquete], e disse: "Eu que te criei, eu que te pari, e tu faça o que eu mando, não afrouxa o riacho, não! As mulher não vai lutar sozinha. Tu vai lutar também." [...] O rapaz pegou a carabina e disse assim: "Eu não sou frouxo, não, eu também sou homem. Sou novo, mas sou homem." [...] Aí teve outro que falou assim: "Também sou homem." Aí saiu três mulher mais os homem e foi assumir o piquete. (Helena da Paixão)

Para dar conta de tanto, em condições tão adversas, as mulheres tiveram que se organizar. A história de suas várias formas de organização não faz parte deste trabalho. Assim como não fazem parte dele as situações que elas vivenciaram após o final da luta, quando tiveram de decidir se, como e em quais ocasiões poderiam usar as formas de crescimento pessoal que haviam descoberto.

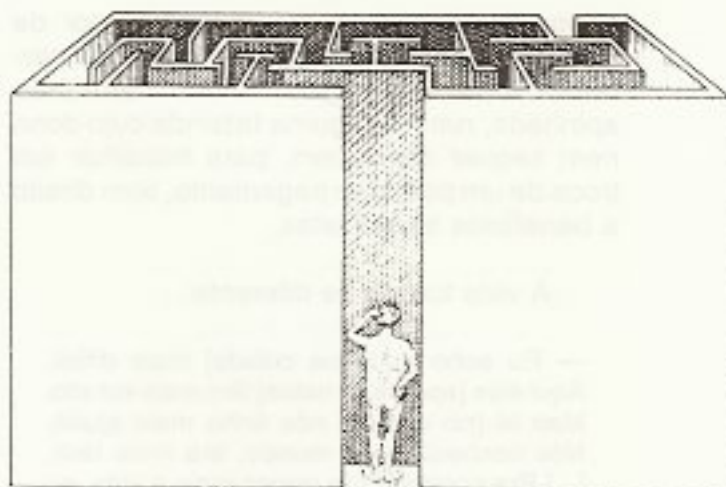
"Ser dono do próprio destino" foi uma categoria socialmente construída, com base em um projeto anterior dos camponeses. Durante sua construção, esclareceu e desenvolveu aspectos do projeto que eram vagos, como o caso das relações comerciais. "Ser dono do próprio destino" também incorporou elementos novos, como as modificações no papel das mulheres. À custa de grandes sacrifícios, os rebeldes do Formoso mantiveram-se camponeses, enquanto controlavam áreas de contato com o sistema capitalista e reordenavam relações internas do grupo. Ao final do período, eles haviam incorporado heranças de antepassados, experiências próprias anteriores e descobertas recentes, criando no Formoso um estilo de vida onde coexistiam tradição, renovação e inovação.

4. O "depois do depois" — a experiência após o Formoso

Poucos dias após o golpe militar que depôs o presidente João Goulart, tropas federais invadiram a região do Formoso. A repressão foi brutal:

A polícia entrou batendo. Agarrou todo mundo que pôde. Invadiu as roça, prendeu nós, torturou nós. Eles queria as arma que nós tinha escondido. Eles queria quebrar a nossa espinha. Fazer nós ficar de quatro na frente deles. (Paulo Andrade)

Os principais líderes, avisados pouco antes da chegada das tropas, conseguiram fugir para o interior do Estado do Maranhão. Ali viveram alguns meses incógnitos, separados uns dos outros. Todos, entretanto, acabaram por se envolver nos anos seguintes com a luta armada promovida pelos pequenos partidos políticos de esquerda, surgidos do fracionamento do Partido Comunista Brasileiro. No início da década de 1970, os líderes foram presos e julgados pelas atividades que exerciam então e pelas atividades no Formoso. Nessa ocasião, muitos outros camponeses que haviam lutado também foram presos e condenados.



Enquanto isso, na região do Formoso a vida tornou-se muito difícil:

Não dava pra nós continuar, né? Os policial só atentando, em cima, o tempo todo em cima de nós, vigiando. Ruim demais. E não tinha mais os outro companheiro de antes. Aí nós saiu. (Hosana Martins Ribeiro)

Um cara lá ofereceu um dinheirinho mais ou menos pela terra, pela benfeitoria, resolvei vender. Continuar lá mais pra que? (Bertoldo Ferreira dos Santos)

Os poucos que permaneceram tocaram a vida nos lotes de terra obtidos durante o período da luta. Enfrentaram muitas dificuldades econômicas, pois ao mesmo tempo em que perderam as bases de apoio criadas durante o movimento, sofreram as consequências da transformação gradual da área em uma região de médias e grandes propriedades.

Os muitos que saíram do Formoso tiveram destinos variados. Pouquíssimos (Tabela VII) tornaram-se pequenos proprietários. Parte deslocou-se para a Amazônia, a nova fronteira, reiniciando o ciclo. A maioria migrou para as cidades, trabalhando na construção civil ou em subempregos, como os de ven-

dedor de jogo do bicho ou guardador de carros. Muitos tornaram-se bóias-fria, partindo toda madrugada num caminhão apinhado, rumo a alguma fazenda cujo dono nem sequer conhecem, para trabalhar em troca de um pequeno pagamento, sem direito a benefícios trabalhistas.

A vida tornou-se diferente:

- Eu acho aqui [na cidade] mais difícil. Aqui eles [aponta os netos] têm mais estudo. Mas lá [no campo] nós tinha mais ajuda. Nós conhecia todo mundo, era mais fácil. [...] Pra controlar um pouco mais a vida, eu crio estas galinha aí [mostra o galinheiro]. Tô engordando também um capado, vou te mostrar ele. [...] Nesta horta — eu gosto muito de horta — eu planto mais é salsa, cebolinha, essas coisa. Mas não cresce direito, não. Não bate sol aqui.
- E esse tucano, pra que a sra. cria? É pra vender?
- Não, não é pra vender, não. É porque eu gosto dele. Gosto de tucano, sempre gostei. Lembra a vida de lá [do Formoso].¹⁵

O “depois do depois” implicou aprendizados, novas estratégias de sobrevivência, novas formas de luta. Os períodos anteriores foram reavaliados e, em grande parte, embelezados. Afinal, representavam tempos queridos da juventude, que não voltavam mais. Algumas das idéias anteriores, entretanto, foram reconsideradas, principalmente as relacionadas ao papel da terra. Embora o acesso à terra continuasse a ser considerado fundamental, não foi mais encarado como a única coisa importante a obter. Outros elementos foram acrescentados. Os camponeses acompanhavam assim os novos tempos, as novas fases do capitalismo, em que o capital financeiro e industrial dispõe de meios para controlar a terra sem ter que se tornar necessariamente proprietário. A história muda; a vida do povo do Formoso, também:

A vida muda. [...] Hoje eu penso que ter a terra ainda é muito importante, mas não é tudo. [...] Nós também precisa de crédito,

de garantia de preços mínimos pros nossos produtos, de uma boa política agrícola, [...] nós precisa de sindicato forte, governo pra apoiar os pobres, democracia, [...] muita coisa. Pra proteger e garantir uma vida decente na terra. (Sebastião Bailão)

Parte IV

Não foi por acaso que os camponeses do Formoso resumiram seu projeto social na expressão “ser uma pessoa”. Essa não é uma expressão facilmente substituível por outras. “Ser uma pessoa” ou “ser alguém” relaciona-se a aspectos fundamentais da vida social, e por isso constitui um ângulo privilegiado para o estudo das organizações sociais. A noção de “pessoa” existe em todas as sociedades, mas seu significado varia segundo as diferentes concepções e usos que os grupos sociais lhe dão.¹⁶

Apresentarei alguns exemplos de como a sociedade brasileira manipula a noção de “pessoa”, esclarecendo o significado atual de “ser pessoa” e “ser alguém” no Brasil. Relacionarei a seguir essa prática ao projeto social dos camponeses do Formoso.

1. “Ser pessoa” no Brasil

A sociedade brasileira atual usa, no seu dia-a-dia, todos os mecanismos, recursos e noções inerentes às sociedades complexas. Os brasileiros obedecem a uma Constituição Federal e possuem um conjunto de leis que funciona através de um sistema judicial independente. Os poderes Legislativo e Executivo são perfeitamente constituídos. Todos os brasileiros natos têm o direito e o dever de votar. O Estado é dotado de instrumentos para exercer suas funções de zelar pelo bem comum. A cidadania — o conjunto de direitos e deveres conferidos pelo fato de ser brasileiro — faz parte da vida do país, como teoria e como prática.¹⁷

A sociedade brasileira possui, entretanto, um conjunto de valores e modos de agir que, a cada momento, negam a igualdade de todos perante o Estado e as leis. Uma rede informal de relações pessoais, que inclui laços de parentesco, compadrio e amizade, influência política, patronagem, troca de favores, suborno etc, e permite contornar a lei. Dois provérbios no Brasil expressam isso bem: "Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei" e "Todo mundo é igual perante a lei, mas uns são mais iguais do que outros".

Se o assunto é obter um serviço mais rápido em qualquer órgão público, uma isenção de taxas, um emprego para o qual não se é qualificado, ou qualquer outro "favor" — isto é, qualquer benefício não-previsto por lei nem por qualquer meio oficial —, é sempre possível "dar um jeitinho", isto é, conseguir contornar obstáculos para obter o que se deseja. O uso do nome de um parente rico, do amigo influente, do padrinho político, do conhecido a quem um dia se prestou um favor geralmente resolve o problema.

A "ideologia do favor", exercida através do "jeitinho", reforça um conjunto de práticas e valores opostos aos direitos e deveres da cidadania. A cidadania baseia-se na igualdade de todos perante a lei, e o "favor" baseia-se na hierarquia. A cidadania valoriza o impessoal, e o "favor" valoriza o pessoal e íntimo. A cidadania realça a justiça, não prevendo exceções baseadas em casos individuais, e o "favor" realça a consideração e o "respeito", valores pessoais. A cidadania distingue público e privado, e o "favor" traz o público para a esfera do privado. A cidadania é exercida por indivíduos e o "favor" é feito por pessoas.

Embora opostas, as duas noções se entrelaçam, influenciando toda a sociedade e criando diversas e complexas relações que cruzam o "moderno" com o "tradicional", o "econômico" com o "moral", o "legal" com o "pessoal" etc. Neste trabalho, realço o fato de que, no Brasil, para "ser alguém" não basta ser cidadão. É preciso também ser "pessoa".

2. "Eu quero ser uma pessoa" — a luta pela identidade entre os camponeses do Formoso

Os camponeses estudados constituíam o extrato mais pobre e desprestigiado da sociedade brasileira. Esta os submetia a uma superexploração econômica e lhes conferia uma identidade negativa, uma anti-identidade, pois não os considerava "indivíduos" nem "pessoas". Perante a sociedade brasileira, os camponeses eram "nada", "ninguém".

Para serem reconhecidos e conquistar um lugar e uma identidade no conjunto social, os posseiros do Formoso tiveram que lutar ao mesmo tempo em duas frentes. Uma frente (pouco explorada neste trabalho) foi relativa à luta para tentar conseguir a cidadania plena. Nesse sentido, os posseiros brigaram para obter do Estado o reconhecimento dos seus direitos sobre a terra. Utilizaram o Poder Judiciário para processar os grileiros. Tornaram-se eleitores e participaram de forma ativa e independente nos processos eleitorais (inclusive elegendo José Porfírio deputado estadual). Tentaram (e conseguiram) transformar a região em município independente. Exigiram serviços públicos para a área, como escolas, hospitais e rodovias. Tomaram posi-

15. Entrevista com Geralda Teodora.

16. Embora "pessoa" e "indivíduo" tenham sempre merecido espaço nas ciências humanas, muitos trabalhos interessantes sobre o tema têm sido feitos. Foram particularmente úteis a mim: Dumont (1970), Marsella, Devos e Hsu (1985), McCall (1990), Mauss (1974), Mead (1934), Ohnuki-Tierney (1990), Rorty (1976), Shweder (1991), Shweder e LeVine (1984).

Estudos sobre emoções geralmente se relacionam aos trabalhos sobre pessoa. Alguns trabalhos nessa área de que gostei muito: Bloch (1986), Carrithers, Collins e Lukes (1985), Harré (1986), Lutz e Abu-Lughod (1990), Lutz e White (1986), Stearns (1985).

17. Esta parte deve muito aos trabalhos de Roberto Damatta, especialmente os de 1976 e 1985.

ção sobre os principais problemas nacionais (durante o golpe militar de 1964, por exemplo, organizaram-se para tentar apoiar algum possível contra-golpe), e assim por diante. A luta pela cidadania implicou aprender coisas não-contidas no projeto original. Significou unir uma perspectiva pessoal e local à perspectiva nacional, compreender que ser camponês e cidadão brasileiro são faces da mesma moeda.

A outra frente da luta camponesa foi relativa ao seu reconhecimento social como pessoas. Essa frente teve um significado especial para os rebeldes, pois a noção de "pessoa" era importante tanto para a sociedade em geral quanto para eles próprios.

Os camponeses usavam a noção de "ser uma pessoa" para objetivos diferentes dos do restante da sociedade. Para eles, não estava em jogo obter empregos públicos ou exceções à lei, mas movimentar-se no interior de comunidades pequenas, onde todos se consideravam e se tratavam como pessoas.

Apesar dessa diferença, os valores que sustentam a noção de "pessoa" na sociedade brasileira e no grupo camponês são os mesmos. Para ambos, "ser uma pessoa" significa ser tratado com respeito, cordialidade e consideração, relacionar-se bem com os outros, ter familiares, amigos e vizinhos presentes nas ocasiões importantes da vida, ser reconhecido por suas características próprias. Em suma, ser identificado, entre muitos, como único.

O caminho que a sociedade brasileira deixara para os posseiros se tornarem "pessoas" era o de tentar realizar nas áreas de fronteira o projeto camponês. Somente por meio da propriedade legal da terra, da autonomia no processo de trabalho, do controle sobre as relações comerciais com a sociedade abrangente e de outras conquistas semelhantes, os rebeldes do Formoso poderiam criar condições mínimas para ser consi-

derados pessoas. Somente assim construiriam as bases para substituir a humilhação e a rejeição pelo respeito e pela consideração.

Não havia outro caminho. Eles sabiam disso, pela história dos seus antepassados e por experiência própria. Os seus antepassados — os homens e mulheres que desde o Brasil colonial teimaram em garantir a pequena produção no país de latifúndios — enfrentaram uma situação ainda mais dramática. Viveram constantemente ameaçados de perder a condição de seres humanos, de ser reduzidos a escravos, a simples mercadorias.

Os próprios rebeldes do Formoso, através da experiência, haviam lutado desesperadamente para encontrar no interior da sociedade — nas fazendas, no trabalho a meia, no arrendo — um lugar para si e para a família. Em vão: "Eu rezei a Deus pra eu acordar morto."

No Formoso, por meio de grandes sacrifícios, os posseiros colheram as primeiras vitórias. Parecia que estavam no caminho certo. Alguns acharam que começavam a se tornar pessoas. Mas, quando a grilagem terminou, eles ficaram ameaçados de expulsão. A escolha foi duríssima: lutar para defender o que já tinham ou voltar a ser ninguém. A maioria lutou, e, através da luta, aprendeu novas coisas. As vitórias que obtiveram, mesmo parecendo pequenas, foram muito importantes para eles, pois ao menos uma vez na vida conseguiram validar o que os outros lhe haviam sistematicamente negado: a condição de pessoa. Por isso muitos deles, como Nego Carreiro, encontraram nas memórias daquelas lutas a própria razão de viver: "Eu mostrei a eles que eu sou uma pessoa."

Atualmente, a sociedade brasileira continua a negar um lugar para o campesinato e a tratá-lo por "ninguém". Aos camponeses

— o setor que mais tem se envolvido em movimentos sociais — continua a não restar outra alternativa a não ser continuar brigando, pois suas condições de vida na década de 1990 são ainda mais duras e violentas do que na década de 1950. A fronteira amazônica atual é mais distante e difícil de ser ocupada do que o centro-oeste; e o número crescente de bóias-frias atesta a existência de um nível ainda mais baixo de vida.

Além disso, a migração em massa para as cidades criou no Brasil uma camada que não é nem rural nem urbana. São ex-lavradores que hoje moram nas periferias de cidades como São Paulo, com 17 milhões de habitantes. Eles não contam mais com os recursos do campo, como as formas egtd trabalho coletivo e as famílias extensas, e também não foram inteiramente absorvidos pela rede urbana. É gente que se perde pelas ruas das metrópoles e sente medo dos carros e metrô. Gente que cria galinhas e tucanos para lembrar a si mesma que um

dia largou o coração em alguma roça, longe, muito longe dali.

Pessoas cujos depoimentos foram incluídos neste trabalho:

Alice Freitas*, Anicésio Correia, Anicésio dos Santos, Amado Luiz Guerreiro, Ananias B. de Souza, Ananias Ribeiro*, Armando Lopes, Armando Bertolino Ribeiro, Armando Rosa*, Atilio da Rocha Matos, Bertoldo Ferreira dos Santos, Carlos Correia, Claro Correia, Cosmelino Avelar*, Edite Fernandes de Moura, Edith Ribeiro, Fidélis Ferreira dos Santos, Geralda Teodora, Helena da Paixão*, Hosana Martins de Moura, Isabel Gomes, Isabel Pereira da Cruz, Ita Carreiro, João Porfírio de Souza, Joaquim Gonçalves dos Santos, José Fernandes Sobrinho, Luiz Lima, Luiza Velho*, Manuel Porfírio dos Santos, Maria Guerreiro dos Santos, Nego Carreiro, Odília Pereira Barros, Otávio Guerreiro dos Santos, Otília*, Paulo Andrada*, Sebastião Bailão, Sebastião Rodrigues, Zé Balano*.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, S. de B. *Trombas. A guerrilha do Zé Porfírio*, Brasília, Goethe, 1985.
- AMADO, J. Movimentos sociais no campo. *A Revolta do Formoso*, *Pípsa* nº 4, Goiás, 1948-1964, 1980.
- ASSELIN, V. *Grilagem*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- AUBERTIN, C. (org.) *Fronteiras*, Brasília e Paris, UnB e Orstom, 1988.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- BLOCH, E. *The principle of Hope*, Cambridge, The MIT Press, 1986.
- BORGES, J.A. *Terras devolutas e sua proteção jurídica*, Goiânia, Oriente, 1976.
- CARNEIRO, M.E.F. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1981.
- CARRITHERS, M. ; Collins, S. e Lukes, S. (eds). *The category of the person*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- CIRNE LIMA, R. *Pequena história territorial do Brasil*, Porto Alegre, Sulina, 1954.

* Pseudônimo.

- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- _____. *A casa e a rua*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DELBOS, G. Leaving agriculture, remaining a peasant, *Man*, 17 (4), 1982.
- DENING, G. *Islands and beaches*, Honolulu, The University Press of Hawaii, 1980.
- D'INCAO E MELLO, M.C. *O bóia-fria*, Petrópolis, Vozes, 1975.
- DUMONT, L. *Homo hierarchicus*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
- ENCONTROS DA UnB. *Terras públicas no Brasil*, Brasília, UnB, 1978.
- FOWERAKER, J. *A luta pela terra*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GARCIA, J. G. *O caminho de Trombas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- GARCIA JR., A. *Terra de trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GLAZIER, I. e DE ROSA, L. (eds.) *Migration across time and nations*, Nova Iorque, Holmes & Meier, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. *A modernização dolorosa*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- GRINBERG, L. e GRINBERG, R. *Psychoanalytic perspectives on migration and exile*. Cambridge, Yale University Press.
- GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS. *Grilagem na Bahia*, Salvador, Grupo de Estudos Agrários, 1981.
- HARRÉ, R. (ed.) *The social construction of emotions*, Oxford, Brasil Blackwell, 1986.
- HOBBSAWM, E.J. e RUDÉ, G. *Captain Swing*, Nova Iorque, Pantheon Book, 1968.
- KEARNEY, M. From the invisible hand to visible feet. *Anthropological studies of migration and development, Annual Review of Anthropology*, nº 15, 1986, pp. 331-61.
- LIMA PEREIRA, J.O. *Da propriedade no Brasil*, Rio de Janeiro, Casa Duprat, 1932.
- LINHARES DE LACERDA, M. *Tratado das terras do Brasil*, Porto Alegre, Sulina, 1960.
- LINHARES, M.Y. e TEIXEIRA DA SILVA, F.C. *História da agricultura brasileira*, 1981.
- LOUREIRO, M.R. *Terra, família e capital*, Petrópolis, Vozes, 1982.
- LUTZ, C. e ABU-LUGHOD, L. (eds.) *Language and the politics of emotion*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- LUTZ, C. e WHITE, G. The anthropology of emotions, *Annual Review of Anthropology*, nº 15, 1986, pp. 405-36.
- MARSELLA, A.; DEVOS, G. e HSU, F. (eds.) *Culture and self*, Nova Iorque, Tavistock Publications, 1985.
- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*, São Paulo, Hucitec, 1989.
- _____. *O cativo da terra*, São Paulo, Hucitec, 1986.
- _____. *Expropriação e violência*, São Paulo, Hucitec, 1982.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*, São Paulo, Edusp, 1974.
- MACAL, C. *Concepts of person*, Brockfield (USA), Gower Publishing Co., 1990.
- MEAD, G. *Mind, self and society*, Chicago, The University of Chicago Press, 1934.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MINTZ, S. A note on the definition of peasantries, *Journal of Peasant Studies*, 1 (1), 1973, pp. 91-106.
- _____. *Taso, Trabajador de la Cana*, Puerto Rico, Huracán, 1988.

- _____. The sensation of moving, while standing still, *American Ethnologist*, 16 (4), 1989, pp. 766-96.
- MUSSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*, Petrópolis, Vozes, 1988.
- OHNUKI-TIERNEY, E. *Culture through time*, Stanford, Stanford University Press, 1990.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. *O campesinato brasileiro*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- PINA-CABRAL, J. *Sons of Adam, daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press, 1986.
- RAPPAPORT, J. History and everyday life in the Colombian Andes, *Man*, 23(4), 1988, pp. 718-38.
- RORTY, A. (ed.) *The identities of persons*, Berkeley, University of California Press, 1976.
- ROSEBERRY, W. *Anthropologies and histories*, New Brunswick and London, Rutgers University Press, 1989.
- SCHERER, K. (ed.) *Facets of emotion*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1988.
- SCOTT, J. *The moral economy of the peasant*, New Haven and London, Yale University Press, 1976.
- _____. *Weapons of the weak*, New Haven and London, Yale University Press, 1985.
- SHANIN, T. (ed.) *Peasants and peasant society*, Oxford, Basil Blackwell, 1971.
- SHWEDER, R. *Thinking through cultures*, Cambridge, Harvard University Press, 1991.
- SHWEDER, R. e LEVINS, R. (eds.) *Culture theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- STEARNS, P. e STEARNS, C. Emotionology. Clarifying the history of emotions and emotional standards, *American historical review*, 90, 1985, pp. 813-36.
- STERN, S. (ed.) *Resistance, rebellion, and consciousness in the Andean peasant world*. Madison, ed. The University of Wisconsin, 1987.
- TAUSSIG, M. *Shamanism, colonialism and the wild man*, Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- TORMIM BORGES, P. *O imóvel rural e seus problemas jurídicos*, São Paulo, Pró-Livro, 1976.
- TROUILLOT, M-R. *Peasants and capital*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1988.
- VELHO, O.G. *Capitalismo autoritário e campesinato*, São Paulo, Difel, 1976.
- _____. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- WANDERLEY, M. de N. *Capital e propriedade fundiária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

O RESGATE DAS ORIGENS

(Questões de memória em dois momentos da poesia de Drummond)

*Joaquim Alves de Aguiar*Departamento de Teoria Literária
e Literatura Comparada — FFLCH-USP

1

Até os anos 50, Drummond praticou as mais variadas formas de poesia. Um verdadeiro *tour de force* de experimentações capazes de consagrar na época o nosso maior poeta. *Claro enigma* é de 1951, *Fazendeiro do ar* de 1954 e *A vida passada a limpo* de 1958. Lidos os três, logo impressiona uma "atitude" diferente do compulsivo desejo de participação que animava a fase anterior de Drummond.¹ Em "Dissolução", poema que abre o primeiro dos livros citados, a frase-verso "braços cruzados" é indicativa de mudança naquele que antes procurava fazer das mãos um instrumento para alcançar o mundo. O poema começa assim:

Escurece, e não me seduz
tatear sequer uma lâmpada.

Com a "noite" paralisando o gesto, talvez menos refletido, não menos empolgante, Drummond nos prepara para "nova fase". Uma tarefa agora é pensar o passado. O poeta anda na casa dos 50, já "pode" fazer um balanço da própria poesia, e já vive no Rio há duas décadas da província mineira.

O preço do mergulho ali onde se inscreve a história da própria experiência é um certo exílio das questões do tempo: "esses monstros atuais não os cativa Orfeu."² O desencanto com o presente faz o poeta apressar o passo rumo ao país da memória. O que já foi se reapresenta em poesia, movendo-

se nas teias do conhecimento e da imaginação. Aqui salta, poderoso, o tema da família.

2

No início dos anos 50, Drummond preparou uma antologia da sua obra na qual há uma seção por ele chamada de *A família que me dei*.³ Contendo dez peças, a mais empolgante é "Os bens e o sangue".

O poema parece uma saga. Conta uma história de família em que os principais agentes se parecem com reis; mistura o épico e o prosaico, mito e história, erudição e oralidade. Mas sobretudo pode ser lido como confissão de um doloroso enfrentamento do passado. O poeta põe no centro a imagem dos seus ancestrais, com o intuito de dissecar as origens a que pertence.

A força do poema começa na sua construção. Composto em oito partes que podem ser lidas com autonomia, salta à vista a variedade intencional das formas. Versos livres para a "cena" cartorial da primeira parte, redondilhas falando do poeta nas partes subsequentes (segunda a quinta), elocução profética na voz dos corvos (sexta parte) e odes para marcar o *grand-finale* (sétima e oitava partes). Como as formas em que se apóiam, situações, discursos e tons variados imprimem notável vivacidade à composição.

A "ação" se passa em 1847, quando se firma o contrato de venda da propriedade

ancestral. Logo no começo, a presença dos escravos “esquenta” o poema:

diante do estrume em que se movem nossos escravos e da viração perfumada dos cafezais que trança na palma dos coqueiros fiéis servidores de nossa paisagem e de nossos fins primeiros.

Como se vê, no ângulo pior da cena, os negros integram um todo que articula a natureza e os homens num só conjunto cuja finalidade é servir. Não surpreende portanto que as negras sejam convertidas em animais de tração:

(...) e trocaremos lavras por matas
lavras por títulos, lavras por mulas, lavras
por mulatas e ariatas.

Observando o jogo de palavras, *mulata* amplia o termo anterior (*mula*) para rimar com *ariata*. A animalização, negro no estrume/mulata no arreo,⁴ inclui no Cardápio da violência o tempero sensual da velha culinária brasileira, em que a negra foi sempre um bom prato à disposição. A violência vai também no som agudo que anuncia os donos da terra: Esmeril, Candonga, Pissarrão e Conceição.⁵

“estes nomes que em qualquer tempo desafiarão tramóia trapaça e treta”.

Aqui, as sílabas aliteradas: te/tra/tra/tre/ta não deixam de sugerir o tiro da lei própria da terra, cujo estampido se faz ouvir à frente da autoconfissão de dignidade a que alude

o verso. Essas apresentações pouco recomendáveis, para dizer o mínimo, vão dar no gesto ambíguo que move a prática contratual: “E tudo damos por vendido”. Aqui, o verbo *dar* indica o personalismo que subjetiva a objetividade do ato, ou seja, o tratamento empresarial da coisa só se configura plenamente quando concluída a venda. Os que mascaravam sentimento no qual só havia interesse se esclarecem de vez:

“trocar é nosso fraco e lucrar é nosso forte”.

Se a febre do lucro é o corpo da vida, o espírito, que se quer aristocrático, manda converter o ganho em sinal de menos. Sendo pois ruim o desenho da estirpe, a pia católica se incumbem de ajustá-lo:

somos levados menos por gosto do sempre negócio que no sentido de nossa remota descendência ainda mal debuxada no longe dos serros.

De nossa mente lavamos o ouro como de nossa alma um dia os erros

Se lavarão na pia da penitência.

Como se vê, exacerbar o sentido da posse e lucrar fingindo que não lucra resumem o mal da origem. Mal que se transmite no sangue. Sangue que enfraquece no tempo, apequenando a “grandeza” do passado. Prepara-se assim aquele que virá: o poeta, principal elemento na ponta futura da linhagem. Como também se prepara a *maldição* de que será alvo o que vem para encarnar ambigüidade: o mais deserdado é também o escolhido, aquele que eternizará em poemas os que o enjeitaram.

1. Refiro-me aqui aos livros *Sentimento do mundo* (1940), *José* (1942), e *A rosa do povo* (1945), que tomaram Drummond nosso “poeta social” de maior altura.

2. Poema: “Legado”, em *Claro enigma*.

3. Carlos Drummond de Andrade, *Antologia poética*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1963. Os poemas de “A família que me dei” são os seguintes: “Infância” (*Alguma poesia*), “Viagem na família” (*José*), “Retrato de família” (*A rosa do povo*), “Os bens e o sangue”, “Convívio”, “Perguntas”, “Carta”, “A mesa” e “Ser” (*Claro enigma*), e “A Luis Mauricio, infante” (*Fazendeiro do ar*).

4. A imagem está consagrada no romance de Machado de Assis. Em sua fase de formação, o brinquedo de Brás é montar no preto Prudêncio, fazendo deste seu “cavalo de todos os dias”. Trata-se de bom exercício para o aprendiz de senhor. Ver *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. XI.

5. Os nomes dos homens estão dicionarizados e referem-se à mineração; os das mulheres ao dengo feminino (Candonga) e à concepção de Maria (Conceição).

O modo como se dispõe da propriedade é o modo como se deserda o poeta. Analisando a sonoridade da segunda parte do poema, notam-se aliterações constantes de nasais e oclusivas. O plano formal reforça assim a obliquidade do gesto no qual entram o queixume da nasalização e a violência, de que as oclusivas podem ser expressão. Melhor explicando, a parte sentimental se insinua na ordem arbitrária, que prevalece:

Mais que todos deser damos
 m k t d d d m
 um menino inda não nado
 u m n n i d ñ n d
 (e melhor não fora nado)
 m ñ n d
 que de nada lhe daremos
 k d n d d m
 sua parte de nonada
 p t d n n d
 e que nada, porém nada
 k n d p ã n d
 o há de ter desenganado.
 d t d ã n d

O poder desmedido gera o "oblíquo modo", que pode explicar o menino-poeta que se anuncia. Aqui Drummond encontra a origem da sua mais conhecida face: a do *gauche*, indicada pela epifania barata do anjo torto.⁶ Do antigo ao recente, da força bruta à reflexão, da propriedade à poesia, a curva do tempo se incumbiu de empobrecer o "corpo" enriquecendo o "espírito".

A operação encarna o destino extraordinário (de poeta) que vai contido no destino ordinário (de funcionário público). A velha ordem desentorta o *gauche* porque o explica. Antes de poeta ele é o filho-vergonha, poeta moderno não se livrará do passado. Da dupla punição resulta o homem pensante, e neste o passo tibio (frouxo e indolente), sinal emitido pela voz do anjo torto.

Assim se transforma o *gauche* no deserdado inteligente. O modo como se vê e ao

mundo depende de duas linhas de força. Uma é trágica: em relação ao passado "extraordinário", seu "ordinário" destino representa uma grande queda. A outra é cômica: o olhar crítico faz da queda um movimento risível. A ironia com que vasculha o passado permite ao *gauche* reverter a praga que o tomava por vítima.

Em "Os bens e o sangue", a solenidade do tom depende das vozes. Na maior parte do poema falam os ancestrais. Onde a altissonância deveria ser plena, surpreendemos nomes como "Candongá" e "Pissarrão"; expressões como "mal debuxada", "asa do nariz", "malincônica tristura"; e palavras como "compadre", "tramóia", "treta", "inda", "nonada" etc. O contraponto entre a erudição e a oralidade muito particular, bem marcada pela variante regional, mostra uma linhagem que se quer aristocrática, mas que se expressa pela domesticidade. O aspecto afrouxa o tom solene das falas e pode redesenhar o perfil acanhado da velha estirpe brasileira.

Paralela à voz dos velhos encontra-se a voz do coro de urubus, na sexta parte do poema. Alicerçando o plano que se ergue para acima do telhado, as alusões bíblicas infestam a passagem. Os corvos imitam os anjos do *Apocalipse*, e o discurso lembra o de Isaías, que previu a destruição da terra santa pelos estrangeirados. A ordem paratática dos versos, o tempo verbal da premonição, a palavra oracular e as relações diretas entre causa e consequência, firmam a imagem da terra devastada. A praga castiga Itabira do Mato Dentro.

No ângulo dos antepassados ela tem por causa a perda de seus domínios. No ângulo do poeta ela se relaciona com a troca de um domínio por outro (da roda familiar à companhia inglesa). Explicitadas as relações

mercantis, o efeito não é o progresso mas a depredação.

A ironia atravessa o destino da cidade. Não bastasse a troca dos anjos pelos urubus, e a voz do profeta pelo grunhido agourento, a besta e o corcel acabam na vaca leiteira, no curral fazendo leite para o poeta-menino. Como se vê, não obstante a gravidade do tom, a linha dramática se esvai pelas insinuações cômicas do olhar do *gauche*.

Mas é na quarta parte do poema, em que as vozes são múltiplas, que a "comédia" melhor se evidencia. Ela descreve o castigo do poeta infante. Para começar, o drama miúdo se constrói na forma de cruz. A cena máxima do sacrifício cristão é transposta ao quintal da casa do pai. De modo sugestivo, o primeiro verbo pronunciado é "judiar":

- Não judie com o menino, compadre.
- Não torça tanto o pepino, major.
- Assim vai crescer mofino, sinhô!

As três vozes se apresentam pedindo clemência. Juntas poderiam formar um coro afinado. Separadas como estão, elas distinguem os que falam pelo modo de chamar aquele que castiga. Ou seja: a disposição das falas indica seu grau de proximidade do eixo que age castigando. Não obstante o metro idêntico e a rima consoante, que liga os versos a partir de "menino", a ordem fixa, cada frase em seu lugar, suspende a possibilidade de justaposição das vozes. Entre si elas não se comunicam, e sendo subalternas do centro só obtêm silêncio.

Sendo assim, a velha ciranda social da vida brasileira (compadrio, dependência e servidão) se reapresenta nos versinhos que



introduzem o "sacrifício" do menino. A exclamação na frase final, indicando o poder de revelação divina do senhor à frente do escravo, não chega a surpreender após a leitura do passo seguinte da passagem. A voz de Deus também se manifesta no sino plangente que, do alto da torre, bate pelo menino:

Pedimos pelo menino porque já se ouve planger o sino do tombo que ele vai levar quando monte a cavalo.

O *enjambement* entre sino e tombo liga o lirismo do primeiro verso à piada do segundo. Se a solda quebra o tom, forçando o riso, a queda (sinal de incompetência do que não sabe montar, ou seja, dominar) ainda resguarda o feito da estirpe mineral dos velhos tempos. Caindo, o corpo atrita no solo de ferro itabirano. O som metálico do sino é a canção do Senhor e também o barulho do tombo.

A queda antecipa e explica o destino mofino do filho-poeta: desditoso ("de mala sorte"), doentio ("tirará sustento de algum mel nojento"), frágil ("não lavrará o campo"), inoportuno ("melhor não fora nado"), melancólico ("sua malincônica tristura") etc. Dita acima a praga é repetida embaixo. Na voz daqueles cujo destino é pedir, o desditoso vai chorar, o doentio vai ter catapora, o frágil cairá do cavalo, o inoportuno vai dar trabalho e o melancólico deitar-se-á no espinho.

5

Na parte final de "Os bens e o sangue", o negativismo impera. Não obstante o olhar que os disseca, os mortos se recompoem como matéria viva. O passado reapresenta, e a profecia se cumpre:

Carecia que um de nós nos recusasse
para melhor servir-nos. Face a face.

A gravidade do tom vence o compasso tragicômico que animava o poema. Sendo impossível escapar ao Destino, sobra ao poeta o mergulho no poço, de onde mal se divisa a saída:

Salva-me, capitão, de um passado voraz.
Livra-me, capitão, da conjura dos mortos.
(...)
E no fundo da mina, ó capitão, me esconde.

Não surpreende portanto que Drummond comece seu *Fazendeiro do ar* falando da morte. "Habilitação para a noite", soneto que abre a coletânea, pode ser lido como "preparação para a morte". Em "Viagem de Américo Facó", a barca divisada na margem da vida ensina "a arte de bem morrer". A morte torna-se uma obsessão e sua presença imprime a marca do livro.

O mesmo não acontece com *A vida passada a limpo*. Aqui, o poeta agarra a corda que o tira do poço fundo. Ela é a cautelosa

esperança que o resgata para a vida. Trata-se agora de "ressuscitar" operando na cota mínima de arejamento, após a abafada escuridão. É deste movimento que fala "Ciência":

Começo a ver no escuro
um novo tom
de escuro.

Começo a ver o visto
e me incluo
no muro.

Começo a distinguir
um sonilho, se tanto,
de ruga.

E a esmerilhar a graça
da vida, em sua
fuga.

Naturalmente, a ênfase na palavra *começo* indica recomeço. Ligado ao título do poema, o recomeço aponta para um tempo de maturidade. Na vida, de que a ruga é um sinal explícito; e poética, de que o verbo *esmerilhar* (polir, depurar, aperfeiçoar) é um sinal implícito. Mas as assonâncias em /u/: *escuro* (2 vezes), *incluo*, *muro*, *ruga*, e *sua fuga*, sugerem treva onde seria o império da luz (ciência). A mancha do apavorado "salta no escuro" ainda permanece, e pode explicar a melancólica inclusão no muro, de onde agora se divisa o mundo. O cultivo do saber maduro implica então ausência e recolhimento. Conformação na maturidade (fuga) ou confirmação da maturidade (ciência). Eis a questão.

6

O tema da família retorna em *A vida passada a limpo*, mas com outro molde. Ao esforço de enfrentamento do passado, sucede a evocação pacífica do velho espírito. Do breu à claridade, a consciência já pode respirar. Pôr em ordem a velha casa devassada é a tarefa de agora.

O melhor exemplo é "Prece de mineiro no Rio". A começar do título, que põe ênfase no auto-reconhecimento da identidade, o poema realiza em grande parte o que propõe "Ciência". Ver o visto é rever. Entre verbo e objeto adivinha-se a curva do tempo, desenhada pelo olhar experiente da maturidade confessa.

Lida a prece, logo se observa a mudança de tom. Do atordoado "Os bens e o sangue" à forma fixa, em 41 decassílabos brancos ordenados num só bloco, o drama é convertido em lirismo. O poema começa assim:

Espírito de Minas, me visita,
e sobre a confusão desta cidade,
onde voz e buzina se confundem,
lança teu claro raio ordenador.
Conserva em mim ao menos a metade
do que fui de nascença e a vida esgarça.

Como se vê, a motivação básica é restaurar a identidade desgastada pelos longos anos de vida carioca. Daí a sugestiva presença do verbo *conservar* no trecho acima. Da corporificação dos ancestrais à sua pulverização em espírito, o processo conduz a história pregressa à esfera do mito: o "claro raio ordenador". Mudado o ângulo de observação, o velho espírito é um preço (ele permanece) e um prêmio (ele ordena) a um só tempo. Mais adiante, dirá o poeta:

Por vezes emudeces. Não te sinto
a soprar da azulada serrania
onde galopam sombras e memórias
de gente que, de humilde era orgulhosa
e fazia da crosta mineral
um solo em seu despojamento.

A passagem ocupa o meio do poema. Falando da ausência do espírito, a posição dos versos só faz destacar sua presença. Contudo, entre presente e pretérito é posto um filtro azulado, criando-se um clima de irrealidade, que facilita a serena identificação. Tudo convertido em "sopro", o poeta finalmente se reconhece nos mortos que convivia. O procedimento explica que os adjetivos *humilde* e *orgulhoso* (que por vezes definiram o *gauche*) já não mais se estranham⁷. Se a humildade é solo do orgulho, o que era defeito vira qualidade, ou seja, modo oblíquo e passo túbio são agora sinais de despojamento, firmeza e preciosidade, a que não deixa de sugerir a "crosta mineral". Em resumo, a imagem azulada anestesia a consciência daquele cuja intenção agora é conservar o passado.

Não à toa Drummond retomou a *rosa* (palavra cara ao poeta moderno que mais surrou o velho chavão romântico: rosa = amor, salvação, esperança, harmonia, lirismo etc) para se referir ao ente que evoca:

Outras vezes te invocam, mas negando-te,
como se colhe e se espezinha a rosa.
Os que zombam de ti não te conhecem
na força com que, esquivo, te retrais
e mais límpido quedas, como ausente,
quanto mais te penetra a realidade.

Reconhecida a força e a limpidez do espírito, não obstante esquivo, o poeta que zombava dos mortos agora os chama ao convívio necessário e amistoso. Quem ontem escarninhava, hoje acolhe na língua da prece. E mais: referindo-se ao outro pelo pronome oblíquo (ti, te), Drummond refere-se a si mesmo. E volta a celebrar seu auto-retrato,

7. Ver por exemplo em "A mesa", outro impressionante poema de Drummond quanto ao enfrentamento do passado, a passagem em que o poeta se localiza e se auto-refere para o pai:
ali no canto da mesa,
não por humildade, talvez
por ser o rei dos vaidosos
e se pelar por incômodas
posições de tipo *gauche*
ali me vês tu. Que tal?

que tem na timidez um braço forte, como se volta para a própria poesia: quanto mais esquiva, melhor a expressão.⁸

No início do poema se viu o caos. Onde voz e buzina se confundem, atua o “deus moderno”. Ele ameaça o espírito mineiro tanto quanto a distância no tempo e no espaço esgarça a identidade do poeta. Como o refluxo do passado desordena, a súplica pede ao espírito que não fuja:

Espírito mineiro, circumspecto talvez, mas encerrando uma partícula de fogo embriagador, que lavra súbito e, se cabe, a ser doidos nos inclinas: não me fujas no Rio de Janeiro, como a nuvem se afasta e a ave se alonga, mas abre um portulano ante meus olhos que a teu profundo mar conduza, Minas, Minas além do som, Minas Gerais.

Com estes versos, o poeta encerra a “Prece”.

Em Drummond o conflito individual é crivado pela notação contínua da história. Se nos anos 50 o poeta encontra-se em plena maturidade artística, o Brasil tenta sair da secular infância. A orientação dirigente

quer modificar a cara do país sem lhe trocar o espírito. A industrialização não apaga o perfil autoritário da vida nacional. Se o Brasil finge driblar o passado, o poeta aponta sua permanência. Contudo, se a lucidez sabe aquilo que se mantém na cara mal desenhada do tempo, ela não deixa de incluir o conservantismo da imagem que evoca.

É nessa medida que o “fogo embriagador”, que sopra da lavra mineira,⁹ pode pluralizar a experiência da história própria: a força do passado nos inclina. Na parte que cabe ao poeta, reencontramos o *gauche* de andar manco, presa do passado:

Do lado esquerdo carrego meus mortos
Por isso caminho um pouco de banda¹⁰

Na parte que nos cabe, o atraso pesa sempre, não obstante as aventuras de modernização (no geral arbitrarias e nunca completas). Sendo assim, é bom ouvir o coração que bate no peito desgarrado na cidade grande.

O velho espírito pode abrir o mapa primitivo de navegação (portulano), para indicar o rumo nas águas do “profundo mar” das memórias, lá onde se desencava o Brasil nas imagens da velha Minas de Drummond.

8. Como não se trata aqui de esmiuçar a poética de Drummond, lembro apenas a parte final do “Poema-orelha”, de *A vida passada a limpo*, no qual as relações poeta-fantasia são referidas como “um não-estar-estando”, “jogo e confissão”, “vivido e inventado”, culminando na máxima, aliás moderníssima: e a poesia mais rica é um sinal de menos.

9. A imagem do “fogo embriagador” encontra-se também numa passagem de auto-confissão saudosista de Manuel Bandeira, em carta a Drummond datada de 1924: “(Sou) um provinciano, de Pernambuco, que vive desde menino na corte, com uma burra saudade dos engenhos, onde aspirou aquele cheiro das tachas de açúcar, das quais disse Nabuco, e com razão, que nos embriaga para toda a vida”. Ver Manuel Bandeira, *Poesia e Prosa*, Rio de Janeiro, Aguilar, vol II, 1958, p. 1.386.

10. Poema “De bolso”, em *Fazendeiro do ar*.

NAÇÃO E TRADIÇÃO NA VIRADA DO MILÊNIO*

Ruben George Oliven

Professor do Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pode parecer paradoxal que se volte a descobrir a tradição e a questão nacional na virada de um século no qual o homem pisou a lua e que foi marcado tanto pelo ideal do internacionalismo socialista como pelo rompimento da noção de país através da ação das empresas multinacionais.

Basta, entretanto, observar um mapa do mundo para constatar como são numerosas as sociedades — várias delas muito antigas e aparentemente bem consolidadas — nas quais a questão nacional está na ordem do dia e onde as clivagens, frequentemente ligadas a identidades culturais, étnicas e regionais, são fortes. Boa parte dessas clivagens envolve conflitos bastante violentos que perduram há anos e que estão muito longe de uma solução.

Escrevendo na década de 1920, Marcel Mauss estabeleceu um paralelo entre a nação moderna e o clã primitivo, tendo como base os símbolos por intermédio dos quais ambos os tipos de sociedade se representam. Para ele, a nação

é homogênea como um clã primitivo e supostamente composta por cidadãos iguais. Ela tem a bandeira como símbolo, como o clã

tinha seu totem; ela tem seu culto, a Pátria, como o clã tinha o de seus ancestrais animais-deuses. Como uma tribo primitiva, a nação tem seu dialeto elevado à dignidade de uma língua, com um direito interno oposto um direito internacional.¹

Uma comparação semelhante já tinha sido realizada por Durkheim. Ao estudar o que considerava a forma mais elementar da vida religiosa, ele postulou que o totemismo seria em última análise um modo de o clã cultuar a si mesmo, ou seja, a maneira externa e visível do culto da sociedade por seus membros que nesta fase primitiva não conseguiriam representar o caráter sagrado e complexo de sua sociedade por outro meio que não fosse o emblema, o símbolo e signo. Assim, o totem, o símbolo que representa o clã, seria hipostasiado e tornar-se-ia associado à segurança, ao bem-estar e à continuidade do clã. Por isso, para Durkheim, o totem "é uma bandeira; é o signo através do qual cada clã se distingue dos outros, a marca visível de sua personalidade, marca conferida a tudo que faz parte do clã: homens, animais ou coisas".²

Durkheim dá o exemplo do soldado que cai defendendo sua bandeira, e afirma que o mesmo certamente não cre ter-se sacrificado por um pedaço de pano.³ De fato,

* Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho "Sociologia da Cultura Brasileira" na XV Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizada em Caxambu, MG, de 15 a 18 de outubro de 1991.

1. Marcel Mauss. *La Nation*, em *Oeuvres*, tome III, Paris, Minuit, 1969, pp. 593-594.

2. Emile Durkheim. *Las formas elementales de la vida religiosa*, Buenos Aires, Schapire, 1968, p. 218.

3. *Id.*, *ibid.*, p. 236.

4. Em 1989 a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu por 5 votos contra 4 que é um direito legal queimar a bandeira norte-americana como ato de protesto político, interpretando-o como exercício do direito de livre expressão assegurado pela Constituição. Essa decisão altamente polêmica levou alguns grupos a desejarem propor uma emenda à Constituição proibindo explicitamente a queima da bandeira. Ver *Chama da liberdade*, *Veja*, ano 22, nº 25, 28 de junho de 1989, pp. 62-63.

sabemos que o soldado que morre em batalha acredita estar dando a vida por seu país que é simbolizado pela bandeira, um emblema que acaba se tornando mais sagrado que a realidade que representa.⁴

Ao decifrar o que chamou de "ilusão totêmica", Lévi-Strauss mostrou que as classificações totêmicas servem para distinguir os homens uns dos outros. Assim, as diferenças entre animais que o homem pode extrair da natureza e transferir para a cultura "são assumidas como emblemas pelos grupos de homens a fim de desnaturalizar suas próprias diferenças". Dessa forma, os símbolos totêmicos são tomados de empréstimo da natureza pelos homens "para criar diferenças entre eles".⁵

A leitura que Poole faz do pensamento de Lévi-Strauss é que as classificações totêmicas "são aquilo que chamamos de 'nacionalismo'. Chamamos a cada nação por um apelido semicondescendente, que com muita freqüência tem a ver com algum animal ou planta associada àquela nação. Igualmente, poderíamos lembrar do exemplo que Durkheim dá do soldado que morre por uma bandeira. Do mesmo modo, o assim chamado homem primitivo distingue-se de seus companheiros."⁶

É claro que quando se aproxima a nação moderna ao clã primitivo corre-se o risco de produzir o que Peirano chamou de "etnocentrismo às avessas", ou seja, considerar que as sociedades complexas não passariam de sociedades simples "complexificadas". Essa autora assinala que as sociedades complexas têm uma historicidade própria e são nações-Estado, que procuram integrar suas diferentes "partes" tanto do ponto de vista territorial ou regional como social. Da mesma forma, "as nações ou nações-Estado possuem ideologias e usualmente apresentam-nas como algo muito antigo, quase 'eterno e imortal'. Essas representações também sugerem que as nações são formações sociais solidamente integradas".⁷

Na verdade, a nação é um produto cultural que surge na Europa a partir do fim do século XVIII⁸ e que se constitui, de acordo com Anderson, em uma "comunidade política imaginada".⁹ Nesse processo de construção histórica, a relação entre o velho e o novo, o passado e o presente, a tradição e a modernidade é uma constante e se reveste de importância fundamental. Se, como quer Weber, a nação "é uma comunidade de sentimento que normalmente tende a produzir um Estado próprio",¹⁰ é preciso invocar antigas tradições (reais ou inventadas) como fundamento "natural" da identidade nacional que está sendo criada. Isso tende a obscurecer o caráter histórico e recente dos estados nacionais.

Assim como o Estado-nação procura delimitar e zelar por suas fronteiras geopolíticas, ele também se empenha em demarcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação. Através desse processo se constrói uma identidade nacional que procura dar uma imagem à comunidade abrangida por ela. Gellner assinala, entretanto, que

os retalhos e remendos culturais usados pelo nacionalismo são freqüentemente invenções históricas arbitrarias. Qualquer retalho ou remendo velho teria servido. Mas de nenhum modo se segue que o próprio princípio do nacionalismo, contraposto aos avatares que ele toma para suas encarnações, seja de qualquer forma contingente ou acidental. Nada poderia estar mais distante da verdade que tal tipo de suposição. Nacionalismo não é o que parece nem, acima de tudo, o que parece a si mesmo. As culturas que ele reivindica defender e reviver são freqüentemente suas próprias invenções, ou são modificadas a ponto de se tornarem irreconhecíveis.¹¹

O processo de consolidação dos Estados-nações é extremamente recente, mesmo em sociedades que atualmente parecem ser bem integradas. Assim, por exemplo, a França era muito pouco integrada até o século XVIII

na época do reino, "tendo este continuado como uma colcha de retalhos de regiões, em vez de uma nação unificada, isto até a Revolução ou mesmo, talvez, até bem avançado o século XIX".¹²

Há casos, inclusive, em que uma mesma sociedade é representada como se fosse dividida em duas grandes regiões antagônicas. Escrevendo no começo do século, Gramsci, em "A questão meridional", assinalava que a ideologia difundida por diferentes formas de propaganda burguesa entre as massas do Norte da Itália era a seguinte:



o sul é um peso de chumbo que impede um mais rápido desenvolvimento civil da Itália; os sulistas são seres biologicamente inferiores, semi-bárbaros ou completamente bárbaros por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não deve ser achada no sistema capitalista ou em qualquer outra causa histórica, mas sim na natureza que tornou o sulista preguiçoso, incapaz, criminoso, bárbaro, moderando seu destino ingrato pelos surtos puramente individuais de grandes gênios que são como palmeiras solitárias num deserto árido e estéril.¹³

de uma determinada região. Não fica difícil perceber como essa operação eminentemente ideológica tem por objetivo mascarar as causas reais das desigualdades entre essas duas regiões, que Gramsci associa, com muita propriedade, a fatores econômicos e sociais que precisam ser buscados na própria história italiana.

No caso italiano as diferenças entre o Norte e o Sul são apresentadas como se devendo fundamentalmente a causas biológicas, num processo pelo qual se passa da esfera da economia e da sociedade para a da natureza como fator explicativo do atraso

Um dos usos que pode ser feito da reivindicação regionalista é o de procurar opor regiões entre si, pressupondo que cada uma delas é internamente homogênea e portanto portadora de interesses comuns, e escamo-

5. Claude Lévi-Strauss. *O pensamento selvagem*, São Paulo, Editora Nacional, 1970, p. 133.
6. Roger C. Poole. Introduction, em Claude Lévi-Strauss. *Totemism*, Harmondsworth, Penguin, 1969, p. 62.
7. Mariza G.S. Peirano. Etnocentrismo às avessas: O conceito de sociedade complexa, *Dados*, vol. 26, nº 1, 1983, p.110.
8. Ver Eric J. Hobsbawm. *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
9. Benedict Anderson. *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989, p. 14.
10. Max Weber. A nação, em H. H. Gerth e C. Mills Wright (orgs.), *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 207.
11. Ernest Gellner. *Nations and nationalism*, Ithaca, Cornell University Press, 1983, p. 56.
12. Robert Darnton. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*, Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 39.
13. Antonio Gramsci. The Southern Question, em *The modern prince and other writings*, Nova Iorque, International Publishers, 1975, p. 31.

teando assim suas clivagens de natureza social, econômica e cultural. O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias. Mas, assim como o nacionalismo, o regionalismo também abarca diferentes facetas, expressando freqüentemente posições de grupos bastante distintos, contendo desde reivindicações populares, até os interesses disfarçados das classes dominantes.

Por isso, discutindo a questão regional no Peru do começo deste século, Mariategui, num estudo clássico, assinalava que as aspirações regionalistas eram imprecisas e indefinidas, não se concretizando através de reivindicações categóricas e vigorosas. O regionalismo não seria no Peru um movimento, uma corrente ou um programa, mas apenas uma vaga expressão de mal-estar e descontentamento. Nesse sentido, a polêmica entre federalistas e centralistas era tão obsoleta como a controvérsia entre conservadores e liberais. O federalismo não seria, então, uma reivindicação popular, formulada pelas massas indígenas, mas uma reivindicação do gamonalismo, cujo proselitismo estaria restrito aos limites da pequena burguesia das antigas cidades coloniais. Assim, ao passo que o centralismo apoiar-se-ia no caciquismo e no gamonalismo regionais (dispostos às vezes a sentirem-se ou dizerem-se federalistas), o federalismo recrutaria seus seguidores entre os caciques ou gamonales que caíram em desgraça com o poder central.

Por essa razão, para Mariategui, a descentralização em si própria, como reforma meramente política e administrativa, não iria significar progresso de nenhuma espécie no sentido de solucionar o "problema índio" e o "problema da terra". Ao contrário, uma descentralização cujo único objetivo fosse o de conceder às regiões ou departamentos uma autonomia mais ou menos ampla, tenderia a aumentar o poder do gamonalismo, indo contra uma solução baseada nos inte-

resses das massas indígenas. Assim sendo, esse autor conclui que

têm toda a razão as regiões, as províncias, quando condenam o centralismo, seus métodos e instituições. Do mesmo modo quando denunciam uma organização que concentra na capital a administração da república. Mas não a têm, de forma alguma, quando, ludibriadas por uma miragem, crêem que a descentralização seria suficiente para resolver seus problemas essenciais.¹⁴

A conotação política do regionalismo varia, entretanto, de acordo com o contexto social e a época em que está inserido. Analisando a França no começo da década de 1980, Michel Rocard, então ministro de estado responsável pelo planejamento territorial no governo socialista do presidente Mitterrand, do qual foi mais tarde primeiro-ministro, sustentava que "atualmente toda a esquerda [francesa] é — ousadamente — regionalista".¹⁵ Significativamente, a opção regionalista da esquerda francesa era justificada em nome da democracia, da eficácia e da busca das raízes culturais. Assim, Rocard falava no reconhecimento de que a unidade não se confunde sempre com a uniformidade, na tomada de consciência do "direito à diferença", na inexistência de uma democracia verdadeira sem que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível daqueles que as aplicarão ou sentirão, no departamento (unidade administrativa francesa) como o escalão mais apropriado para tratar os problemas sociais, no desejo de reencontrar um sentimento de pertencimento além de sua própria paróquia, mas aquém de seu país.

Como explicar que em certos contextos o regionalismo seja considerado uma postura conservadora, e noutros uma bandeira progressista? O que está por trás das reivindicações regionalistas?

Um dos pontos de referência fundamental para elucidar a questão certamente é o processo de unificação nacional que acom-

panha a formação do Estado e que, além de centralizar o poder, tem se mostrado historicamente contrário à manutenção de diversidades regionais e culturais.

Discutindo o fenômeno, Markusen assinala que os conceitos de região e regionalismo são muito mais problemáticos que as definições de categorias como Estado e classe que se referem de modo não-ambíguo a grupos sociais e hierarquias. O regionalismo estaria associado à emergência do Estado e a uma configuração territorial que este assumiu historicamente. A dimensão política desempenharia um papel fundamental na definição do regionalismo, pois embora uma causa regional possa ser somente econômica na sua natureza, seu objetivo é político, já que ela se torna regionalizada justamente por intermédio de uma reivindicação face a uma instituição do Estado visando uma modificação no tratamento das questões territoriais. Por isso, o Estado e suas políticas são os elementos centrais para caracterizar o fenômeno, uma vez que "regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificadas territorialmente contra um ou mais mecanismos do Estado".¹⁶

Embora argumente que em essência o regionalismo não se constitui num fenômeno cultural, Markusen sugere que em muitos casos ele deve ser pesquisado numa instância intermediária na qual as forças culturais podem ser muito atuantes na formação de lutas regionais. Ela assinala que os conflitos culturais são muitas vezes disputas paralelas às linhas regionais e que diversas lutas regionais são no começo culturais em conteúdo, pelo menos no nível da consciência. Assim,

por exemplo, embora a divisão entre a Irlanda católica e protestante tenha suas raízes na apropriação das terras católicas pela Inglaterra, a sua ocupação por tropas britânicas leais à Coroa, no decorrer do tempo a luta por uma Irlanda Independente tomou uma tônica crescentemente cultural, exigindo a libertação da proibição do uso da língua gálica, das restrições sobre a prática da religião católica e de um sistema educacional imposto.¹⁷

Temos assim um fenômeno que é essencialmente político em sua definição e que se caracteriza também por desigualdades sociais, mas que se articula mobilizando sentimentos coletivos e veiculando identidades e ideologias associadas a memórias sociais. Passamos, pois, do campo do político e do econômico para o da cultura, no qual a dimensão simbólica desempenha um papel preponderante.

O regionalismo, nessa perspectiva, pode ser encarado como um campo de disputas no qual grupos com diferentes posições e interesses se enfrentam. Nesse sentido Bourdieu argumenta que as lutas a propósito da identidade regional se constituem num caso particular de lutas de classificação, lutas pelo monopólio de impor a definição legítima da divisão do mundo social. Por isso,

o regionalismo (como o nacionalismo) não passa de um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão engajados seja individualmente e de forma dispersa, seja coletivamente e de forma organizada, e que tem como objetivo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e dos lucros correlatos, tanto econômicos como simbólicos; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços

14. José Carlos Mariategui. Regionalismo e centralismo, em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 143.

15. Michel Rocard. La région, une idée neuve pour la gauche, *Pouvoirs*, nº 19, 1981, p. 132.

16. Ann R. Markusen. Região e regionalismo: Um enfoque marxista, em *Espaço & Debates*, ano 1, nº 2, 1981, p. 83.

17. *Id.*, *ibid.*, pp. 74-75.

18. Pierre Bourdieu. L'identité et la représentation. Eléments pour une réflexion critique sur l'idée de région, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 35, 1980, p. 69.

materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social.¹⁸

Nesse processo, a construção social da memória se reveste de importância fundamental. Halbwachs, discípulo de Durkheim e um dos precursores dos estudos sobre a memória, mostrou como a memória pessoal está ligada à memória grupal, e esta por sua vez à memória coletiva de cada sociedade que poderia ser chamada de tradição. Na medida em que a nação era vista como a forma mais acabada de um grupo, a memória nacional representaria a forma mais completa de uma memória coletiva.¹⁹

Pollak assinala que “na tradição durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza de ‘comunidade afetiva’”.²⁰

Estudos mais recentes têm apontado justamente o quanto a construção de uma memória nacional e de uma identidade nacional, longe de ser consensual, está ligada aos grupos que são vistos como detendo poder e autoridade legítima para se erigirem nos guardiões da memória. Esse processo, que envolve disputas simbólicas, passa pelo Estado, pelos meios de comunicação de massa e pelos intelectuais dos diferentes grupos que estão em competição.

A memória coletiva está ligada a um grupo relativamente restrito e portador de uma tradição, aproximando-se do mito e manifestando-se através da ritualização dessa tradição. Já a memória nacional refere-se a uma entidade mais ampla e genérica (a nação), aproximando-se mais da ideologia

e, por conseguinte, estende-se à sociedade como um todo e definindo-se como universal: “a memória coletiva dos grupos populares é particularizada, ao passo que a memória nacional é universal. Por isso o nacional não pode se constituir como o prolongamento dos valores populares, mas sim como um discurso de segunda ordem”.²¹

Há uma tendência muito forte nas ciências humanas de atribuir uma linearidade à dinâmica social. Essa tendência — que aparece sob várias formas como a idéia da evolução, da possibilidade de um progresso ilimitado, do desenvolvimento, da crescente racionalidade, da modernidade — se depara frequentemente com evidências que a contrariam. Os antropólogos britânicos do século passado contornavam este problema, utilizando o conceito de “sobrevivência cultural”, cunhado por Edward Tylor ao se referir aos estágios culturais que teriam sido historicamente superados no processo de evolução da humanidade. As sobrevivências culturais seriam elementos conservados, sem nenhum papel, já que as condições que lhe deram origem desapareceram e suas funções originais sofreram modificações tão profundas que lhe tiraram o sentido original.²² Criticando essa noção, Durham assinala que a constatação da persistência de padrões culturais tradicionais ou de valorização do passado

não constitui explicação de nenhum fenômeno social, mas são em si fenômenos que devem ser explicitados na análise do processo de transformação social. Há muitos anos que os antropólogos destruíram a ilusão do valor explicativo do conceito de sobrevivência cultural. Padrões culturais sobrevivem na medida em que persistem as situações que lhe deram origem, ou alteram seu significado para expressar novos problemas.²³

Apesar das críticas que essa noção sofreu por uma série de antropólogos que mostraram que se um elemento cultural “so-

brevive" ele deve cumprir algum tipo de função, ela está presente, muitas vezes com outro nome, em várias análises que se fazem da dinâmica cultural. Assim, quando se examinam ideologias é muito freqüente apontar, além do aspecto de falseamento da realidade, o seu anacronismo. É como se uma ideologia, além de conseguir inverter a realidade, ainda o fizesse com idéias superadas pelo tempo. Mas, na medida em que uma ideologia se mede pelo seu poder de produzir discursos que repercutam no imaginário social, isso significa que se uma determinada ideologia é eficaz ao trabalhar com noções aparentemente obsoletas, na verdade, a anacronia está apenas na mente do pesquisador e não na dos agentes sociais. Uma ideologia é bem-sucedida na medida em que consegue dar a impressão de unificar os interesses de diferentes grupos sociais. Para isso, é necessário que um discurso ao interpelar sujeitos veicule uma mensagem verossímil, pois "para que uma ideologia se realize como tal, 'capture' os sujeitos, provoque adesão, é preciso que as significações produzidas pelo seu discurso encontrem eco no imaginário dos indivíduos aos quais se dirige, isto é, é preciso que se dê uma certa adequação entre as significações desse discurso e as representações dos sujeitos".²⁴

Um dos fenômenos que despontam quando se trata dessa problemática é a presença marcante das tradições em sociedades que se querem modernas. É comum países e regiões engajados em transformações modernizadoras enfatizarem o valor do passado e a necessidade de cultuá-lo. Do mesmo modo, na raiz da construção de nações é

necessário assinalar um passado real ou imaginado que daria uma substância à comunidade designada por essa força política. A nação que se quer moderna e liberta da antiga ordem social e religiosa e aristocrática é obrigada a lançar mão da tradição para justificar-se. Dessa forma, o culto à tradição, longe de ser anacrônico, está perfeitamente articulado com a modernidade e o progresso.

A evocação da tradição — entendida como um conjunto de orientações valorativas consagradas pelo passado — se manifesta freqüentemente em épocas de processos de mudança social, tais como a transição de um tipo para outro de sociedade, crises, perda de poder econômico e/ou político etc. Nesse momento, além de se estudar o folclore, as tradições são inclusive inventadas, como assinala Hobsbawm. Ele distingue entre as tradições das sociedades modernas e os costumes das sociedades tradicionais. As primeiras são caracterizadas pelas invariabilidade e pela referência a um passado (real ou forjado) que impõe práticas fixas e geralmente formalizadas como a repetição. Já o

"costume" não pode se dar o luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou consuetudinário ainda exhibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado. Nesse aspecto, aliás, a diferença entre "tradição" e "costumes" fica bem clara. "Costume" é o que fazem os juizes; "tradição" (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e

19. Maurice Halbwachs. *Les cadres sociaux de la memoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1968.

20. Michael Pollak. Memória, esquecimento, silêncio, em *Estudos Históricos*, nº 3, 1989 p. 3.

21. Renato Ortiz. *Cultura brasileira e identidade nacional*, São paulo, Brasiliense, 1985, p. 137.

22. Tylor utilizava o termo "sobrevivência cultural" para designar " (...) processos, costumes, opiniões etc, que foram levados pela força do hábito a um novo estado da sociedade, diferente daquele em que tiveram origem, e assim permanecem como provas e exemplos de uma condição anterior de cultura, a partir da qual evoluiu uma condição mais nova", Edward Burnett Tylor. *Primitive culture*, Londres, Murray, vol.1, 1913 p. 16. (publicado originalmente em 1874).

23. Eunice Ribeiro Durham. A dinâmica cultural na sociedade moderna, em *Ensaio de opinião*, nº 2-2, 1977, p. 33.

24. José Guilherme Cantor Magnani. Ideologia, lazer e cultura popular: Um estudo do circo-teatro nos bairros de periferia de São Paulo, *Dados*, vol. 23, nº 2, 1980, p. 183.

outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado. A decadência do "costume" inevitavelmente modifica a "tradição" à qual ele geralmente está associado.²⁵

Esse autor argumenta que "apesar de todas as invenções, as novas tradições não preencheram mais do que uma pequena parte do espaço cedido pela decadência secular das velhas tradições e antigos costumes; aliás, isso já poderia ser esperado em sociedades nas quais o passado torna-se cada vez menos importante como modelo ou precedente para a maioria das formas de comportamento humano". Por isso, "as tradições inventadas são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma poderiam não ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios".²⁶ O mesmo autor lembra que "os gostos e as modas, especialmente na área do divertimento popular, podem ser 'criados' apenas dentro de limites bastante estreitos; têm de ser descobertos antes de serem explorados e modelados. Cumpra ao historiador descobri-los num sentido retrospectivo — também tentando entender por que, em termos de sociedades em transformação dentro de situações históricas em transformação, sentiram-se tais necessidades".²⁷

Respondendo a essa questão, Dundes assinala a ambivalência da parte de intelectuais no que diz respeito ao povo e ao folclore. De um lado

O povo é um segmento atrasado e analfabeto da população dos quais os elitistas têm vergonha. Por outro lado, o povo representa os remanescentes glorificados e romantizados de um patrimônio nacional que é algo para intelectuais zelosos celebrarem. A mesma situação se repete na maioria dos países. Os intelectuais estavam tanto embaraçados como orgulhosos de seu povo e seu folclore. A inferioridade gera a superioridade!²⁸

Para esse autor, a coleção e estudo do folclore ocorre geralmente em pequenos paí-

ses (como a Finlândia, a Hungria, e a Irlanda) que padecem de auto-imagens pobres em comparação com outras nações, ao passo que países que apresentam um complexo de superioridade (como a Inglaterra e a França) se interessam bem menos em colecionar e estudar seu próprio folclore. No primeiro tipo de país ocorre freqüentemente o fenômeno que Dorson chamou de *fakelore* (em que a palavra *folk*, isto é, povo, é substituída por *fake*, isto é, falso) e que designaria "a apresentação de escritos espúrios e sintéticos sob a reivindicação de que são folclore genuíno. Essas produções não são coletadas no campo mas são escritas a partir de fontes literárias e jornalísticas anteriores numa interminável corrente de regurgitação(...)".²⁹

A questão, entretanto, não gira em torno de saber se uma crença corresponde a algum tipo de realidade fática, mas em analisar por que, mesmo sabendo que ela é contrariada pelos fatos, existem grupos que acreditam nela. Examinando o que é considerado um dos exemplos clássicos de *fakelore*, o poema épico finlandês "Kalevala" publicado no século passado mas apresentado por seu inventor como existindo desde tempos imemoriais, Dundes assinala que apesar de os folcloristas saberem que ele era uma peça inventada, os finlandeses, inclusive muitos intelectuais, preferiam acreditar que se tratava de um épico *folk* autêntico: "As forças do romantismo e do nacionalismo eram — e são — tão poderosas na Finlândia que aquilo que o povo acreditava era — e é — mais importante do que aquilo que era verdade. Assim, se os finlandeses acreditam que o "kalevala" é um épico *folk*, não adianta nada os folcloristas finlandeses (e estrangeiros) assinalarem que o "Kalevala" é *fakelore*". Esse autor argumenta que

O *Fakelore* aparentemente preenche uma necessidade psíquica nacional: a saber, afirmar nossa identidade nacional, especialmente num tempo de crise, e instilar orgulho nesta identidade. Hobsbawm reivindicou que

“não é preciso recuperar nem inventar tradições quando os velhos costumes ainda se conservam”. Pode ser verdade que idealmente o folclore serve a causa dos anseios da identidade nacional, mas onde o folclore é considerado como faltando ou sendo insuficiente, escritores individuais criativos imbuidos de zelo nacionalístico têm se sentido livres para preencher este vazio. Eles fazem isso criando um épico nacional ou um herói *folk* nacional *ex nihilo* se necessário, ou o que é mais usual, eles enfeitam ou inflam fragmentos de folclore em fabricações *fakelostas*.³⁰

Quando se analisam as crenças que os atores sociais têm em momentos desse tipo é comum uma preocupação em torno da adequação delas à realidade. Uma das conclusões frequentes é que essas crenças seriam falsas. Isso coloca a questão a respeito de diferentes sentidos da palavra *verdade*. Todorov assinala que se deve distinguir entre pelo menos dois sentidos do termo:

a verdade-adequação e a verdade-desvelamento, a primeira não conhecendo outra medida que o tudo e o nada, a segunda, o mais e o menos. Que X tenha cometido um crime é falso ou verdadeiro, quaisquer que sejam aliás as circunstâncias atenuantes; e o mesmo vale para saber se os judeus par-

tiram, sim ou não, como fumaça pelas chaminés de Auschwitz. Entretanto, se a questão trata das causas do nazismo ou da identidade do francês médio em 1987, nenhuma resposta desse tipo é concebível: as respostas só podem conter mais ou menos de verdade, uma vez que elas aspiram desvelar a natureza de um fenômeno, não a estabelecer fatos. O romancista não aspira senão a esse segundo tipo de verdade; e ele não tem nenhuma lição a dar ao historiador quanto ao primeiro.³¹

De forma semelhante, Sperber faz um distinção entre crenças fáticas e crenças representacionais. As primeiras se referem ao “conhecimento puro”, enquanto as segundas são o que chamamos de “convicções”, “persuasões”, “opiniões”, “crenças” etc. Ao analisar crenças aparentemente irracionais, esse autor argumenta que

Uma proposição pode ser paradoxal, anti-intuitiva ou auto-contraditória, mas, em e por si mesma, ela não pode ser irracional. O que pode ser racional ou irracional é o que se faz com uma proposição, por exemplo afirmando-a, negando-a, mantendo-a, usando-a como uma premissa numa derivação lógica etc. Assim, para decidir se alguma crença é racional necessitamos saber não somente seu conteúdo mas também em que sentido ela é “acreditada”.³²

25. Eric Hobsbawm. Introdução: A invenção das tradições, em Eric Hobsbawm e Terece Ranger. *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 10.

26. *Id.*, *ibid.*, pp. 16, 19 e 19-20.

27. *Id.*, A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914, em Hobsbawm e Ranger. *Op. cit.*, p. 316.

28. Alan Dundes. Nationalistic inferiority complexes and the fabrication of fakelore: A reconsideration of Ossian, the Kinder — und Hausmärchen, the Kalevala, and Paul Bunyan, *Journal of Folklore Research*, vol. 22, nº 1, 1985, p. 12.

29. Richard M. Dorson. Fakelore, *Zeitschrift für Volkskunde*, 65, 1969, p. 60, *apud* Alan Dundes. *Op. cit.*, p.5.

30. Alan Dundes. *Op. cit.*, pp. 10 e 13. Em 1990 o Museu Britânico montou a exposição *Falso? A arte de enganar*, que “abrange não só a falsificação em arte, mas destaca de um modo geral como a contrafação é uma dimensão inseparável do conjunto da cultura, desde tempos remotos até hoje, envolvendo até religião, política, história, jornalismo e ciência. (...) O espírito da exposição, ao contrário de pretender ridicularizar as obras falsificadas ou os ‘connaisseurs’ que se deixaram lograr por elas, é refletir sobre o estatuto ambíguo da falsificação. Só se falsifica aquilo que é muito desejado, logo, se a fraude é um embuste com relação a um original ou ao passado, ela é por outro lado altamente reveladora do gosto e das fantasias predominantes no momento em que é produzida. Nesse sentido, ela é um índice fundamental para uma história do gosto de cada período. A fraude é portadora de sua própria verdade”. (Nicolau Sevcenko. Mostra revê o valor das falsificações, *Folha de São Paulo*, 20/04/1990, p. E-14.

31. Tzvetan Todorov. Fictions et Verités, *L'Homme*, nº 111-112, 1989, pp. 9-10.

32. Dan Sperber. Apparently Irrational Beliefs. Em Martin Hollis e Steven Lukes (eds.), *Rationality and relativism*, Oxford, Basil Blackwell, 1982, p. 164.



Por isso é importante dar-se conta que todos os grupos sociais, independentemente de seu grau de desenvolvimento econômico, têm crenças que avaliadas por critérios evolucionistas são aparentemente irracionais. Comparando a crença de diferentes grupos, Veyne indaga

Como é possível acreditar pela metade ou acreditar em coisas contraditórias? As crianças acreditam ao mesmo tempo que Papai Noel lhes traz brinquedos pela chaminé e que esses brinquedos são colocados lá por seus pais; então, acreditam realmente em Papai Noel? Sim, e a fé dos Dorzé não é menos cabal; aos olhos destes etíopes, comenta-nos Dan Sperber, "o leopardo é um animal cristão que respeita os jejuns da Igreja copta, observância que na Etiópia é o teste principal da religião; mas nem por isso um Dorzé está menos preocupado em proteger seu gado na quarta e na sexta-feira, dias de jejum, do que nos outros dias da semana; ele acredita que os leopardos jejuam e comem todos os dias; os leopardos são perigosos todos os dias; ele sabe disso por experiência; são cristãos: a tradição lho garante."

Para responder a questão que ele se colocou, esse mesmo autor faz uma comparação com a crença que os gregos teriam tido em seus mitos:

Tal como os dorzé que consideram ao mesmo tempo que o leopardo jejuava e que é necessário resguardar-se dele todos os dias, os gregos acreditam e não acreditam em seus mitos; acreditam, mas se servem disso e deixam de acreditar no momento em que eles não têm mais interesse nisso. É necessário acrescentar, a favor deles, que sua má-fé residia mais na crença que na utilização interesseira: o mito não era mais do que uma superstição de semiletrados, que os doutos invalidavam. A coexistência em uma mesma cabeça de verdades contraditórias não é menos um fato universal. O feiticeiro de Lévi-Strauss acredita na sua magia e manipula clinicamente, o mágico segundo Bergson não recorre à magia senão quando não existem receitas asseguradas, os gregos interrogam a Pítia e sabem que esta profetiza faz a propaganda da Pérsia ou da Macedônia, os romanos utilizam sua religião de Estado para fins políticos, jogam na água os pintos sagrados se eles não predizem o que seria necessário, e todos os povos estrangulam seus oráculos ou seus índices estatísticos para que se confirme o que eles desejam acreditar. Ajuda-te que o céu te ajudará; o Paraíso, porém o mais tarde possível. Como não ficaríamos tentados, aqui, a falar de ideologia?³³

Esse tipo de reflexão se aplica à noção de mito que freqüentemente é interpretada de forma errônea como oposta à realidade, esquecendo-se que ele é uma narrativa atemporal e abrangente, cuja unidade significativa está preocupada em resolver contradições e questões que têm a ver com a origem de fenômenos naturais.

Mas se o mito é visto como uma linguagem característica de sociedades que não têm um tempo histórico, isso não significa que ele tenha desaparecido nas sociedades modernas. Analisando a linguagem cotidiana desse tipo de sociedade, Barthes vê nela a presença difusa do mítico. Para ele, o mito apresenta o desconhecido como derivando naturalmente do conhecido. Dessa forma, o próprio princípio do mito é transformar a história em natureza e a contingência em

eternidade. Ele não se propõe a esconder ou ostentar algo, mas a deformar. Na medida em que a função específica do mito é transformar um sentido em forma, ele é sempre um roubo de linguagem. O mito nas sociedades modernas é uma fala despolitizada que se imagina eterna:

O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente, purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicação, mas de constatação (...) Passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz, as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias.³⁴

Isso coloca a questão de entender como operam essas construções sociais que denominamos de representações, memória, identidade, imaginário etc. Todos esses processos envolvem a atribuição de significados às ações humanas, a descoberta de diferenças, a apropriação e reelaboração de manifestações culturais, a ressemantização etc.

Nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de demarcar fronteiras e estabelecer limites. Elas funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam identidades. Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríti-

cos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção. Nesse sentido, Lévi-Strauss afirma que a identidade é algo abstrato sem existência real, mas indispensável como ponto de referência.³⁵

Embora sejam entidades abstratas, as identidades — enquanto propriedades distintas que diferenciam e especificam grupos sociais — precisam ser moldadas a partir de vivências cotidianas. Assim como a relação com os pais nos primeiros anos de vida é determinante na construção da identidade individual, as primeiras vivências e socializações culturais são cruciais para a construção de identidades sociais, sejam elas étnicas, religiosas, regionais ou nacionais.

Atribui-se a Tolstói ter afirmado que o escritor que quiser ser universal deve começar descrevendo sua aldeia. A afirmação é significativa pois, embora sejamos todos universais na medida em que pertencemos ao gênero humano, existe uma série muito grande de mediações que vão do indivíduo específico até o indivíduo genérico. Apesar de existir uma categoria chamada “ser humano”, os homens se realizam como tal em épocas, contextos e circunstâncias muito específicas e únicas.

Uma das razões pela qual a problemática da nação e da tradição permanece sendo extremamente atual num mundo que tende a se tornar uma “aldeia global” se deve ao fato de as pessoas continuarem a nascer num determinado país e região, a falar sua língua, a adquirir seus costumes, a se identificar com seus símbolos e valores, a torcer por sua seleção nacional de esporte, a respeitar sua bandeira, e a serem convocados para defender as fronteiras da pátria e morrer pela honra nacional.

33. Paul Veyne. *Acreditavam os gregos em seus mitos?*, São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 9 e 98-99.

34. Roland Barthes. *Mitologias*, São Paulo, Difel, 1982, pp. 163-164.

35. Claude Lévi-Strauss (org.). *L'identité*, Paris, Grasset, 1977, p. 332.

POESIAS

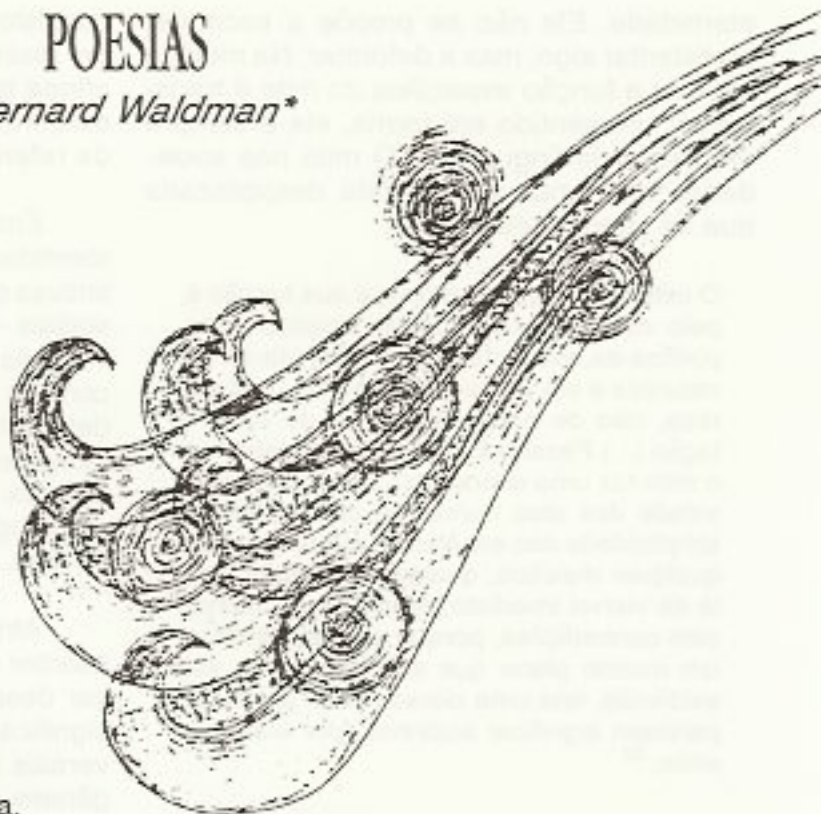
*Bernard Waldman**

O ruído de fundo lembra o mar,
o mar traz a praia,
a areia passeio da memória,
as ondas, fonte do ruído.

O mar vem à cidade sem praia,
molhar os olhos perdidos,
a água vai e volta,
cobre descobre areia memória.

O ruído de fundo lembra o sangue,
o sangue traz a vida,
a história passeio da memória,
as ondas, fonte do ruído.

O ruído de fundo, mar e sangue,
o movimento, vai e volta,
areia e história, passeio da memória,
as ondas, fonte do ruído.

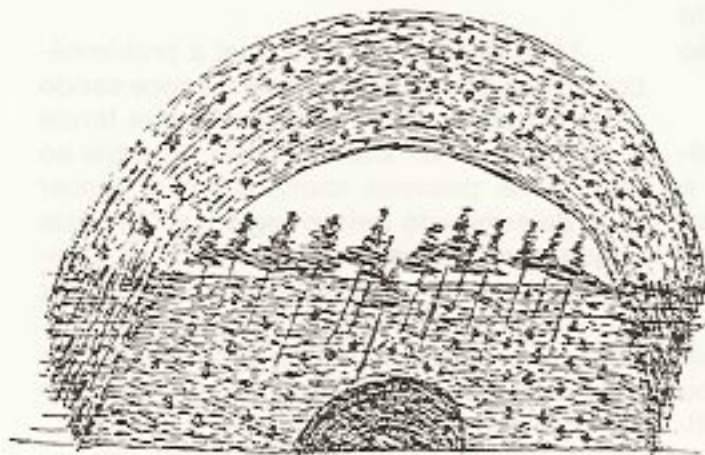


Chão chato, céu bola,
no céu brotam estrelas,
o chão recebe pés plantas,
árvores onde brotam flores.

Flores que caem,
tapete pouso para os olhos,
chão chato feito árvore,
pedaços cores à morte.

Chão chato, céu bola,
estrelas, flores,
— flores que brotam
dos olhos luz e sangue.

O chão recebe pés plantas
que pisam as flores,
tapete pouso para os olhos,
pedaços cores à morte.



* Nasceu na Bélgica e graduou-se na Politécnica em São Paulo. PHD em Engenharia Elétrica pela Universidade de Syracuse — EUA. Professor na Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Elétrica da Unicamp. Aposentado pela Universidade de São Paulo. A poesia sempre esteve presente na sua vida, mas explodiu e o consome há três anos.

Impulso não-idéia,
um traço no início,
outro logo e mais outros,
riscos retos, curvos, um torvelinho.

Riscos em fundo neutro,
desenho mensagem fala mudo,
corpo livre da alma fonte,
riscos nos olhos nervos.

Riscos espalhados pelo vento
procuram ordem desordem seu lugar,
memória de movimento,
destino, imóveis riscos.

A mão desscansa,
idéias, de olhar riscos,
um traço no início,
por fim, desenho e prosa.



Cansado de voar espaço,
à terra volta o avião,
pássaro com fome sede,
memória de estrelas, nuvens.

Solidão da viagem,
metal ponto em movimento,
por fim chega na cidade,
descendo casa pássaro.

Gritando toca a pista,
corre não mais voa,
animal híbrido espaço-terra,
corpo peixe duras barbatanas.

Vai-se o fôlego,
mais e mais ser da terra,
metal procura de repouso,
sonha o pássaro estrelas, nuvens.

Ponho alma na pedra,
e a pedra torna-se pedra,
pedra no mundo da pedra,
pedra nos caminhos da vida.

Sem alma não há pedra,
nem forma, nem peso, de pedra,
corpo de pedra sem alma,
pedra em busca de alma.

Matéria pedra e alma,
a pedra voa parábola,
dói pedra no sangue,
faz cair, pedra, o viajante.

Ponho alma na pedra,
milagre, pedra corpo e alma,
pedra sem vida com alma,
pedra nos caminhos da vida.

Que corpos são esses,
planos suspensos no espaço?
Mudos sem a luz dos olhos,
corpos de papel palavras,

rígidas em ordem sem vida,
depois da dor do parto,
hibernando sem o sol dos olhos,
suspensas no silêncio.

E no entanto a alma espera,
escondida nos corpos de papel palavras,
olhos, ressurreição milagre,
rir, chorar, viver o seu destino.

Seres de corpo e alma,
pássaros voando no espaço,
fogo de vida no foco dos olhos,
duram o tempo do milagre.

Paredes com seus enfeites,
em coro chamam as cores
os olhos curiosos que passeiam,
no espaço, sem compromisso.

Quadro luz e tinta,
memória de pincel e mágica dedos,
coração e olhos apertados sobre o plano,
um universo para a criança que acorda.

As almas telas falam a sua língua,
pedem mudas para serem ouvidas,
linhas cores manchas recebem os olhos,
clarão prazer ou sombras, a resposta.

No fim do caminho tempo,
ficam as paredes com os enfeites,
os olhos fogem para o mundo,
descobrir linhas cores manchas no espaço.

Numa caixa,
cabeça, coração e dedos,
cabeça e coração tocando os dedos,
os dedos dançam ao som da idéia.

Noutra caixa,
martelos, cordas, madeira,
tablado bemóis negros, teclas brancas,
ondas acompanham a dança.

Vibração das duas caixas,
dança de dedos, martelos,
no branco e preto e cordas,
viverem as ondas o tempo do destino.

Dedos imóveis, caixa vazia,
brilha o verniz silêncio,
bemóis negros, teclas brancas, esperam,
linha sem onda, a próxima dança.

Olhos viajantes,
a estrada, os campos, os montes,
o coração memória,
de longe, de perto, as treliças torres.

Triângulos que metal passam,
nem árvores, nem casas,
a sustentar cabos, fios de aranha,
perfeição de arcos mudos.

A levar energia dos homens,
arcos de paciência cobrindo o espaço,
nos desenhos que riscam o dia,
desde a fonte até as luzes.

Olhos viajantes,
a estrada, os campos, os montes,
o coração memória,
dando os braços, procissão, treliças torres.

Da janela, aos olhos peregrinos,
presente, pedra e tijolo,
a igreja de Saturnino Santo,
no seu desejo de subir ao céu.

Feita de fé rosada arte,
aos peregrinos manda as mensagens,
história, culto e hora, moduladas,
vento de Toulouse.

Da cidade universitária rosada nova,
pousada dos peregrinos além-mar,
velha de séculos, a igreja parece olhar o mundo,
radiando a sua presença memória.

O ABOLICIONISMO NA ACADEMIA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Sérgio Adorno

Departamento de Sociologia — FFLCH/USP.

Introdução

A fundação dos cursos jurídicos no Brasil, em 1827, respondeu tanto ao imperativo de independização cultural da sociedade brasileira, recém-egressa do estatuto colonial, quanto ao imperativo político de constituição de quadros diretivos que substituíssem o tradicional estamento joanino na burocracia estatal. Em São Paulo, desde o início de suas atividades acadêmicas e ao longo de toda a vigência do regime monárquico, o curso jurídico esteve orientado menos pela preocupação em formar juristas que produzissem a ideologia jurídico-política do Estado nacional emergente do que pela preocupação em fomentar um quadro coeso de dirigentes políticos, devoto às razões do Estado e que se colocasse à frente dos negócios públicos.

Relegando para segundo plano suas atribuições didático-pedagógicas, a Academia paulista, no curso do século XIX, não foi celeiro da produção de conhecimentos em ciências jurídicas e tampouco contribuiu decisivamente para o progresso do ensino do Direito no Império.¹ Não obstante, foi celeiro de um verdadeiro mandarinato imperial de

bacharéis,² na medida em que se constituiu em espaço *par excellence* do recrutamento e da formação do político profissional brasileiro, processo que possibilitou a configuração de uma "intelligentsia" a qual aliou militância política a critérios intelectuais e fez da vida intelectual uma atividade essencialmente política.

A formação dos bacharéis oitocentistas foi tecida na vida extracurricular, nos interstícios dos institutos e associações acadêmicas e nos meandros do jornalismo literário e científico. Literatos, políticos, burocratas e até mesmo juristas que se notabilizaram na vida pública brasileira tiveram seus assentamentos biográficos atados às atividades extracurriculares. Nos institutos e associações acadêmicas, os futuros bacharéis aprenderam o complexo manejo da política: participaram dos debates nacionais, locais e cotidianos; articularam alianças e oposições entre grupos, promoveram campanhas. No jornalismo, aprenderam que a política se faz em público e com o emprego da palavra escrita.³ Originalmente concebida como portavoz do acadêmico, esta imprensa revelou-se guardiã da ordem pública e tribuna livre para a defesa de direitos civis e políticos. Enquanto tal, perfilou a difícil síntese entre

1. A análise de farto e rico conjunto de fontes históricas, a respeito da estrutura curricular, das práticas de ensino-aprendizagem, dos mecanismos de controle burocrático-administrativo, das relações entre docentes e discentes, da produção de conhecimentos e das práticas de qualificação profissional aponta em uma mesma direção: as salas de aula não se constituíram em espaço responsável pela profissionalização dos bacharéis. Ver S.A. de Abreu. Ambivalência do ensino jurídico no império, em *Ciências sociais hoje*, 1987, São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1987, pp. 9-32.

2. Cf. Eul Soo Pang e R. L. Sechringer. The mandarins of imperial Brazil, em *Comparative studies in society and history*, University of Carolina Press, 14(2), mar. 1972, pp. 215-244.

3. Cf. M. A. Weber. A política como vocação, *Ciência e política. Duas vocações*, São Paulo, Cultrix, 1970, pp. 55-124.

patrimonialismo, liberalismo e democracia, reproduzindo no interior da Academia o confronto permanentemente atualizado entre conservadorismo e radicalismo que marcou a vida política brasileira tradicional.

Não sem motivos, a vida acadêmica paulista estimulou o aparecimento dos primeiros advogados convictos da causa democrática, como também propiciou o engajamento em movimentos sociais de defesa das liberdades públicas. A Academia de Direito esteve à frente e foi palco dos principais acontecimentos políticos e culturais que marcaram a sociedade brasileira no século passado. Neste particular, a partir do último quartel do século XIX, o abolicionismo foi ganhando espaço na vida extracurricular à proporção em que as posturas pró e contra a supressão da propriedade escrava foram se tornando cada vez mais polarizadas. Em curto espaço de tempo, as gerações acadêmicas que se sucederam, nesse período, foram engrossando as fileiras dos simpatizantes e dirigentes do movimento abolicionista. No mesmo sentido, a veiculação crescente e sistemática de teses a favor do fim da escravidão mobilizou as três principais tendências políticas acadêmicas: conservadorismo, liberalismo e republicanismo. A tudo isto, a Academia assistiu, ora à sua volta, ora em seus próprios interiores, à fundação de sociedades emancipadoras, algumas efêmeras outras algo duradouras, com orientações políticas igualmente distintas, que se propuseram a conduzir a libertação dos escravos existentes na província.

Os acadêmicos abolicionistas

Embora o movimento abolicionista na Academia de Direito de São Paulo somente tenha emergido à visibilidade pública a partir de 1870, consolidando-se definitivamente nos anos 1880, já se faziam ouvir vozes dissonantes desde as primeiras décadas da fundação do curso jurídico paulista. Trata-

vam-se de atitudes inicialmente isoladas, particulares, esporádicas, com restrita repercussão, procedentes quase sempre de acadêmicos preocupados com a marcha da "civilização" brasileira, considerada perturbada pela nódoa da instituição escravocrata. Efêmeras, estas primeiras manifestações não possibilitam ainda identificar, nesse período, uma opinião pública abolicionista. As raras feitas manifestações, veiculadas pela imprensa acadêmica, seja através de artigos ou de outras modalidades discursivas expressas sob formas literárias, estão impregnadas de espírito de comiseração e humanitarismo; limitam-se, quando muito, a condenar a instituição sem vislumbrar com clareza possibilidades concretas de supressão da propriedade escrava.

Nesse período, a percepção da questão escrava é preferencialmente traduzida como problema de ordem moral. A existência da escravidão degrada a civilização, povoa de vícios a população, embrutece os cidadãos. Em artigo publicado no jornal acadêmico *O Acaíaba* (1852), um estudante defendia a necessidade de educar o povo a fim de que da imoralidade não germinassem os vícios que ele entendia acarretarem a prostituição e o pauperismo. Identificava como "vícios": os privilégios exclusivos, as paixões políticas e a escravidão.⁴

No horizonte de preocupações morais, faziam-se ressaltar a amargura e o sofrimento da condição escrava, expresso sobretudo pelos martírios, pelas torturas, pelas humilhações, pelas restrições de toda sorte a que estavam submetidos os negros cativos. A contrapartida do corpo ofendido e torturado residia no desejo avivado de liberdade, de que o acadêmico se pretendia tradutor. Não parece prosaico que tenham sido preferentemente os poetas acadêmicos aqueles que mais se inclinaram a conferir forma a esses sentimentos difusos dos quais possivelmente compartilhava parcela expressiva da juventude estudantil, a considerar a

fluência com que brotavam versos e poetas. Os versos, abaixo transcritos, da lavra do estudante João Diogo Meneses Fróis, no poema "Ao escravo", ilustram a representação do escravo como ser arrancado de suas raízes, desprovido de lei, direitos e família, reduzido ao atroz destino de ter por horizonte somente a morte:

Arrancaram muitas vezes teus penhores
Teus filhos prediletos, tua esposa,
Sem dó, sem compunção;
O teu peito indo de mais dores,
E mais negra fazendo e horrorosa
A fera escravidão.

A tua sorte no mundo está escrita
No livro do martírio, da desgraça
Escravo desgraçado
Despresa a terra, o céu contempla e fita
porque também a dor acaba, e passa
Com o sono do finado.⁴

Entretanto, não estão ausentes dessas primeiras manifestações percepções que indicam a existência de contradições entre o direito natural e a propriedade escrava. Em um conto intitulado "Misérias da escravatura", um acadêmico parece ter-se dado conta dessas contradições ao retratar a desigualdade entre brancos e negros, as condições brutais do trabalho escravo, a rígida disciplina imposta que não tolera deslizes e não suporta insubordinação:

Diálogo entre um fazendeiro e um estudante de direito.

Ao atravessarem o cafezal o moço estudante ouviu de repente uns ais lastimosos e uma bulha de azorrague que caía em carne humana.

— O que é isto? Perguntou ele assustado. Será alguém que estão assassinando?

— Qual lhe respondeu o companheiro, é algum negro *mandrião* que o feitor está cas-



tigando. Vá ver que o patife estava dormindo no serviço.

— Mas é uma barbaridade, replicou o estudante. Como é que se pode castigar assim a um homem...

Um homem! Interrompeu o fazendeiro. Vejo que o dotorzinho é desses que acreditam que um negro é igual a um branco...

O estudante calou-se. Ele tinha bastante senso para não entrar numa discussão cujos resultados já ele sabia pela exclamação do fazendeiro.

Calou-se; mas consigo protestou escrever tudo o que visse e soubesse relativamente aos pretos desta fazenda.⁶

Esse período, que compreende os princípios da década de 1830 e os da década de 1860, conheceu alguns estudantes que se distinguiram publicamente como favoráveis, senão à abolição, pelo menos a tematizar o escravo e suas condições de vida como objeto de pensamento acadêmico. Alguns, mais tarde, se revelariam notórios propagandistas abolicionistas. Conviria identificar, além do já mencionado João Diogo de Meneses

4. A prostituição e o pauperismo, *O Acaíaba*, São Paulo, nº 5, set. 1852, pp. 67-69.

5. Ver João Diogo de Meneses Fróis. *Ao escravo*, *Revista Mensal do Ensaio Filosófico*, São Paulo, 30 de maio de 1855, nº 2, 5ª série. Ver também Antonio Barreto do Amaral. *Os poetas da academia e a abolição*, *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 40(190), jul./dez. 1977, pp. 299-319.

6. *Misérias da escravatura*, *O Kaleidoscópio*, São Paulo, 14 abr. 1860, pp. 12-13.

Fróis, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio (geração acadêmica de 1855-59); José Antonio Pimenta Bueno (g.a. 1828-31), futuro marquês de São Vicente, autor de projetos de emancipação, encaminhados ao Gabinete Zacarias, quando parlamentar no período de 1864-1868; Augusto Marques Perdigão Malheiros (g.a. 1844-48), confesso abolicionista, autor do clássico *A escravidão no Brasil*; Bernardo Guimarães (g.a. 1847-51), poeta, historiador e romancista; Américo Brasiliense (g.a. 1851-55), jornalista e político; Aureliano Cândido Tavares Bastos (g.a. 1854-58), político e pensador liberal, autor de *Cartas de um solitário*; e sobretudo José Bonifácio Ribeiro de Andrada, o Moço, futuro lente da Academia, inflamado poeta cujos versos manifestam veemente repulsa à escravidão africana e propugnam pela abolição.

Conquanto incompleta e merecedora de reparos e comentários adicionais, essa lista sugere que o espírito abolicionista se espalhava, pouco a pouco, entre a juventude acadêmica, albergando estudantes de diferentes origens sociais e procedências regionais, vinculados a distintas filiações ideológicas e partidárias e persecutores de trajetórias biográfico-profissionais igualmente diferenciadas. À medida que se universalizam as opiniões que tematizam o escravo como objeto de pensamento acadêmico, compreendendo tanto o literato byroniano quanto o político voltado para questões práticas da vida social, o movimento abolicionista no interior da Academia de Direito vai se fortalecendo e se tornando presente não apenas enquanto expressão corrente de opinião e de ideologia, como outrossim enquanto força política, capaz de intervir no curso dos acontecimentos e influenciar a direção do processo emancipatório ao nível da província.

Em meados da década de 1870, novas personagens entram em cena e novas formas de atuação política, que inclusive comportam a negociação, avançam no sentido do movimento emancipatório. A propa-

ganda abolicionista instaura-se e ganha progressivamente espaço no intramuros acadêmico. É bem verdade que as condições histórico-sociais da sociedade brasileira, já na segunda metade do século XIX, eram outras e a vida acadêmica não poderia ter se mantido imune — como de fato não se manteve — ao movimento modernizador da economia, sociedade e Estado no Brasil. Bastaria ressaltar as transformações advindas da supressão do tráfico negreiro, do desenvolvimento da cafeicultura no Oeste paulista que exigiria toda uma infra-estrutura mercantil e creditícia, do processo acelerado de urbanização por que atravessa a cidade de São Paulo com a conseqüente mutação experimentada na composição de sua população e em seus padrões de sociabilidade e de organização, do crescimento da burocracia estatal, da recomposição do quadro partidário, resultado das novas alianças políticas em consolidação no último quartel do século XIX. No âmbito acadêmico, essas transformações espelharam acentuada tendência para a politização das relações sociais. Os grandes problemas nacionais passaram a ser debatidos na imprensa que se converte assim, definitivamente, em verdadeira antecâmara da tribuna parlamentar e dos gabinetes executivos. Agrava-se o confronto entre conservadores e radicais que se distribuem, de modo ambivalente, entre as filiações partidárias em ebulição no ocaso do Império.⁷

Neste contexto, o abolicionismo acadêmico ganha impulso sob fórmulas novas de manifestação. Prevaleceu ainda uma certa tematização moral na abordagem da questão escravocrata. Porém, cada vez mais essa tematização moral acaba se restringindo à figura do escravo, enquanto ser portador de atributos culturais próprios. Este constrangimento, em contrapartida, deslocou o essencial da questão escravocrata para o terreno da economia e da política. Por um lado, a efetiva emergência do movimento abolicionista enfocou essa questão em termos da organização das relações de trabalho, enfatizando

os dilemas e impasses enfrentados pela agricultura nacional. Este ângulo da questão mobilizou sobretudo a atenção dos acadêmicos conservadores, face às incertezas decorrentes da substituição do trabalhador cativo pelo trabalhador livre. No mesmo sentido, mobilizou a atenção daqueles que depositavam na colonização e na imigração estrangeira as esperanças para uma solução "pacífica" e "natural" para um problema que se lhes afigurava inexorável. Por outro lado, a emergência do movimento abolicionista trouxe para a arena política a luta pela consolidação, na sociedade brasileira, das liberdades públicas, luta que arrastava atrás de si outras reivindicações antes de tudo inspiradas em princípios democráticos. Ela carregou em seu bojo tendência, é certo que frustradas e vencidas no curso histórico, no sentido da ampliação dos canais de participação e de representação políticas de segmentos da população excluídos pelo regime de restrições a que se encontravam submetidos durante a vigência da monarquia patrimonial.

O novo perfil dos acadêmicos abolicionistas aponta para esta complexidade. Revela ao mesmo tempo o solo de contradições em que esse movimento se fincou e que haveria de demarcar avanços e recuos, conquistas e limitações e que deixaria entrever a prudência política com que esse movimento se conduziu.

No movimento abolicionista na Academia de Direito de São Paulo pode-se identificar a presença, com matizes diferentes e distintos compromissos, de: Francisco Quirino dos Santos (g. a. 1859-63), poeta abolicionista; Francisco Rangel Pestana (g. a. 1859-63), jornalista e político; Manoel Fer-

raz de Campos Salles e Prudente José de Moraes Barros, ambos pertencentes à geração acadêmica de 1859-63 e ambos futuros presidentes da República; Antônio Bento de Souza e Castro (g. a. 1863-67), abolicionista radical, organizador e chefe dos *caifazes*; Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (g. a. 1866-70), notável escritor e parlamentar, um dos principais dirigentes do movimento abolicionista no âmbito nacional; Rui Barbosa e Castro Alves, ambos pertencentes à mesma geração acadêmica de 1866-70, cujas posturas a favor da emancipação dos escravos são sobejamente conhecidas; Afonso Celso de Assis Figueire Jr. (g. a. 1876-81), futuro Visconde de Ouro Preto, parlamentar que acompanhou com muita familiaridade o desfecho do movimento abolicionista na Corte; Luis Gama e Raul Pompéia (g. a. 1881-85), promotores do Congresso Abolicionista Acadêmico.⁸

Esta listagem, em que pese seu caráter mais ilustrativo do que demonstrativo, comporta algumas observações que convém destacar. Primeiro, ela indica uma heterogeneidade no tocante à composição social dos principais estudantes que se notabilizaram por suas posturas ou opiniões emancipacionistas. No movimento abolicionista, estiveram engajados estudantes procedentes de famílias compromissadas com a propriedade escrava, outros procedentes de prósperas fazendas cafeicultoras do Oeste Paulista, além de estudantes sem qualquer vínculo direto com a propriedade agrária, originários de famílias de pequenos comerciantes ou funcionários públicos, mais identificadas com o que se poderia, grosso modo, caracterizar como classes médias urbanas. Esta observação sugere, por um lado, que o movimento abolicionista acadêmico congregou interes-

7. S. Adorno. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, no prelo.

8. Ver a propósito do perfil biográfico desses acadêmicos: José Luis de Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*, São Paulo, Saraiva, 1977, 5v.; S. Vampré. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*, 2ª ed., Brasília, INL, Conselho Federal de Cultura, 1977, 2v.; A. Venâncio Filho. *Das arcadas ao bacharelismo*, São Paulo, Perspectiva, 1977; M. A. Nogueira. *As desventuras do liberalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; Adorno, *op. cit.*

ses econômico-sociais diversos, não tendo prevalecido qualquer um dos representados e contidos pelo movimento. Por outro lado, essa mesma observação sugere que o movimento abolicionista apresentava escopo mais político do que propriamente econômico; vale dizer, sua agenda compreendia fins que se inserem no horizonte das disputas de poder na sociedade brasileira em fins do século passado.

Segundo, a lista comporta tanto acadêmicos engajados no abolicionismo enquanto promotores e dirigentes quanto acadêmicos apenas simpatizantes, vezes até por circunstâncias políticas. Em alguns casos, a ligação era tênue, porém muito forte relativamente ao republicanismo. Esta observação permite suspeitar da hipótese, corrente na historiografia brasileira, relativa à correspondência entre abolicionismo e republicanismo. Afirma-se com veemência que o Império foi extinto quando suas bases sociais, consolidadas na escravidão, haviam sido liquidadas. Para tanto, necessário se torna não somente demonstrar a unidade de propósitos e de encadeamento político, como também demonstrar que os mesmos homens que fizeram a abolição fizeram igualmente a República. No que concerne à Academia, esta hipótese encontra-se sob suspeita. Houve, certamente, acadêmicos que perfilaram ambas as trajetórias de atuação política. No entanto, não se pode ignorar a existência de acadêmicos abolicionistas e simultaneamente monarquistas, como também acadêmicos republicanos que se calaram diante do movimento abolicionista acadêmico. Ainda no curso dos anos de 1870, Campos Salles chegara a afirmar que se ocuparia, daí em diante, com o movimento republicano pois que considerava o problema escravocrata superado, a despeito da persistência da propriedade escrava.

Terceiro, posições abolicionistas podem ser detectadas entre acadêmicos filiados ao Partido Conservador, ao Liberal e ao Repu-

blicano, conquanto o encaminhamento das questões e da direção mesma do movimento tenham obedecido a princípios distintos. É possível identificar, entre os acadêmicos, certa independência partidária, característica da formação política liberal do quadro partidário brasileiro. Esta observação sugere, por sua vez, a complexidade das relações entre bases sociais, filiações partidárias e expressões ideológicas, em alguns momentos profundamente desencontradas sobretudo quando o foco de debate e de luta política repousava na delicada problemática da supressão da propriedade escrava. Esta complexidade demarcaria os rumos do abolicionismo acadêmico e faria com que tendências conciliatórias, de inspiração liberal e com resultados conservadores, prevalecessem no desfecho final, em detrimento de posturas radicais e democráticas.

Agitação abolicionista e prudência política

A agitação e propaganda abolicionistas tiveram por veículo preferencial a imprensa acadêmica. A partir de 1870, esta imprensa torna-se nitidamente influenciada pelas agremiações partidárias.⁹ As três principais tendências políticas — conservadorismo, liberalismo e republicanismo — passaram a orientar a formulação e a expressão de teses e questões tematizadas como objeto de pensamento acadêmico. A questão escravocrata colocou em evidência essas tendências, apontando-lhes diferenças e convergências indicativas das tensões e impasses por que passava o abolicionismo acadêmico.

Os periódicos de orientação conservadora denunciavam liberais e republicanos. Julgavam que a luta pela emancipação, ainda que norteadas por nobres fins humanitários, desconsiderava as necessidades da lavoura, o que poderia conduzir ao caos econômico e à iminência de revolução social. Foi sob esse argumento que a imprensa conservadora não se resignou em sustentar a persis-

tência da propriedade escrava. Temia que sua extinção significasse a extinção da propriedade privada em geral ou, quando menos, o parcelamento territorial, medida que certamente abalaria, caso implementada, o sistema aristocrático de poder e perturbaria o controle conservador sobre o regime político vigente. Não se apartava, por conseguinte, de prosseguir considerando o escravo como coisa e acreditando não se encontrar a sociedade brasileira, ainda àquela época, preparada para a extinção da escravatura. Não sem motivos, criticava o processo de democratização que entendia subjacente ao movimento emancipatório:

É preciso que, com essa dedicação exagerada a certas idéias, com esse apego fanático a certas palavras não se acabe por aniquilar a liberdade, com a destruição da autoridade, que é sua guarda e pelo elevamento de outro poder mais temível: o da força. (...) As desigualdades humanas formam um abismo sem fundo que nem todas as revoluções poderão encher com as ruínas de todas as instituições do passado e do presente.

Cumprir, também, opor à idéia de nivelamento geral e de igualdade absoluta a doutrina do reconhecimento da variedade de disposições, que se encontra nos indivíduos e que fazem de cada um deles um mundo diferente de todos os que com eles coexistem.⁹

Os periódicos acadêmicos de orientação política filiada ao Partido Liberal continuaram denunciando torturas cometidas contra escravos enquanto estratégia de luta abolicionista. No entanto, já enfatizavam a universalização do trabalho livre na sociedade brasileira. A questão escravocrata parecia-lhes superada, motivo por que se inclinavam a eleger como preocupação fundamental a defesa da colonização:

Até o presente tem sido a escravidão, essa odiosa negação da personalidade humana,



a única fonte de trabalho agrícola, o elemento poderoso da riqueza nacional. Uma lei, porém, cristã veio restabelecer o império da justiça e do direito, e embora a muitos desagradasse, ela é uma homenagem ao grande princípio da liberdade. Por um lado, ela gerou o triunfo e o progresso para o país, por outro lado um golpe cruel e abalo profundo para a lavoura. Se, como homens, os promulgadores da lei de 28 de setembro de 1871 merecem os mais sinceros aplausos; como governo, são censuráveis por descuidar dos interesses da agricultura, não dando substituto ao trabalhador aviltado, é verdade, mas vigoroso produtor de riquezas, arrebatou violentamente aos proprietários rurais. Essa lei sucessória de braços, não acompanhada dos remédios tendentes a preencher a falta deles, devia fatalmente empobrecer a agricultura e as rendas do Estado.¹¹

Os periódicos de orientação liberal extraíam da moralidade de mercado seus principais argumentos. Enfatizavam a liberdade do proprietário e as leis do mercado como critérios norteadores da escolha do futuro trabalhador livre, substituto do escravo. Sob esta perspectiva, concebiam a atuação do Estado como essencialmente negativa, repudiando os investimentos públicos na promoção da colonização nacional e estrangeira. Entendiam que o livre jogo da oferta e da

9. Cf. Adorno, *op. cit.*

10. Questões sociais. Autoridade e liberdade, *O Constitucional*, São Paulo, ano I, nº 7, 30 jun. 1871, pp. 2-3.

11. Um problema agrícola, *O Liberal*, São Paulo, ano II, nº 2, 17 de maio de 1878, pp. 1-2.

procura conduziria a economia agrária a seu equilíbrio, renegando tanto o trabalhador negro aviltado, quanto o trabalhador imigrante europeu portador de arraigado sentimento de propriedade e inadaptado ao clima tropical e, em contrapartida, requerendo um tipo de trabalhador ao mesmo tempo laborioso e dócil. Assim, a saída para a questão escravocrata repousava na moralidade do mercado, vista como princípio capaz de reorientar os indivíduos na construção de uma ordem social justa, ordeira, harmoniosa, desprovida de conflitos internos.

Por sua vez, os periódicos de orientação republicana mantiveram atitude de cautela e moderação frente ao curso dos acontecimentos. Reconheciam a abolição como necessidade histórica, porém a consideravam etapa necessária do processo de implantação do regime republicano:

Os republicanos, aos olhos dos monarquistas, não são mais um punhado de visionários, despidos de fortuna, que querem implantar o socialismo. Não o são felizmente. Já desapareceu o *cavalo de batalha* em que cavalgavam os nossos adversários políticos; propalando, especialmente na classe dos lavradores, que um dos fitos do partido republicano era a extinção completa do elemento servil; por isso que esta instituição não se coadunava com os princípios da República.

(...) Mas os republicanos arredaram de si esta calúnia, mostrando que a ninguém assiste o direito de escravizar o seu semelhante, seja qual for a forma de governo, e aconselhando o movimento pacífico, como o melhor modo de se proceder nesta magna questão.

Outro não poderia ser o pensamento daqueles que admitem a forma republicana como a única capaz de firmar a ordem na sociedade, garantindo aos cidadãos o direito sagrado de propriedade.¹²

Por paradoxal que possa parecer, não há entre periódicos liberais e republicanos profundas divergências, contudo notórias con-

vergências na medida em que ambos não se distanciavam do campo de gravitação constituído às voltas do ideário liberal. Embora no plano parlamentar, liberais tenham sido radicais no que concerne à extinção da escravidão, não tendo se sucedido o mesmo com os republicanos, no terreno acadêmico ambas as tendências compromissadas com o abolicionismo enveredaram pelos caminhos do enaltecimento das virtudes do trabalho assalariado livre, enquanto estratégia de luta política para fazer frente às objeções procedentes da imprensa conservadora. Nesse sentido, enquanto permaneceu sob a órbita das orientações político-partidárias dominantes àquela época, o abolicionismo caminhou de modo ambivalente, atrelando a extinção da propriedade escrava às possibilidades de reorganização das relações de trabalho, sem que a agricultura sofresse substanciais modificações em suas características estruturais ou fosse perturbada em sua forma de realização mercantil.

Foi preciso um novo impulso, no correr dos anos 1880, para que o abolicionismo acadêmico se desprezasse dessas orientações políticas dominantes, ainda que não completamente, mas o suficiente para redimensionar o significado da luta, as alianças possíveis e as estratégias de condução ao desfecho político pretendido, qual seja, a libertação dos escravos da Província de São Paulo. Ao que parece, foram os acadêmicos menos compromissados com a grande propriedade agrária, mais infensos às influências paralisadoras do mundo rural e, portanto, mais próximos dos interesses do mundo urbano aqueles que se revestiram da tarefa política de reorientar o movimento abolicionista. Principiaram aproveitando experiências anteriores de organização de sociedades acadêmicas emancipacionistas, como a Fraternização, criada pelo estudante França Carvalho, em 1863, que conseguiu libertar cativos.¹³ Em 1883, fundaram o Centro Abolicionista Acadêmico com o precípuo fim de conduzir o movimento em direção ao obje-

tivo final. No ano seguinte, lançaram o jornal *A Onda*, do qual participaram como redatores: Raul Pompéia, Bartolomeu de Assis Brasil, Coelho Neto, José do Patrocínio entre outros. Em 1886, transformaram o Centro em Congresso Abolicionista Acadêmico, convertendo o jornal em porta-voz oficial. Aliam-se às tendências mais radicais do movimento abolicionista local, não deixando mesmo de manifestar certa simpatia pela ação de Antônio Bento como dirigente dos *caifazes*.

Esta reorientação do movimento parece ter polarizado as posturas pró-emancipação, moderadas e radicais. A fundação da Sociedade Emancipadora Paulista (1887), com o "duplo objetivo" de conseguir a libertação total dos escravos, existentes na Província, no

prazo máximo de três anos, a terminar em 31 de dezembro de 1890, e de promover a modificação do regime do trabalho agrícola, nas fazendas, para assegurar a permanência do liberto, pelo menos durante o período de transição, evitando-se a desorganização do trabalho,¹⁴ da qual subscreveram 51 fazendeiros, representantes de cerca de 156 ausentes à cerimônia de fundação e que, juntos, totalizavam a propriedade de cerca de 7.000 escravos, indica os que os ventos radicais haviam forçado à negociação, não obstante seus resultados pendessem, como penderam, para a solução conciliatória que, se alcançou os objetivos pretendidos, resultou em conseqüências bastante limitadas, como a história social dos libertos haveria de demonstrar.

12. O Partido Republicano, *A República*, São Paulo, ano II, nº 1, 03 de maio de 1877, p. 3.

13. Cf. Vampré. *Op. cit.*, v. 2, p. 132.

14. S. Vampré. *Op. cit.*, v. 2, p. 323.

COMBATES & RITUAIS

Como um artesão explicando a maneira de fazer, a sua "carpintaria científica", as teorias utilizadas ou produzidas, a metodologia seguida, o artesanato enfim que aplicou para chegar ao seu produto, este é o propósito da nova seção de *Resgate* ao ouvir os autores de dissertações e teses universitárias, já defendidas e aprovadas, que de alguma maneira representam o moderno pensamento brasileiro.

Há um saber institucionalizado no qual se investem milhões, se mobilizam recursos humanos e materiais, sem que o resultado final, em grande parte, chegue a uma população maior de leitores. Não são publicados, permanecem inéditos e com isso não atingem os seus objetivos, que seriam os de fazer avançar a ciência, gerar mais conhecimento, promover o debate, estimular o ensino e a pesquisa.

Uma seção aberta, que entretanto não se propõem representar em extensão e/ou profundidade, a produção científica, literária e artística que a Universidade brasileira entrega à sociedade diariamente, mesmo porque isto seria impraticável no momento, dadas as dificuldades de informação para levantarmos e acompanharmos essa massa de conhecimentos, que assume dimensões muito acima da capacidade da revista. Nem as universidades e entidades voltadas para a pesquisa conseguem montar bancos de teses que cubram esse movimento, o que nos leva então simplesmente a tentar abrir um espaço para divulgação desse saber, através da palavra do próprio autor, que inclusive passe ao leitor uma idéia do seu processo de trabalho, com as limitações e contradições que cercam esse fazer num país de Terceiro Mundo.

ESCRAVOS E COMETAS. MOVIMENTOS SOCIAIS NA DÉCADA DA ABOLIÇÃO*

Maria Helena Pereira Toledo Machado

Escravos e Cometas, tendo como tema principal de análise os movimentos sociais que povoaram a década de 1880 no sudeste cafeeiro, propõe-se resgatar das sombras do esquecimento e dos silêncios dos discursos oficiais movimentos, idéias e projetos a respeito da abolição e do papel social do negro liberto e dos desclassificados sociais em geral na construção de uma nação que buscava desvencilhar sua imagem das feridas da instituição servil.

A partir da sistematização da prolixa documentação policial referente à Província de São Paulo, complementada por fontes diversas — bibliográficas, cartoriais e relatórios públicos — pretendeu-se recompor, ao menos em seus ensaios mais substanciais, os mecanismos de penetração do abolicionismo nas fazendas, bem como a dinâmica peculiar que compunha o amplo espectro ideológico que se derramava nas plantações em busca de seus interlocutores diretos.

O espoucar dos movimentos de escravos nas fazendas, com seu cortejo de violências e desafio à tranqüilidade pública, configurando uma situação em que o desgoverno da mão-de-obra andava de mãos dadas com a inversão da ordem social, aterrorizava as populações das cidades cafeeiras, freqüentava os pesadelos mais íntimos dos fazendeiros, materializando-se, finalmente, no corre-corre das polícias. Estas últimas, mal adestradas e sofrivelmente municidadas, acabavam por agir apenas como bombeiros que hoje apagam o foco de incêndio aqui para poder amanhã abafar o de acolá.

Tendo se tornado um dos principais problemas a ser enfrentado neste período, a questão da manutenção da segurança pública e da ordem, fortemente ameaçadas pela eclosão de freqüentes sedições de escravos e pela descoberta da organização de tantas outras, com mãos abolicionistas, implicaram a montagem, por parte das autoridades policiais, com a anuência dos governos provincial e imperial, de uma estratégia de desinformação e censura no tratamento público da questão escrava. Incapazes de fazer frente às tropelias dos escravos e à ousadia dos abolicionistas, buscava-se descaracterizar a periculosidade das ocorrências que envolviam estas categorias, evitando o pânico das populações e a emergência de uma discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil.

Insubmissão às regras do trabalho em eitos — pecha do trabalho escravo —, movimentos espontâneos de ocupação das terras disponíveis, revoltas proto-messiânicas, fugas, abandono das fazendas pelos escravos, são aspectos que a historiografia social da escravidão já enfocou em outras áreas escravistas no Novo Mundo e que neste trabalho procuro abordar: trata-se de trazer à tona uma pesquisa, realizada sobre os distritos cafeeiros na década de 1880, em diferentes arquivos e cartórios de São Paulo e Rio de Janeiro, nos

* Tese de Doutorado, FFCHL/USP, 1991.

quais realizou-se uma investigação documental de papéis que, pelo difícil acesso, continuam a deteriorar-se sob a guarda descuidada da justiça.

Escravos, libertos e as muitas condições intermediárias que o aproximar da abolição produzia sem poder, com clareza, administrar, povoam sobretudo os dois primeiros capítulos desta tese, na qual me esforcei por resgatar suas concepções de liberdade, vida social e trabalho independente, em permanente choque com projetos outros, nos quais o suprimento de mão-de-obra abundante às fazendas cafeeiras implicava a manutenção desta população a escala da dependência e da desclassificação social.

Em contraponto, no universo urbano, largas fatias das camadas médias, mal-agasalhadas pelos figurinos políticos do Império, juntamente com o populacho turbulento e desenraizado que o inchamento das cidades gerava, sem gerir, engajavam-se ao movimento abolicionista, imprimindo neste as marcas peculiares de um difuso protesto contra a ordem patrimonialista, que a proeminência dos fazendeiros delimitava.



A par dos longos debates políticos-parlamentares, em que a questão premente do abastecimento de braços e da feição mestiça da população brasileira, ditavam uma política emancipacionista e imigracionista na condução de uma transição conservadora e impermeável às transformações, outras vozes se levantavam.

Vozes dissonantes, projetos reformistas, idéias radicais sobre a abolição e o papel social do chamado elemento nacional, surgiam, no ambiente das cidades, expressando o descontentamento de setores da população com os destinos da sociedade brasileira. A anatomia do abolicionismo urbano, bem como seu espraiamento ao mundo dos eitos e senzalas, são aspectos abordados nos dois últimos capítulos deste trabalho.

Fermentação nova nos acanhados cenários políticos do Império, o abolicionismo recrutava seus pares tanto entre os setores mais avançados das camadas médias, quanto junto à temida arraia-miúda urbana, que nas cidades da década de 1880, mostrava sua feição combativa nos motins urbanos — como na Revolta do Vintém, na Corte de 1880 —, nos *meetings* abolicionistas e nos confrontos de rua, onde a plebe desordeira não titubeava em enfrentar as forças identificadas com a ordem escravocrata.

Igualmente, o abolicionismo da década de 1880 atraía para seus quadros toda uma malta de homens desenraizados — imigrantes, viajantes, indivíduos sem pátria e sem família — que constituíram, por seu perfil mais volátil, a linha de frente na arriscada tarefa de estabelecer os laços entre o mundo urbano e as populações escravas.

Penetrando nas senzalas e eitos, desde os princípios daquela década, os setores mais avançados do abolicionismo se esforçavam por estabelecer pontos de contacto entre a inquietação escrava das fazendas e a movimentação das cidades. Ousadas revoltas, sedições violentas, preparação de insurreições generalizadas foram aspectos do transbordamento do movimento abolicionista das cidades em direção às fazendas.

Mal conhecida até pelos contemporâneos, severamente censurada pelas autoridades policiais, a penetração do abolicionismo nas senzalas, mesmo em suas tentativas malsucedidas e sua linguagem deslocada do mundo dos escravos, revelam, em sua ousadia, o transbordamento dos diques de contenção da ordem social escravista do Império.

O cimentar de solidariedades entre escravos, libertos, plebe e abolicionistas radicalizados, mesmo como virtualidade, foi percebido e combatido pelas autoridades, como um dos maiores desafios à superação controlada e conservadora da ordem escravista.

O evento da abolição, tratado ainda nas primeiras décadas deste século como “onda avassaladora que invadiu corações e mentes”,¹ passou, nos últimos tempos, a ser abordado como mera coroação da vitória dos projetos mais reacionários, num fortemente controlado processo social, sob a liderança dos setores mais dinâmicos da cafeicultura paulista. Desprezada pela historiografia, a fermentação social que caracterizou a década de 1880 foi esquecida. A carência de pesquisas documentais relativas aos aspectos menos visíveis desta campanha é uma das causas relevantes desta tendência, que aqui procuro parcialmente sanar.

Porém, nisto subsiste um outro mal-entendido. Se o desfecho do processo de aniquilamento da instituição servil foi melancólico, os libertos formalmente expelidos dos espaços mais dinâmicos da sociedade brasileira e os largos setores engajados em projetos abolicionistas-reformistas derrotados, o debruçar sobre a década de 1880 ainda permite que se escute o protesto dos descontentes.

1. Antonio Manuel Bueno de Andrade. Depoimento de uma Testemunha, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XXXVI, junho de 1939, p. 216.

A DIMENSÃO POLÍTICA DA CULTURA NEGRA NO CAMPO: UMA LUTA, MUITAS LUTAS*

Neusa Maria Mendes de Gusmão

A Antropologia dos anos 1980 trouxe à tona questões relativas ao segmento negro da população brasileira tomados em face de suas expressões religiosas, de sua identidade e resistência. A ótica predominantemente centrada nos processos de discriminação e diferenciação trazia a marca dos tradicionais estudos raciais e urbanos. Com essa perspectiva, confirmava-se a tradição de Bastide e de Florestan Fernandes, que postulavam o meio rural como desagregador e no qual a persistência de traços culturais e da condição étnica dificilmente dar-se-ia. No entanto, em razão da modernização e expansão da sociedade brasileira, é também nesta época que muitas comunidades rurais negras são "descobertas", ganhando visibilidade e colocando novas questões em debate.

A questão étnica e histórica do negro no campo envolve uma realidade política fundamental na história da sociedade nacional que diz respeito às formas não-típicas de acesso à terra e que é discutida por este trabalho. Os muitos caminhos de constituição dos grupos negros e de seus territórios revelam o tempo presente de comunidades negras contemporâneas, como um momento de transição e luta. Luta negra e camponesa em torno de uma identidade coletivamente construída; em torno de uma terra comum. Ao abordar os muitos significados da resistência camponesa e negra, revela-se aqui um meio rural complexo, nada uniforme. Dele fazem parte um passado histórico geral, a conformação de realidades singulares que, em particular no caso dos grupos negros, tornam explícitos os limites impostos ideologicamente por uma sociedade branca e em expansão.

Por esta razão, os processos sociais entre segmentos diversos imprimem ao confronto sua natureza política em termos raciais e de classe. Em jogo experiências diversas e formas de saber construídas em múltiplas interações sociais, próprias de um campo de tensão que é histórica e ciclicamente ativado. A realidade do camponês negro envolve um contexto econômico relativo ao mercado de trabalho e de terras; envolve uma forma particular de comportamento forjada no interior da condição escrava; envolve a adaptação e recriação constante de si mesmo e do grupo no interior de práticas socialmente cristalizadas e constitutivas de uma memória e tradição. Memória e tradição que, ativadas no interior da luta comum, tornam-se suportes fundamentais de resistência e persistência como grupo, como camponês e como negro.

O caminho percorrido por este trabalho foi o de buscar compreender a origem e desenvolvimento de todos esses aspectos numa realidade negra e camponesa particular: Campinho da Independência, bairro rural negro do município de Parati, sul do Estado do Rio de Janeiro. Buscou, também, estabelecer as articulações e os mecanismos de inserção deste grupo na sociedade inclusiva, compreendendo sua história particular entretecida na realidade de um movimento social de luta pela terra. Compreender a luta pela terra de negros, terra camponesa a partir das formas culturais e sociais engendradas pelo próprio grupo, como grupo étnico cuja etnicidade se constrói frente ao outro, mas sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, foi o desafio maior que exigiu compreender, na vivência camponesa, uma das muitas formas de se ser negro-brasileiro.

A trajetória do grupo negro de Campinho expõe a transformação de sua realidade histórica no tempo, onde a duplicidade da terra, como território e como mercadoria, marcam diferentemente as relações sociais que se processam no interior do grupo e do grupo para com a sociedade inclusiva.

No primeiro caso, na organização em torno dos direitos comuns, do direito costumeiro, das formas de acesso à terra, da organização do trabalho individual e coletivo bem como, na dimensão simbólica que os acompanha, revelam-se os limites étnicos dados pelo parentesco. A armação comunitária em torno de dois eixos: o parentesco e a etnia postulam um conjunto de valores e de práticas culturais próprias, forjadas no "patamar da escravidão", através do grupo doméstico, da família, como suporte da organização social e base da intensa solidariedade e reciprocidade entre os membros do grupo. A identidade particular, individual ou coletiva é então parte integrante de uma história comum e partilhada através dos tempos, por um grupo de descendência cuja origem está centrada em três mulheres, escravas da Casa Grande da antiga Fazenda Independência. Fazenda cujas terras foram recebidas por elas através de doação.

A realidade social, organizada através do parentesco, contém assim vários fatores combinados que confirmam o indivíduo como sendo do grupo, como tal, um negro e parente e, finalmente, herdeiro da terra comum. Os direitos à terra, transmitidos por linha materna, explicitam a presença da mulher nos mecanismos de reprodução social e encontram nela o fator básico de permanência no tempo. É a mulher que recebe e transmite a terra; é ela e seus filhos que tradicionalmente nela permanecem sustentando o trabalho familiar e a posse da terra, enquanto o homem encontra-se fora, no mercado de trabalho, tal qual fora na escravidão. Desse modo, terra e direitos se fazem na representação coletiva como bem-comum dos mais velhos, isto é, das mulheres de origem e bem indivisível, deixada pelos "troncos" aos de agora. As terras que habitam são assim "terras de troncos", "terras ancestrais". Não é qualquer terra, mas um território.

Por outro lado, a alteridade com o branco revela a terra-território como terra-mercadoria, investida não pela história singular, mas pela sociedade inclusiva. E aí, terra camponesa cujos moradores são posseiros, lavradores e subalternos. O grupo negro de Campinho estabelece, assim, uma múltipla identificação com o mundo social cuja mediação é feita pela terra. Em suas relações, conforme os sujeitos em confronto, acionam diferentes identidades e fazem delas um meio para resistir na terra sua, entre os seus.

Resistir conta aqui com o fato de a localidade estar ligada à produção entre parentes, via o plantio da mandioca e o fabrico da farinha. Conta com o fator essencial que faz dessas atividades um trabalho de mulher, vinculando a ela a posse da terra familiar e a condição camponesa. A produção da vida se faz como fator estruturante do imaginário coletivo e essencial na representação do social que libera o homem para o trabalho assalariado, intensificado como necessidade na luta jurídica pelo direito à terra. A divisão social de trabalho, ao alocar em espaços diversos o homem e a mulher, o trabalho camponês e o trabalho assalariado, assegura a continuidade estrutural de grupo e confirma o lugar da



* Tese de Doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Social) FFCLH/USP, 1990.

mulher na vida comunitária. A terra-território é, assim, uma terra uterina e a mulher, suporte das estratégias de reprodução da vida camponesa.

Hoje, momento de luta e desconforto, de ameaça e desagregação, reforça-se a presença feminina no rural, na produção de subsistência, garantindo-se na representação de todos o modelo comunitário conquanto seja a mulher e seus filhos que o concretizem na prática. O fortalecimento do universo mítico original, como argumento e condição de continuidade, possibilita ao grupo como um todo, independente da relação direta com a terra, ver-se e ser visto como camponês; permite resistir à proletarização definitiva e lutar contra a perda da terra comum.

O espaço comunitário, no entanto, encontra-se exposto aos dois níveis da realidade social: ao interno ao grupo e ao externo a ele. As mudanças de hoje transformam a natureza do trabalho, a natureza histórica da relação com a terra e do próprio grupo. O contexto de enfrentamento de novas relações sociais acarreta a presença de outros agentes no cenário da luta — a Igreja, o Sindicato Rural, o Partido. Com eles, novas linguagens introduzem clivagens que alteram a vida e transformam a realidade do negro de Campinho. Interesses e demandas diversas implicam novos espaços de ação, de alianças e de mobilização. Nem sempre a premência da luta permite a compreensão dos elementos próprios da história do grupo, dos componentes simbólicos que a sustentam. Impõem-se, assim, relações concretas de outra ordem. Na organização política de luta pela terra entram em jogo: a terra, a produção social, os parentes, a comunidade, os negros. Entra em jogo a vida na terra e a terra na vida e existência do grupo.

A conclusão revela que a luta que envolve as chamadas “terras de preto” não é pura e simplesmente igual à outra luta qualquer do meio camponês. Ao envolver uma dimensão étnica e a terra como território, o movimento dessa luta particular põe em questão o papel da mediação representada por agentes e agências que interferem na luta, sem compreender as temporalidades históricas distintas de que são portadoras; sem compreender o papel de um passado cultural consolidado. Em questão a emergência de atores políticos diferenciados e de novas formas de fazer política. Em questão o papel dos movimentos sociais frente ao Estado e frente ao universo cultural próprio, forjado de modo particular por anos e anos de resistência.

Aqui, a importância do conjunto de representações com que o negro camponês decodifica o sistema político, suas regras e instituições construindo um quadro de referência de seu posicionamento perante o mesmo e que, segundo Viegas e Reis¹, se faz presente na gênese e produção de seus comportamentos políticos.

Um olhar profundo no contexto da luta pela terra implica ver uma comunidade que quer se ver representada pelo Estado, ser sujeito de direitos legais e políticos historicamente não-reconhecidos, mas revela também que, como grupo e grupo étnico, a luta toma por base não o Estado, mas a cultura como espaço dinâmico e político de ação. A dimensão cultural da luta torna explícitos os modelos políticos em jogo, revelando os referentes sociais de seu universo tal como encontra-se estruturado na prática, na tradição e na memória. A cultura política do campesinato e, em particular, de camponeses negros em luta pela sua terra, exige de todos o debate da diferença, do direito à especificidade e, principalmente, da alteridade no campo político das relações raciais.

1. José Viegas e Manuela Reis. Campesinato e Regime Democrático, em *Sociologia — problemas e práticas*, nº 5, Publicações Europa-América, Portugal, out. de 1988.

ESPAÇO E TEMPO EM CAMPINAS: MIGRANTES E A EXPANSÃO DO PÓLO INDUSTRIAL PAULISTA*

Rosana Baeninger

O objetivo central desta dissertação foi acompanhar a evolução da população do Município de Campinas desde a segunda metade do século passado até os nossos dias, cotejando as transformações demográficas *vis-à-vis* as mudanças sócioeconômicas. O acompanhamento da trajetória populacional de Campinas possibilitou evidenciar a importância dos movimentos migratórios na configuração do município, bem como na constituição do espaço urbano-metropolitano que hoje a região apresenta.

A preocupação com a reconstrução histórica permitiu observar tipos e características dos movimentos migratórios relacionados a etapas da economia e apreender momentos em que a migração contribuiu para a constituição da população "necessária", outros que passou a ser considerada população "excedente", e como a visão ideológica a respeito dos migrantes foi se alterando nas diferentes etapas.

Embora não se possa estabelecer relação mecânica entre tipos de movimentos migratórios e etapas da economia, observou-se simultaneidade nesses processos; no limite, essas dinâmicas articulam-se num mesmo processo. A separação, apenas analítica, entre essas ordens de fenômenos, no entanto, permite vislumbrar reciprocidades da dinâmica econômica sobre os movimentos migratórios e, por outro lado, dos movimentos migratórios com relação ao evoluir da economia.

Desde fins do século XVIII, Campinas destaca-se no contexto estadual em função de seu dinamismo econômico. Sua posição geográfica privilegiada permitiu-lhe, em diferentes momentos da história, servir de ligação entre o interior e a capital. Já em 1882, de acordo com o recenseamento, a população do município já registrava mais de 7 mil habitantes, refletindo o forte dinamismo da produção açucareira. De fato, a partir do final do século XVIII, até a primeira metade do século seguinte, Campinas destacou-se como o maior centro produtor de açúcar do Estado de São Paulo. O ciclo do açúcar, sustentado pelo trabalho escravo, trouxe um contingente considerável dessa população para Campinas; em 1822 a população não-branca chegava a representar 67,7% do total populacional do município.

A liderança econômica do município, no âmbito do Interior, acentuou-se com a implantação da cultura do café no Oeste Paulista, a partir do último quartel do século XIX. Campinas foi uma das regiões que mais se beneficiou com o desenvolvimento do complexo cafeeiro e, particularmente, com a instalação da rede ferroviária. Nesse contexto, a prosperidade da cultura cafeeira passava a demandar crescente mão-de-obra para o seu cultivo. Novo contingente populacional entrava, então, no município: os imigrantes euro-

* Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 1992.

peus. Campinas, nos primeiros anos da imigração (1882-1900), ocupava a segunda colocação em volume de estrangeiros recebidos, perdendo apenas para a capital do Estado.

Constituindo-se numa etapa muito rica e importante da história de Campinas e, por outro lado, o pouco conhecimento existente a respeito desse contingente populacional em nível municipal, foi possível, através desse projeto de dissertação, aprofundar e conhecer as características dessa população imigrante com a coleta de informações dos estrangeiros, que tiveram como destino o Município de Campinas, na Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo.

Segundo esses registros, foram enviados para as lavouras de café do município, de 1882 a 1900, 10.631 imigrantes estrangeiros, dos quais 75% eram italianos; 11,3% portugueses; 7,9% espanhóis; 3,9% alemães e 1,8% de outras nacionalidades. A imigração do tipo individual foi predominantemente até 1886 para as principais nacionalidades, passando a migração familiar a ter mais peso a partir de então.

A prosperidade econômica e o grande aumento populacional no município permitiram que Campinas disputasse, no final dos anos 80 do século XIX, a primazia com o Município de São Paulo. A intensificação do processo de urbanização no Estado, no entanto, configurou uma divisão social do trabalho mais acentuada, reforçando a tendência da cidade de São Paulo como polarizadora das atividades econômicas.

A contribuição do elemento estrangeiro foi fundamental para o desenvolvimento econômico e urbano: quer na lavoura, como mão-de-obra ou proprietário, quer na instalação de indústrias, como proprietário ou mão-de-obra qualificada. O movimento migratório internacional desempenhou papel de grande importância nesse processo de urbanização, alterando, em muitos casos, o comportamento demográfico, o perfil populacional e econômico e as formas de inserção dos municípios na divisão social do trabalho no Estado.

Apesar da crise do café, em 1929, o acentuado dinamismo da cidade de Campinas foi capaz de reorientar sua estrutura produtiva em cada uma das etapas do desenvolvimento econômico em curso no País. Com a herança deixada pelo complexo cafeeiro, o processo de industrialização se consolidou, enquanto a crescente urbanização transformava o espaço campineiro.

O acelerado processo de urbanização pós-30 marcou a passagem para uma



sociedade essencialmente urbano-industrial. Entre 1930 e 1940, as atividades urbanas em Campinas já eram mais relevantes que as rurais. Em 1940, 60,4% da População Economicamente Ativa (PEA) estava inserida em atividades urbanas — 20,2% no setor secundário e 40,2% no terciário —, cabendo ao setor primário 39,6% do total da PEA.

Campinas já contava, em 1934, com uma população de 132.819 habitantes, e sua população urbana só não era maior que a dos municípios da região do litoral, no conjunto do interior. Mais da metade da população de Campinas residia em áreas urbanas nesse ano, proporção que se elevou para 65%, em 1940, e 70%, em 1950.

A inauguração da Via Anhanguera, em 1948, propiciou o direcionamento de fluxos migratórios para o município no início dos anos 50. Tratava-se, agora, não mais de fluxos estrangeiros mas sim de fluxos provenientes de regiões próximas; diferentemente da Região Metropolitana de São Paulo que, nesse momento, canalizava a migração de outros estados.

Na década de 1950, Campinas já se projetava como importante centro industrial, com forte dinamismo nos setores do comércio, de serviços e agrícola, revelando suas potencialidades para a próxima etapa da economia. As transformações ocorridas em Campinas, desde o início dos anos 1920, alteraram completamente o cenário da antiga cidade cafeeira. A urbanização processada nesse período acompanhava o progresso do município.

O final dos anos 1950 e início dos 1960 transformaram Campinas na “cidade-modelo” do Estado. Os baixos índices de mortalidade infantil, o planejamento urbano, a inexistência de favelas ancoravam esse adjetivo para a cidade. Nessa etapa, a chegada de migrantes representava sinal de prosperidade econômica do município e, como o direcionamento dos fluxos migratórios de outros estados e do próprio interior tinham como destino, nesse momento, particularmente a capital, o discurso institucional ressaltava a grande oferta de empregos no município.

A partir de 1960, e particularmente nos anos de 1970, Campinas tornou-se um dos eixos da expansão industrial do Estado. A descentralização relativa da atividade industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo conduziu o Município a um acelerado crescimento econômico e populacional. Além disso, a integração do mercado de trabalho, com a subordinação da agricultura à indústria, contribuiu para que novos incentivos governamentais beneficiassem a região.

Em 1970, a população do município já era de 375.864 habitantes e quase que duplicando em 1980: 664.559 habitantes. A migração foi o componente principal nesse crescimento populacional, sendo que pela primeira vez Campinas havia recebido volume tão significativo de migrantes de outros estados, particularmente do Paraná, Minas Gerais e da região Nordeste. Além desse fluxo, o enorme volume migratório que o Município e a Região de Campinas receberam de outras regiões do Estado e da própria Região Metropolitana de São Paulo configurou essa área como o mais importante pólo de atração populacional do Estado de São Paulo, nos anos 1970. A par disso, no entanto, o migrante passou a ser a “resposta” para os problemas urbanos e sociais emergentes.

Distante apenas 98 Km da sede da Região Metropolitana de São Paulo, o Município de Campinas é, hoje, a capital regional mais industrializada, mais urbanizada e de maior

atração populacional do Interior. Sua Região Administrativa é a segunda mais desenvolvida do Estado, a terceira concentração industrial do País, a sétima produção agropecuária; além disso, o Município abriga a maior praça bancária e a quinta maior base de tributação federal.

Assim, ao final deste século, Campinas emerge como nova área metropolitana no Estado. De um lado, a estruturação da área, a distribuição espacial da população e o processo de crescimento, expansão e ocupação do novo espaço metropolitano não podem

ser entendidos sem as análises do fenômeno migratório. De outro lado, a própria integração do mercado regional; o intenso processo de urbanização, com o surgimento de "cidades-dormitório"; a deteriorização das condições de vida de sua população; os problemas urbanos de expansão da periferia, violência, pobreza e infra-estrutura deficiente são expressões características do fenômeno. Se a configuração metropolitana da região reforça seu papel de centralidade no Estado, por outro lado, a ausência ou ineficácia das políticas sociais vem acentuando, cada vez mais, a deterioração das condições de vida da população. É nesse contexto que se reforça o preconceito frente ao migrante.



Para o acompanhamento da trajetória econômico-populacional do Município de Campinas utilizaram-se informações da Prefeitura Municipal de Campinas, do Centro de Memória-Unicamp, do Instituto de Economia-Unicamp, da Fundação SEADE e do Escritório de Integração Regional (SEPLAN), bem como os dados dos Censos Demográficos, Industriais, Agrícolas e de Serviços, da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, e dos estudos realizados sobre o município e região presentes na bibliografia especializada. Foram úteis também as informações da imprensa local. Para o conhecimento das tendências recentes na área, particularmente dos movimentos migratórios e seu papel no processo de metropolização, foi realizado um levantamento de campo, no qual foram entrevistados agentes institucionais e migrantes da região.

O FASCÍNIO DO OPINIÃO*

Vani Moreira Kenski

Para um determinado grupo de pessoas o simples pronunciar de um nome, o de um jornal alternativo dos anos 70 — Opinião — gerava uma reação visível. Reação que não era demonstrada somente em palavras, mas em gestos e expressões faciais que denunciavam a existência de emoções, possivelmente ligadas à época em que o jornal estava em circulação.

Essa reação foi uma das pistas que orientou a formulação de questões para a pesquisa sobre o jornal *Opinião*. Mais importante do que um estudo sobre o jornal exclusivamente, considere a importância e a necessidade de investigar o fascínio desencadeado pelo jornal *Opinião* em seus leitores, a partir de um retorno a estes momentos do passado.

A pesquisa teve início com a obtenção de depoimentos de leitores — selecionados em diversos pontos do território nacional e em diversas áreas profissionais — e de jornalistas e intelectuais ligados ao jornal. Nesses relatos a preocupação maior era a de que os depoentes apresentassem suas “histórias de vida”; o que faziam, o que pensavam e, sobretudo, o que sentiam na época em que eram leitores ou se relacionavam profissionalmente com o jornal.

A partir desses depoimentos procurei reproduzir o “clima” existente na época em que o *Opinião* circulava (1972-1977). O que ficou evidenciado, no estudo dos relatos dos leitores, foi a similaridade existente em seus comportamentos, ainda que estivessem isolados em diversos pontos do país, alguns no exterior. Todos, praticamente, sentiam uma mesma espécie de angústia, sentiam medo diante das ameaças do regime repressor, e se relacionavam com o *Opinião* de maneira semelhante, na época.

Em seus relatos, os entrevistados privilegiaram as lembranças do momento político, a atuação em movimentos clandestinos, o ambiente repressivo existente nas universidades e a ação truculenta do regime contra seus supostos opositores. Foi levantada também a própria história do jornal em meio a esse clima opressivo, as manobras que os redatores utilizavam para driblar a censura, a formação de suas equipes e as relações que o *Opinião* mantinha com os leitores.

A análise do contexto em que se deu o relacionamento emocionado dos leitores com o jornal levou à formulação de três possibilidades para a ocorrência deste tipo de *fascínio*. A primeira delas era a de que essa situação estaria ligada à própria materialidade do jornal que, por si só, teria condições de despertar e manter uma elo afetivo com os seus leitores. A segunda possibilidade era a de vincular o *fascínio* pelo *Opinião* como decorrente do regime político repressivo da época. A terceira seria a de explicar a situação como derivada das próprias necessidades psíquicas dos sujeitos fascinados.

Baseando-me na proposta teórico-metodológica não-dogmática de Dieter Prokop, procurei caminhos de análise que melhor explicassem a questão do *fascínio*, considerando cada uma das três possibilidades levantadas.

Para a análise de cada uma dessas alternativas foram feitos estudos especiais. O estudo da materialidade do jornal, por exemplo, foi desenvolvido a partir da leitura gráfica do *Opinião* — suas capas, ilustrações, caricaturas, produção e disposição gráfica dos textos. Para esse estudo buscou-se o referencial teórico em Roland Barthes, Bakhtin e Umberto Eco.

* Tese de Doutorado, FE/Unicamp, 1990.

Para a análise dos comportamentos dos sujeitos em uma situação de dominação foram utilizadas as abordagens desenvolvidas por uma nova geração de teóricos críticos do capitalismo — em sua maioria, alemães — através dos princípios defendidos pela Etnopsicanálise (na visão de Mario Erdheim); a Psicologia Social Analítica Freudiana moderna (segundo Helmut Dahmer, principalmente), a Política de Massas (através das contribuições de diversos autores críticos do capitalismo) e pela própria Teoria Psicanalítica Freudiana (através dos escritos de Freud, Anna Freud e Lacan).

Para a análise dos comportamentos e das preferências jornalísticas dos leitores no momento atual, a opção teórica foi a utilização das abordagens pós-modernistas defendidas por Baudrillard, Eco, Lyotard e Vattimo.

Torna-se difícil, neste momento, abordar em termos gerais e riqueza de considerações obtidas através dos diversos procedimentos de análise. Em síntese, foi considerado que o *fascínio* despertado pelo jornal *Opinião*, em princípio, estava ligado à forma ambivalente com que o jornal procurava se manifestar em suas publicações e à sua história de resistência às violências praticadas pela ditadura. Nesse sentido, o jornal *Opinião* é visto como símbolo de uma época. Figura mítica na qual foi depositada uma energia, um poder, uma força, uma história carregada dos sentimentos reprimidos por uma grande parcela dos que se opuseram à ditadura e que extrapola, em muito, a própria materialidade do jornal.

Compreendeu-se, também, que o *fascínio* despertado pelo *Opinião* não dependeu apenas da excelente qualidade jornalística apresentada pelo jornal, embora este seja um dos fatores determinantes para que o sentimento ocorra. Não dependeu, também, das relações sociais e políticas alteradas, impostas pela ditadura, embora estas sejam o pano de fundo que vai possibilitar o investimento afetivo dos leitores no jornal.

O *fascínio* pelo *Opinião* é, antes de tudo, um fenômeno subjetivo e social. Os leitores "em massa" projetam sobre um mesmo objeto — no caso, o jornal *Opinião* — as suas fantasias de participação e de expressão de opinião, suas angústias e seus medos reprimidos. Em um momento de extrema repressão — em que a sociedade como um todo não conseguia dizer o necessário em defesa de seus direitos legítimos — o *Opinião* vai desencadear, na interioridade desses leitores, os sentimentos de identificação e de luta simbólica contra a ditadura.

O *fascínio* dos leitores pelo jornal faz com que, ainda hoje, a magia permaneça em torno do seu nome. Para quem viveu a época criou-se uma espécie de linguagem particular. O nome *Opinião* tornou-se um código comum que todos entendem. Permaneceram implícitos ao nome do jornal uma atitude, um sentimento, um posicionamento de luta contra o poder instituído e, de acordo com as vivências e as fantasias de cada um, muitos outros sentidos particulares, ligados a fatos marcantes ocorridos com essas pessoas, na mesma época em que se relacionavam com o jornal. O *Opinião* tornou-se um "fetiche", objeto simbólico de investimento dessa energia sublimada existente na massa de leitores, e que permanece.

EROS, TECELÃO DE MITOS*

Emília Amaral

Doutoranda em Metodologia de Ensino na FE/Unicamp
Mestre em Teoria Literária — IEL/Unicamp

Skhólia, com este título, uma palavra grega que significa “as coisas a que dedicamos nosso tempo”, Joaquim Brasil inicia o seu percurso em direção a Safo de Lesbos: poeta da Grécia arcaica, de cuja obra restaram apenas fragmentos, e cujos traços biográficos o transformaram de personagem histórica em personagem mítica, lendária, de grande complexidade.

Na *Introdução (Ad Umbilicos...)*, ao recuperar a imagem dos escoliastas — os copistas de velhos pergaminhos, que faziam anotações nas margens dos textos — o escritor desencadeia um dos movimentos mais interessantes da obra. Trata-se do minucioso e apaixonante contraponto entre o mundo antigo e a modernidade, que em *Ad Umbilicus* — expressão latina que se refere ao ato de ler um livro — concentra-se no processo de leitura e em “questões de método”, geradoras de uma espécie de “Introdução às avessas”.

A comparação entre a leitura paciente e posteriormente anotada, comentada (pelos escoliastas) dos antigos e a “impaciente” leitura dos modernos revela a desconfiança do leitor de nossa época “em relação a si mesmo, ao autor e à obra”. Enquanto as “orelhas” dos livros, os “prefácios”, as “introduções” antecipam, ao conhecimento de seus conteúdos, as explicações, os comentários; as “notas de rodapé” e as “citações” fornecem os “rascunhos dos discursos”, as influências de que decorrem, os argumentos de autoridade que os legitimam. Assim, à incapacidade de um gesto de liberdade do escritor moderno, que o constitui como um “escoliasta de si mesmo”, corresponde a tutela ao leitor: o ser imaginário que ao longo do ato da leitura dá estatuto de realidade à obra e ao autor.

Embora também escritor moderno e portanto também “escoliasta de si mesmo”, Joaquim Brasil destaca os antigos sentidos de *luxo*, *capricho*, *brincadeira*, *jogo* ligados à palavra *Skhólia* para permitir-se ironizar não só a *desconfiança do leitor* mas também as *questões de método*, as “camisas-de-força” que cerceiam a fruição dos textos.

Então, inspirado nos ícones do universo que procura resgatar, assume a inquietante e provocadora postura do *flâneur*, ao mesmo tempo em que convida o leitor a fazer o mesmo, isto é, a criar a sua própria travessia, anotando nas margens do texto, saltando linhas, libertando, enfim, os movimentos imprescindíveis à leitura transgressora, sensual, crítica e criadora, instigada pela singularidade da escritura que a deflagra.

Desta forma, a obra seduz o leitor a experimentar a ausência de fronteiras entre o trabalho de pesquisa e o “prazer do texto” com que é tecida, além de anunciar-lhe ser esta a trajetória que lhe permitirá — sem sacrilégio — aproximar-se da estátua de bronze da Vênus da Ilha, Safo de Lesbos, para “depor alguns fragmentos em seu altar como oferenda votiva”.

* Livro de Joaquim Brasil Fontes, São Paulo, Estação Liberdade, 1991.

Em outras palavras, *Eros, tecelão de mitos* constitui um exercício de *escritura*, de acordo com o significado perverso e fascinante atribuído ao conceito por Roland Barthes. Nele, o que chamamos de ficção interpenetra-se com o que chamamos de ciência, sem que deixemos de fruir os impasses, os dilemas, os devaneios poéticos do autor em suas tentativas aparentemente vãs de resgatar a poesia e a vida de Safo, por um lado, e, por outro, sem que percamos de vista o desnudamento das armadilhas, das falsas pistas, das "máscaras" com que documentos históricos e literários, ao longo dos séculos, recobrem uma imagem cujo mistério atípa e amedronta autor e leitor. Desde que, evidentemente, o segundo entenda o alcance da proposta do primeiro, aceite estar "à deriva" e ao mesmo tempo enxergar-se criticamente nesta situação, a fim de que possa viabilizar, pela leitura, o instigante percurso desta obra, sobre a qual começaremos agora a esboçar uma tentativa de penetração/fruição.

Dividida em *Abismos I e Aporias II*, *SKHÓLIA* inicia a "descida aos Infernos", resvalando para dois "abismos" dois universos em que a figura de Safo aparece para ocultar-se, como o esqueleto coberto de jóias, escondido num sarcófago, que se dissolve em pó no momento em que é tocado.

Tais universos pertencem a diferentes contextos histórico-culturais; o da literatura decadentista do final do século XIX (*Curiosidades estéticas*), e o da literatura latina da época de Augusto (*A lua grega nos versos latinos*).

Em *Curiosidades estéticas* o autor delinea a imagem de Safo nos três poemas malditos ("Lesbos" e "Les femmes damnées" I e II) de "As flores do mal", de Charles Baudelaire, obra cujo título inicial seria "As lésbicas". Identifica, assim, a lésbica como o "duplo" do poeta. Virgem e demônio, monstro e mártir, contrapartida feminina do dândi, Safo representaria para ele o contrário da mulher, o avesso de seu primarismo animal, de seu simplismo grosseiro de que se horroriza. Impregnado do caráter trágico e ambíguo da paixão lendária que teria levado a amante e poeta da Ilha de Lesbos a esquecer as amigas e a atirar-se das falésias do rochedo de Lêucade, em desespero e perdição, por amor a um jovem barqueiro — o belo e indiferente Fáon — Baudelaire conceberia Safo como uma das flores do mal. "Ícone no qual se lê a sede do infinito, o exílio do homem — na cidade, na carne, no ser -, o drama da impossível e necessária transcendência", a figura da lésbica se associa à do poeta desterrado, no agônico contexto da sociedade capitalista.

Ambos atópicos, ambos tomados pela vertigem do abismo e pelo fascínio por *criaturas da passagem*, os papéis de Safo — mulher viril que se apaixona por um homem feminino — e de Baudelaire — sentinela que aguarda a volta do corpo da amante e poeta como se fosse uma de suas companheiras, cumprindo a função essencialmente feminina da expectativa — invertem-se. Então, o poeta se torna um Eleito nos mistérios de Lesbos, o irmão da lésbica, o cúmplice de sua travessia em direção à destruição, projetando-se no "artifício metafórico com o qual encarna na máscula Vênus a sexualidade estéril, a negação da fatalidade do corpo".

Em contraposição ao misto de horror e de encantamento com que Charles Baudelaire recupera a imagem da lésbica, recriando-a, outros autores, que lhe são contemporâneos, como Pierre Louys (das *Canções de Bilitis*), Pauline Tarn (que escreveu sob o pseudônimo de Renée Vivian e tornou-se personagem de *O lírio vermelho*, de Anatole France) e George Sand, tendem a cristalizar o ícone da mulher viril.

Na atmosfera crepuscular da Decadência, esse ícone alimenta e mantém sob controle o desejo sexual “perverso” da burguesia, que através dele recorre a uma Grécia imaginária na qual projeta suas próprias obsessões, escamoteando-as pelo estatuto de “admiradora de obras de arte”. Dentre outros, o mesmo ícone permite a reconstrução do estilo grego “à maneira de obras poéticas contemporâneas”, ou seja, atribui-se-lhe uma subjetividade, um tom de história particular e uma coerência interna que o inserem no feixe de signos que Baudelaire chamou de *poncif*: a estereotipação de clichês que substituem o espaço da transgressão, da inquietação provocada pelos mencionados poemas malditos de “As flores do mal”, reforçando o poder masculino de fundar e conseqüentemente controlar uma cena amorosa entre duas mulheres.

Diante do que desvenda está o autor em seu singular voyerismo. Ora se deliciando com as perversões das cenas que evoca, ora se auto-ironizando no seu deixar-se arrastar pela correnteza sem nela submergir, ele exerce, simultâneas e inseparáveis, as funções do crítico e do escoliasta caprichoso do texto que escreve, inscrevendo-o no universo vertiginoso da personagem que teima em lhe escapar: Safo de Lesbos, a lua grega que ameaça insinuar-se em certos versos latinos...

Na carta XV das *Heroidum Epistulae*, atribuídas a Ovídio, a personagem histórica Safo de Lesbos emerge num contexto de heroínas míticas: Helena, Fedra, Penélope, Medéia. Caracterizada como mulher viril *pequena, escura e feia*, ela expressa o desejo sexual por rapazes novos de uma forma considerada imprópria — um impudor — para as mulheres, na cultura romana.

Ao longo da análise minuciosa da referida carta, o autor percorre-a como o leitor privilegiado que já conhecemos, o escoliasta cujas anotações revelam que Ovídio não transcreveu ou traduziu, mas inscreveu a suposta fala de Safo nas convenções literárias disponíveis em seu tempo.

Na medida em que a lésbica é considerada “menos que um monstro”, uma deformidade impensável também na antigüidade, ela “não tem voz”, ou seja, o silêncio e o desconhecimento a respeito da homossexualidade feminina geram o procedimento de Ovídio. Ele “adapta” o discurso da poeta ao mais tradicional dos paradigmas com que se diz o desejo homossexual — masculino — existente naquela cultura. Trata-se da fala do *erasta* — o amante — ao *erômenos* — o amado. Enquanto o segundo é em geral um jovem cheio de juventude e beleza, de condição social servil e tão “sem voz” quanto a lésbica, o primeiro encarna um *tipo* (e não o sujeito psicológico, o “eu-lírico” dos poemas modernos). Uma série de clichês rastreados no decorrer do trabalho, por exemplo o dos “cabelos em desordem”, identificam-no como aquele que padece de uma “doença”: o amor por um único ser. Na tradição greco-latina denomina-se *furor* esse sentimento. Espécie de loucura, de desequilíbrio que provoca a desarmonia com o cosmos e, portanto, com o próprio ser, ele atinge os mais fracos: as mulheres e, num demarcado período da história romana, os poetas.

Chegamos, assim, a mais um paradoxo. À feminilização com que são encenados os discursos de Safo, indicadores dos possuídos pelo “mal do amor”, acrescenta-se um tom persuasivo que desnuda o dilaceramento entre emoção e razão, a interpenetração entre a *descrição da desordem amorosa e a busca de salvação*.

Informados previamente a respeito do uso da Retórica na poesia de salão, da vida galante e restrita a um pequeno grupo de eruditos — o poeta e seus seguidores — na Roma de Augusto, percebemos a função exemplar, em termos éticos, de que se reveste a carta XV. Deste modo, o seu desfecho, isto é, a morte de Safo, adquire nova significação, inversa à pretendida pelos decadentistas: ao atirar-se no mar, os deuses livrá-la-iam da doença, preservando-lhe a vida e restituindo-lhe o equilíbrio, de acordo com um ritual de salvação comum entre os antigos...

Outra apropriação do feminino pelo masculino, não só através da inscrição do discurso da lésbica ao do erasta, mas, paradoxalmente, através da feminilização do sentimento do homem, visto como *um estado de fraqueza* que momentaneamente o aproxima da imagem da mulher, embora movendo-se em direção ao resgate da virilidade, o qual se associa à mencionada busca de salvação.

Perplexos, observamos a distância entre as estudadas “traduções” de Safo e uma cada vez mais longínqua Safo “verdadeira”, enquanto vamos penetrando um dos mistérios em que esta obra ousa tocar: a ignorância secular, arqueológica, em relação a uma “máscara vazia” que sugere o desvendamento de muitas outras, cuja matriz parece ser o desconhecimento humano da feminilidade, o seu silenciamento via adequações, adaptações, acomodações que nos fazem vislumbrar o “intraduzível” em cuja direção se move Joaquim Brasil... *À deriva*, como não poderia deixar de ser, avisam-nos as *aporias* — alegorias sobre a dificuldade de passar, de encontrar uma saída — do segundo capítulo de *SKHÓLIA*.

Em *Passeios arqueológicos*, passa ao primeiro plano a questão da parcialidade dos processos de restauração de velhos manuscritos, exemplificada novamente a partir dos decadentistas, cujo resgate, agora de outros temas esquecidos, é lido na mesma perspectiva com a qual acompanhamos a sua leitura, e também a de Ovídio, dos textos de Safo.

Contrapondo-se a ambos com a evocação do erudito nostálgico, solitário e à margem dos estilos datados, perdido em papéis que sabe indecifráveis, o escritor percorre uma infinidade de documentos históricos cuja análise deixa nítido que os registros sobre a vida e a obra de sua personagem fazem-na transitar entre a História e o Mito.

O enigma dessa mulher — pequena, escura e feia, em Ovídio; bela, alta e clara em grande parte da iconografia antiga — provoca não apenas a destruição da maioria de seus versos, mas “traduções” antigas e modernas que variam de significado de acordo com a versão escolhida pelo estudioso. *A Safo-cortesã*, monstro de sexualidade pervertida, que aparece por exemplo nos comediógrafos, opõe-se a Safo-poeta, virtuosa e respeitável, dotada exclusivamente de alma ou atraída pela beleza no sentido do fascínio que esta exerce sobre o Sábio. Considerada por Platão a décima musa do Olimpo e, na vertente explorada por Ovídio, aproximada da figura de Sócrates — ambos “amorosos, ele de rapazes, ela de moças; ambos mestres, e ambos divididos entre a beleza interior e o exterior disforme” — a poeta da Ilha, monstro ou maravilha, acaba sendo neutralizada em sua *diferença*, dilui-se num modelo masculino de sexualidade...

Enfim, os *Passeios arqueológicos* conduzem-nos, pelas mãos rigorosas do crítico nas quais já aprendemos a leveza do prestidigitador, à constatação de que, embora “fidedig-

nos" os documentos históricos e literários provocam não certezas que ancoram, mas dados controversos, informações conflitantes, ambigüidades que desconfortam.

Ao desenvolver e simultaneamente desmontar o chamado *processo de pesquisa*, ao subverter a linguagem canônica e o *mito de exatidão* que lhe são subjacentes, ao "ler um signo através de outro e projetar ambos sobre seus próprios passos, provisoriamente errantes", o autor de *Eros, tecelão de mitos* aproxima-nos de Safo na exata medida em que, como ele, nos aproximarmos e nos distanciarmos de suas múltiplas imagens, para voltarmos a nos aproximar e a nos distanciar e assim sucessivamente. Até que, perdidos, possamos encontrá-la. Não a Safo lendária nem a Safo histórica, "verdadeira", mas aquela cuja complexidade, tão grande quanto a do Labirinto enfrentado por Teseu, exige que nos entreguemos à vertigem de percorrê-lo, como se fôssemos maiores que o medo do "monstro" que existe em seu centro.

Esta é a travessia que nos ensina Joaquim: movimentando-nos em forma de jogo, transformarmos em *figuras* as etapas do percurso; inspirando-nos nos grous — os pássaros falsa ou aparentemente errantes, que deixam cair pedras que indicam se estão sob terra ou mar, nos quais se espelha o humano tecelão destes mitos — descobriremos que só com eles é possível desvendar o que secularmente se cala.

Os rastros quase imperceptíveis, as marcas que se apagam, podem, então, ajudar-nos a ir reconstruindo, reinventando, fragmentos do "canto" e da "plumagem" da palavra poética soterrada pelos homens e pelos homens, inúmeras vezes, pretensamente ressuscitada.

A palavra poética de Safo de Lesbos, mostra-nos este trabalho, só poderia ser realmente recuperada por alguém "capaz de suportar, sem nenhuma pressa, o grande incômodo da desordem". À paciência de que carece o ato de criação a que se refere Clarice Lispector, Joaquim Brasil acrescenta outra faculdade, também familiar à escritora: a clareza de deixar-se cegar pelo numinoso, de velejar, sem garantias de ancoragem, pelas águas subterrâneas de um universo interdito.

E assim, isto é, à sua maneira assumindo não a função, mas a postura essencialmente feminina da *expectativa*, ele nos devolve, a partir de *Palimpsesto* (a 2ª parte da obra), não apenas a possibilidade "de depositar no altar da deusa, em oferenda votiva, alguns fragmentos", mas, com esta possibilidade, a de começarmos a soletrar os signos do indizível: o universo feminino, sobre cujos mistérios *Eros, tecelão de mitos* abre sendas insuspeitadas.

A TRISTE HISTÓRIA DA CRIANÇA NO BRASIL*

José Roberto do Amaral Lapa

Professor do Departamento de História do IFCH/Unicamp
e Diretor do Centro de Memória — Unicamp.

Sem dúvida uma idéia feliz que resultou num belo livro, em vários sentidos, tanto pelo tema como pelas abordagens, feitas por professores universitários, entre os quais predominam os historiadores. Há tristezas e alguma alegria, tiradas do nosso cotidiano ao longo de cinco séculos, penumbradas umas, ostensivas outras.

Num país em que a questão da criança transformou-se em grande parte numa tragédia nacional, a oportunidade do livro ao conferir uma dimensão histórica àquela questão, é inegável, como também o é o fato do texto ser uma história pontilhada pela aflição e sofrimento, pela falta de afeto, pelos equívocos do tratamento que as crianças recebem, pela interdição ao exercício da infância e ainda pelas requisições onerosas que a sociedade lhes faz, desde épocas afastadas.

Desde os pequenos órfãos importados de Lisboa pelos jesuítas, no seu afã de aplicação do *Ratio Studiorum* e de proselitismo e evangelização, para atrair as outras crianças, isto é, os culumins seduzidos pelo exemplo teatralizado e ritualizado, para através deles atingir os adultos, até chegarmos aos filhos de imigrantes, robotizados no interior das fábricas de São Paulo, vítimas de acidentes de trabalho, esta história passa ainda pelos bebês deixados na Roda dos Enjeitados e pelos *ingênuos*, filhos de escravas, livres na consagração do Direito, mas escravos na prática da sociedade.

Portanto, como dissemos, uma história no geral triste, e não poderia ser de outra maneira. São crianças que praticamente não tiveram infância, como podemos conceber essa idade aqui no Ocidente, com as transformações que o conceito e a prática social da puerícia, da infância e adolescência sofreram entre nós.

Abandonadas por indesejáveis, geradas porque úteis como força de trabalho, desde cedo requisitadas na luta pela sobrevivência da família, viciadas ou dessexualizadas, as crianças que desfilam ou vagam por estas páginas compõem uma história marcada pelo medo, pela disciplina e repressão na qual as imposições dos adultos frustram os sonhos, recolhem as brincadeiras, interditam a irreverência, para poderem fazer deles pequenos adultos na obediência aos deveres, na responsabilidade e no comportamento.

Verifica-se, assim, que apesar da evolução dos direitos da criança, das mudanças do Estado e das instituições perante o seu problema, certas situações viciosas persistiram, atravessando os séculos.

A identificação dessa idade é no geral aquela que lhe confere, com fundamento numa lei natural e irrevogável, a irresponsabilidade, a fraqueza, a distração e o descuido, a imprudência, que devem ser corrigidos para a sua integração numa sociedade de classes produtivas, que no geral reserva à criança os códigos, dos quais os maiores beneficiários são os adultos.

Para chegarmos ao quadro de desgraça nacional, com que nos exibimos hoje ao mundo, com o relatório da CPI da Câmara dos Deputados sobre a violência contra menores e adolescentes, denunciando o extermínio de três mil menores em 1990-1991, com os exterminadores recebendo uma taxa de 5 a 50 mil cruzeiros *per capita* por esse "trabalho" degradante; com 17 milhões de menores abandonados, vagando pelas ruas ou em condições desumanas, depositados em recintos do Estado. Com as perplexidades e expectativas com que a sociedade se posiciona perante iniciativas como a do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, e também, com os menores assassinos agindo cada vez com maior frequência e ousadia; drogados, violentados, brutalizados pelos próprios pais, seqüestrados, estuprados; meninas escravizadas na Amazônia e toda uma sucessão de desgraças que deixam a nação estupefata, a história de suas crianças não podia realmente ser outra, mostrando a permanência de situações que tornam a nossa sociedade como que falida diante dessa questão.

Quanto a esta antologia, registre-se uma ausência. Embora a temática tenha sido variada e rica a sua problematização, nas diferentes abordagens que o livro apresenta e que cobrem toda a nossa história, nele não figuram as crianças bem-nascidas, isto é, os filhos de senhores de engenho e fazendeiros de café, dos que chegavam a ter seu preceptor particular e estrangeiro em casa, dos internos nos colégios bem pagos do Império, dos filhos dos barões, que inclusive nos deixaram diários e memórias, que constituem fontes primárias de primeira grandeza para o seu estudo, para não falarmos da literatura que suscitaram, os romances, contos, novelas e peças de teatro da época.

REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA; CONTRASTES DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL E NA GRÃ-BRETANHA*

Maria Conceição da Costa

Professora de DPCT do Instituto de Geociências — Unicamp.

Recentemente temos assistido a debates e críticas sobre o padrão de competitividade da indústria automobilística no Brasil. Esse setor tem sido apresentado como defasado tecnologicamente, gerando, como conseqüência, produtos internacionalmente pouco competitivos.

Um dos pontos desse debate é que as perspectivas de desenvolvimento do país dependeriam de novos métodos de produção, ou mesmo de novas práticas de gestão do trabalho, os quais têm sido apontados como modelos a ser imitados a fim de se obter uma melhor posição no *ranking* mundial. Entretanto, pouco tem sido discutido a respeito da natureza das mudanças tecnológicas e da natureza do trabalho nesse setor *vis-à-vis* indústrias do mesmo setor em nível internacional.

O trabalho de Elizabeth Silva acrescenta novo enfoque a este debate e leva a repensar a natureza e o padrão de implantação de indústrias desse porte num país como o Brasil, especialmente porque trata-se de um estudo comparativo entre a planta da Ford Motor Co. de São Paulo e a planta de Dagenham, na Inglaterra. Partindo da comparação entre duas plantas aparentemente iguais, mas localizadas em contextos geográfico-culturais diferentes, a autora estabelece alguns parâmetros metodológicos como, por exemplo, as razões das escolhas específicas de tecnologia, a organização do trabalho, as implicações para a produtividade, a flexibilidade e a competitividade internacional.

A relação entre trabalho e tecnologia aparece como o centro de análise a partir da crítica às visões do determinismo cultural. Estudos realizados na década de 1950 e 1960 tinham como preocupação a relação entre padrões de mudanças tecnológicas em sociedades distintas. De acordo com essa visão, haveria uma relação causal e direta entre estas duas variáveis, em que tecnologia relacionar-se-ia a uma forma específica de organização do trabalho. Contrapondo-se a esta visão, uma outra tendência surge na década de 1970, contracenando com a existência de "contextos" culturais distintos, usados para entender as diferenças entre as sociedades. Entretanto, a visão "culturalista" não tinha como preocupação a relação entre os sistemas de relações de trabalho nos processos produtivos específicos. De acordo com Elizabeth, assim como as abordagens do determinismo tecnológico, às quais os "culturalistas" se opõem, ambas estão fundamentadas na noção de que é possível medir o mesmo tipo de problema através dos mesmos parâmetros em sociedades diferentes.

Resta ainda uma questão metodológica, de fundamental relevância em estudos desse tipo. A abordagem a partir do referencial teórico da escola de regulação histórica permite, sem perder de vista as especificidades locais, as tendências e fenômenos através de um enfoque histórico. Assim, esta abordagem permite interligar local de trabalho, fábrica,

empresa multinacional, além do entendimento dos sistemas de relações industriais nacionais e internacionais, estratégias de competição e de relações políticas e econômicas.

Questão fundamental em seu trabalho e motivo de debate entre pesquisadores, que vêm se dedicando a esta área, é a discussão sobre as condições de implantação do fordismo no Brasil, ponto crucial que determinara as eventuais saídas para o país no atual cenário internacional. Do ponto de vista desses pesquisadores, as fábricas brasileiras estariam se tornando mais fordistas, em contraposição às tendências dominantes nas economias desenvolvidas. Entretanto, Elizabeth se questiona se realmente o fordismo chegou a ser implantado no Brasil, aqui entendido como um sistema de produção que requer um mercado de massa para se realizar. Talvez as razões para a existência de tendências fordistas no Brasil estejam relacionadas ao padrão de gestão da mão-de-obra no período autoritário. Assim, naquele período, ter-se-iam gestado as condições do desenvolvimento econômico e as condições institucionais para a existência do fordismo no país.

O que tem sido apresentado como um sistema fordista no Brasil é um sistema de relações dentro das fábricas altamente autoritário, entretanto para Elizabeth é o caráter autoritário do Estado brasileiro. Isto é, o Estado autoritário moldou o fordismo no Brasil de maneira peculiar observada durante o "milagre econômico" na década de 1970.

O que caracterizou o período anterior no sentido da aquisição de qualificação para trabalhadores rurais, na década de 1970 assistiu-se ao crescimento do emprego industrial, associado ao emprego de um enorme contingente de mão-de-obra semi-qualificada, intensificação do trabalho e compressão salarial. Esses fenômenos passaram a ser identificados como o aprofundamento de um sistema fordista no Brasil sem, entretanto, fazer-se referência às características mais globais do sistema fordista.

Sem perder de vista o debate teórico sobre as modificações recentes nos processos de produção e, além disso, sem se esquecer das diferenças culturais e dos sistemas de regulação internacional, este livro nos ajuda a repensar as saídas para esse setor no Brasil. A questão do fordismo a sua ineficiência é apresentada pela autora como um sistema global e como um sistema em transição colocando em questão novos padrões de gestão da produção.

Entre estes novos padrões, a flexibilidade da produção, entendida como capacidade de se adaptar rapidamente às exigências do mercado internacional, é apresentada como uma saída possível. Além disso, a flexibilidade está relacionada à qualidade e eficiência do mercado internacional, e relaciona-se também ao comportamento da gerência em nível local. Assim, ainda que "problemas gerenciais semelhantes" possam "provir de padrões históricos diferentes de organização do trabalho e de relações trabalhistas, as gerências de produção enfrentam problemas distintos devido à variedade de combinação de tecnologias".

Como conclusão a autora sugere que, dado que o sistema de produção fordista nunca esteve totalmente implantado no Brasil, e dado o aparecimento de novas formas de gestão do trabalho e de sistemas flexíveis de produção, o setor automobilístico no país poderia se beneficiar do momento de mudanças tecnológicas e de mudanças nos sistemas de gestão do trabalho. Desse ponto de vista, a autora tem uma abordagem otimista quanto ao futuro desse setor no país e sugere assim possíveis saídas levando em consideração a crise econômica brasileira e a competição internacional.

O TEMPO DE UMA CIDADE (DO CAFÉ À INDÚSTRIA. UMA CIDADE E SEU TEMPO)*

José Roberto do Amaral Lapa

Professor do Departamento de História do IFCH/Unicamp
e Diretor do Centro de Memória — Unicamp.

O movimento seqüencial geográfico — avanço da fronteira — que marca a expansão cafeeira pelas províncias e posteriormente estados do Rio de Janeiro e São Paulo teve durante muito tempo como espaço privilegiado de estudos o Vale do Paraíba, que viu assim ser composta a seu respeito uma biblioteca versando temas como a estrutura fundiária, o fato urbano, a escravidão, a imigração e o mercado de trabalho livre, as unidades de produção, a estrutura demográfica etc. Por motivos que nos escapam, o estudo da segunda grande região que foi palco daquela expansão — o chamado “Oeste Paulista”, que não é uma região natural, tampouco coincide com o oeste geográfico do estado — só de alguns anos para cá vem sendo promovido por uma legião de pesquisadores que sobre ele têm se debruçado.

Do café à indústria está inserto nessa produção mais recente, com que se tem enriquecido o nosso conhecimento a propósito do processo de interiorização do desenvolvimento em São Paulo, capaz de ser identificado pela mídia até como uma ilha da fantasia, localizado neste Sul maravilha, apontado como Primeiro Mundo e espelho do que há de moderno no Brasil.

Ora, é no “Velho Oeste” cafeeiro de São Paulo, que emerge uma formação urbana polarizadora, que atravessa praticamente incólume três ciclos produtivos de vanguarda no sudeste, quais sejam o açúcar, café e indústria. Falamos de Campinas.

Os índices de desenvolvimento que o município oferece hoje, com destaque para a cidade, muitos analisados neste livro, são realmente impressionantes. Senão, vejamos: segundo pólo manufatureiro do Estado, em termos regionais, a sua produção industrial situa-se em quarto lugar no país, logo abaixo do Estado de São Paulo, da Grande São Paulo e do estado do Rio de Janeiro, colocando-se portanto acima de todos os demais estados brasileiros e de muitos países da América do Sul. A produção agropecuária é a segunda do Estado de São Paulo, só superada pelas dos estados sulinos e por Minas Gerais. Ainda como centro comercial e de serviços, Campinas é a terceira praça do país em movimento bancário e tem um movimento de exportação que supera 15% do total brasileiro.

Entretanto, esse desenvolvimento local e regional processa-se marcado por uma modernização que privilegia as camadas altas da sociedade a um preço pago pela massa atrelada à grande lavoura de exportação, pelo menos até 1930, e em seguida ao parque industrial que ali se estabelece.

É o que o estudo mostra. O descompasso entre esse crescimento econômico com índices significativos, mas cujos padrões de acumulação, oferecidos pela lavoura, indús-

tria e serviços, estes particularmente nas áreas de saúde e educação, têm seus resultados em boa parte desviados para fora do Município, em termos de lucros e tributos. Em decorrência, limitam-se naturalmente os investimentos comprometendo a qualidade de vida, uma vez que o crescimento desses setores e da população não é acompanhado pelo atendimento que a sociedade local exige.

Assim, a cidade reflete na sua feição urbana essa situação, apresentando problemas graves de saneamento básico, moradia popular, saúde, transportes, lazer etc.

Mas, para chegar a esse quadro, o autor acompanha *pari passu* a evolução histórica local e regional, sintetizando o elenco de questões que se cruzam para viabilizar o seu desenvolvimento: parcelamento da estrutura fundiária e modernização mecânica da agricultura e pecuária, diversificação nos investimentos e novos padrões de acumulação, formação do mercado de trabalho livre e urbanização, liderança política e industrialização.

Num momento em que se multiplicam os estudos sobre Campinas e a região, alguns deles contudo não-utilizados nesta pesquisa, como é o caso por exemplo de teses universitárias sobre o plano urbano feito pelo engenheiro Prestes Maia para a cidade ou ainda a evolução do seu desenho urbano, da estrutura demográfica etc, o livro representa uma contribuição de especial significação.

Não elabora uma história econômica regional apartada do que nesse sentido acontece com o restante do país, que é recuperado a cada passo. Em termos locais, promove a interseção do urbano com o rural, acompanha o aumento da pequena produção no interior da grande lavoura de exportação respondendo à demanda do mercado interno, recorta o desempenho do parque ferroviário, as mudanças nas relações sociais de produção, a imigração norte-americana para a região, a estratégia dos núcleos coloniais na reativação do suprimento de força de trabalho e outros muitos temas, cujo estudo permite entendermos a vocação de regionalidade que a cidade assume desde cedo.

As conclusões e perspectivas a que o estudo chega não são todavia animadoras, pois se de um lado a projeção tem indicadores que asseguram a continuidade do crescimento, de outro a conurbação e, portanto, metropolização que se aceleram colocam complexos desafios para o poder público e a população.